**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

Gestão e imagem ambiental: um estudo do Grupo Cosan (Raízen)

Kátia Maria Sampaio Cezarino

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2013**

Kátia Maria Sampaio Cezarino
Bacharel em Gestão Ambiental

Gestão e imagem ambiental: um estudo do Grupo Cosan

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **ANTONIO RIBEIRO DE ALMEIDA JUNIOR**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2013**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Cezarino, Kátia Maria Sampaio

Gestão e imagem ambiental: um estudo do Grupo Cosan (Raízen) / Kátia Maria Sampaio Cezarino. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2013.

140 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2013.

1. Etanol 2. Gestão ambiental 3. Imagem organizacional 4. Impactos ambientais
5. Comunicação 6. Indústria sucro-alcooleira I. Título

CDD 333.715
C425g

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

Em memória de minha avó Anesia, uma grande mulher a frente de seu tempo e para sempre querida e amada.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional as minhas decisões e aos meus estudos.

Aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Antonio Ribeiro de Almeida Junior pelo convite, interesse pelo tema e grande auxílio.

Aos meus pais Mirian Fustaino Sampaio Cezarino e José Antonio Cezarino pelo apoio total aos meus estudos e ombro amigo nos bons e não tão bons momentos. Aos meus falecidos avós Anesia, Milton e Alice. Ao meu avô Antonio e suas histórias de vivência em usina. A toda minha família.

Aos amigos especiais que, perto ou distante, incentivaram esta dissertação, compartilharam as alegrias, atenuaram os sofrimentos da vida e fizeram deste caminho, um caminho mais bonito e tranquilo. Em especial a Ana Teresa, Cláudia, Daiana, Elisete, Felipe Puppi, Isabela, Jussara, Juliana, Luana e Família, Nathalia, Márcia e Thais.

À dança de salão pelos momentos de alegria, diversão e alívio.

A Deus, à espiritualidade querida e ao centro MMMM em especial ao Norival Righi.

Aos entrevistados por esta pesquisa pelo auxílio e disposição em contribuir com informações e arquivos pessoais.

Ao Gilmar pelas fotografias e atenção. Ao Felipe Puppi pelo apoio no abstract.

A todos os funcionários do Departamento de Economia, Administração e Sociologia - Prédio de Ciências Humanas. Em especial aos professores Paulo Eduardo Moruzzi Marques e Maria Angélica Penatti Pipitone.

À secretária Mara Casarin do programa de pós-graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (ESALQ/CENA-USP).

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro a pesquisa.

[...]

Posso perguntar ao meu livro se é verdade
que o escrevi?

[...]

Quantas semanas tem um dia e quantos
anos tem um mês?

O 4 é 4 para todos? Todos os setes são
iguais?

[...]

Que distância em metros redondos há entre
o sol e as laranjas?

[...]

E como se chama este mês que fica entre
Dezembro e Janeiro?

Pablo Neruda
Livro das Perguntas

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT	13
LISTA DE FIGURAS	15
1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	23
2.1 Gestão, Comunicação e Imagem ambiental.....	23
2.2 O Setor Sucroenergético: aspectos e impactos ambientais, sociais e econômicos	35
3 METODOLOGIA.....	45
4 RESULTADOS	49
4.1 A Gestão e a Imagem Ambiental no Setor Sucroenergético: Críticas, Ações empresariais de comunicação e Estado.....	49
4.2 O Grupo Cosan	75
4.2.1 A Gestão e a Imagem Ambiental do Grupo Cosan	78
4.2.2 A Gestão e a Imagem Ambiental da Usina Costa Pinto	88
4.2.3 Grupo Cosan: a questão da queima da palha no Município de Piracicaba-SP	95
4.2.4 Grupo Cosan: a questão trabalhista no Município de Piracicaba-SP	103
4.2.5 A Gestão e a Imagem Ambiental da Cosan: a opinião dos entrevistados	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117

RESUMO

Gestão e imagem ambiental: um estudo do Grupo Cosan (Raízen)

Com a crescente preocupação mundial em torno da questão ambiental, a sociedade passa a exigir dos diferentes setores práticas ambientalmente responsáveis. Com esta exigência, as empresas procuram adotar melhores práticas e assim construir uma imagem ambiental positiva. Esta dinâmica entre ação ambiental realizada e imagem ambiental divulgada vem sendo estudada por autores que tem um olhar crítico em relação à distância entre ação e divulgação. Atualmente o setor sucroenergético vem enfrentado mais de perto estas exigências e questões. Com a preocupação pela busca de melhores práticas ambientais visando reduzir a poluição através de alternativas ao uso de combustíveis não renováveis, há aumento na procura por biocombustíveis alavancando o setor no país. Deste modo, visando à ampliação de suas atividades, as usinas de açúcar e etanol no Brasil passam a buscar novos investimentos por meio da abertura de capitais, fusões e aquisições. Este novo cenário traz consigo alterações no trato com a questão ambiental e social. O setor, ligado a conflitos referentes a estas questões, passa a sofrer pressões dos investidores e a concentrar esforços na construção de ações responsáveis procurando atingir uma imagem positiva em relação a este tema. O Grupo Cosan, um dos maiores representantes do setor, partilha das mesmas questões. Para compreender a dinâmica entre ação e divulgação, a pesquisa estudou as ações de Gestão Ambiental e as ações de comunicação do Grupo, procurou desenhar o contexto em que o Grupo insere-se e as contradições por ele vivenciadas. Foi descrita também suas ações no Município de Piracicaba-SP por meio da Usina Costa Pinto. Para tal, foi utilizada pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com atores que demonstraram interesse, direto ou indireto, nas ações do Grupo e do setor sucroenergético em Piracicaba-SP. Foi identificada uma mudança na divulgação das ações ambientais da Cosan, que antes de 2010 não trazia muito detalhes e, após esta data, buscou divulgar dados concretos e numéricos sobre seus aspectos ambientais. Apesar disto, o Grupo sofre denúncias e tem suas ações constantemente questionadas por seus *stakeholders*. Em Piracicaba-SP o Grupo divide opiniões quanto a suas ações, embora uma mudança de comportamento do Grupo perante o ambiente e a sociedade seja indicada pelos entrevistados.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Imagem ambiental; Comunicação ambiental; Setor sucroenergético; Etanol; Cosan

ABSTRACT

Environmental management and image: a study of Grupo Cosan (Raízen)

With the global increasing concern around the environmental issue, the society starts to demand environmental responsible practices to the different sectors. To this demand, the companies are seeking to adopt best practices to build an environmental positive image. This dynamic between environmental action performed and environmental image publicized has been studied by authors who have looking critically regarding to the distance between action and publicized. Nowadays the sugarcane sector has faced closely these demands and issues. To concern for seeking better practices to reduce environmental pollution by means of alternatives to the non-renewable fuels, there is increased the demand for biofuels boosting the sector in the country. Thereby, aiming the activities expansion Brazilian sugar and ethanol mills start to seek new investments through initial public offer, merger and takeover. This new setting brings changes in dealing with social and environmental issues. The sector, linked to conflicts related to these issues, begins to suffer pressure from investors and to focus efforts on construction of responsible actions seeking to reach a positive image regarding this topic. The Cosan Group, one of the greatest representatives of the sector, shares the same issues. To understand the dynamics between action and disclosure, the research studied the Group Environmental Management actions and communication actions, sought to design the context where the Group belongs and contradictions lived deeply by it. It was also reported its actions by Costa Pinto mill in Piracicaba-SP. For such, it was used bibliographical research, documental and semistructured interviews with actors who have expressed interest, direct or indirect, in the Group actions and sugarcane sector in Piracicaba-SP. It was identified a changing in the disclosure of the environmental actions of Cosan, which before 2010 brought no much detail and, thereafter, seek to publicize concrete and numerical data about its environmental aspects. Nevertheless, the Group suffers denounces and has their actions constantly called into question by its stakeholders. The Group in Piracicaba-SP splits opinions as to its actions, although the interviewees indicated a Group behavior change to the environment and society issues.

Keywords: Environmental management, Environmental image; Environmental communication; Sugarcane sector; Ethanol; Cosan

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Impactos Ecológicos do cultivo de cana-de-açúcar- EMBRAPA.....	41
Figura 2 - Mapa da produção	57
Figura 3 - Mapa de produção de cana-de-açúcar - safra 2011	58
Figura 4 - Plantação de Cana-de-açúcar as margens do Rio Passa Cinco: trecho em Charqueada-SP.....	61
Figura 5 - Quadro com os principais aspectos e impactos ambientais, ações de Gestão Ambiental e de Comunicação/Imagem do setor sucroenergético.....	72
Figura 6 - Localização das Unidades Raízen no Mapa de evolução da Safra 2011 ..	77
Figura 7 - Mapa de possíveis áreas para expansão do cultivo da cana-de-açúcar...	79
Figura 8 - Vista da Usina Costa Pinto a margem do Rio Corumbataí	89

1 INTRODUÇÃO

Com a finalidade de obter energia alternativa para a frota nacional de veículos e em função do aumento do preço internacional do petróleo, em 1975, foi criado o Proálcool. Desde então, a produção de etanol é discutida. Com o debate em torno do aquecimento global, esta discussão ganha corpo e questiona as atuais formas de produção de energia a partir de combustíveis fósseis. Por exemplo, assinado em 1997, o Protocolo de Kyoto previa a redução das emissões de gases de efeito estufa no período entre 2008 e 2012. Uma série de nações industrializadas comprometeu-se com os objetivos de Kyoto, pressionando pela resolução dos problemas. Leis e/ou políticas nacionais que estimulam o uso de combustíveis renováveis foram instituídas, resultando em um aumento de seu consumo.

Assim é compreensível que haja uma intensa busca por novas opções energéticas. No Brasil, isto não é diferente, o país e o Estado de São Paulo estão diante de uma importante opção quanto ao seu futuro energético, ambiental, social e econômico. De um lado, estão as energias renováveis e a eficiência energética, de outro, a exploração do petróleo (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL - SMA, CPLA, 2011, p. 222).

Este questionamento na área de energia colocou a produção de etanol no centro das atenções de grandes investidores brasileiros e estrangeiros. Os grupos que historicamente realizam a produção de etanol veem-se assediados por interesses poderosos que enxergam neste combustível uma boa opção para a diversificação de suas atividades. Os melhores negócios do setor são cobiçados e é importante notar que não se trata de um interesse pelo setor sucroenergético como um todo, mas de um interesse específico pela produção de etanol. Um interesse que não é apenas pela produção de um biocombustível, mas também pela projeção da imagem socioambiental do investidor.

A fim de alcançar uma maior produtividade e uma expansão da atividade, usinas de etanol e açúcar, que antes operavam sob controle familiar, buscaram novos recursos para investimento por meio da abertura de capitais (SALTORATO; MUNDO NETO, 2008, p. 6). No entanto, tentam garantir sua participação majoritária, mantendo o controle acionário nas mãos de poucos grupos. Além disso, em função da situação financeira desfavorável dos grupos nacionais, destaca-se claramente a

liderança do capital estrangeiro como principal consolidador setorial. No período de 2009 a 2010 foi observado um intenso processo de fusões e aquisições (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, 2010, p. 7), acarretando em concentração econômica.

Com esta mudança de cenário, o setor sucroenergético - palco de conflitos socioambientais – vem sofrendo pressão dos investidores e passa a concentrar esforços na busca por ações socioambientalmente responsáveis construindo uma imagem positiva perante seus *stakeholders*¹. Ao abrir o capital, o setor precisa agradar investidores que apreciam e projetam a imagem de empresa responsável, assim tenta profissionalizar sua gestão, buscando auxílio de consultorias entre outras ações (SALTORATO; MUNDO NETO, 2008, p. 6).

Segundo Saltorato e Mundo Neto (2008, p. 6), a abertura de capital e a corrida para vencer a disputa no mercado fazem com que haja uma imitação de organizações tidas pelo senso comum como legítimas ou bem-sucedidas. Esta ação por parte de usinas que se empenham em um trabalho de reconstrução de suas imagens pode ser percebida na adoção de programas ou certificações ambientais, de responsabilidade social e códigos de ética. Desta forma, procuram afastar-se da imagem tradicional do setor que tem sido palco de questões sucessórias, disputas fiscais, problemas trabalhistas e ambientais, falta de transparência e de contabilidade confiável (SALTORATO; MUNDO NETO, 2008, p. 6).

A configuração do setor também contribuiu para a adoção de boas práticas e a construção de uma imagem favorável, pois geralmente, o setor sucroenergético é *business to business*, ou seja, empresa que vende seus produtos para outras empresas. Portanto, manter um bom relacionamento com os clientes é essencial dado que o valor econômico das negociações é elevado. Por isso, a importância de um único cliente ao longo de sua existência pode ser enorme e a perda de um único cliente pode ter um impacto muito negativo para o faturamento da empresa (PRIETO; CARVALHO, 2005, p. 11). Esta dependência, então, reforça a preocupação do setor com as questões ambientais e de imagem, na medida em que a gestão de relacionamento com clientes, além de objetivar a fidelização do cliente,

¹Termo em inglês amplamente utilizado para designar as partes interessadas, ou seja, qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar o negócio, por meio de suas opiniões ou ações, ou ser por ele afetado: público interno, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, acionistas, etc. (INSTITUTO ETHOS, 2005).

passa a englobar em seu conceito questões como a preocupação com a responsabilidade socioambiental. (PRIETO; CARVALHO, 2005, p. 2.)

A entrada deste setor em bolsas de valores também favorece essa postura. Por exemplo, a Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA possui o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que é uma ferramenta para comparar o desempenho das empresas sob o aspecto da sustentabilidade corporativa: eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (NOVAES, 2007, p. 11).

Como muitos setores econômicos, o sucroenergético enfrentou uma crise entre os anos de 2008 e 2009. Como consequência, alguns projetos de implantação ou de reestruturação de usinas foram paralisados. Em 2010, a retomada desses projetos reforçou a postura de adequação social e ambiental. Este aprofundamento das ações ambientais teve como um de seus motivos mais importantes à expectativa de um financiamento de R\$ 6 bilhões por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BATISTA, 2010 p. 1). Para o BNDES, o desenvolvimento socioambiental é uma diretriz estratégica e se reflete na política de financiamentos do Banco que oferece suporte financeiro a empreendimentos que tragam benefícios para o desenvolvimento sustentável (BNDES, 2011, p. 1).

E ainda, com o aumento de fusões e aquisições no período 2009 - 2010 (BNDES, 2010 p. 7), para a avaliação das empresas ocorreram auditorias de *due diligence*², fazendo com que o setor ficasse ainda mais atento às questões socioambientais e de imagem.

Embora haja preocupação ambiental e social e caminhe em direção a ações efetivas de responsabilidade, o setor ainda está ligado a práticas que acabam promovendo desigualdades sociais como concentração de renda e condições desfavoráveis de trabalho e práticas ambientalmente incorretas como realização de queimadas, destruição de mata ciliar, contaminação dos corpos d'água, etc. E por isso, nos últimos anos, a cana-de-açúcar tem sido submetida a uma investigação de seus aspectos sociais e ambientais (RAMALHO, 2012, p. 1).

²O processo de *due diligence* consiste basicamente em, por meio de uma avaliação em diversas áreas da organização e uma pesquisa mercadológica, mostrar ao empresário qual a atual realidade em que se encontra a empresa (GONÇALVES, et. al. 2007). No processo de *due diligence* ambiental é possível a identificação e quantificação dos riscos e contingências ambientais existentes na operação (ALMEIDA, et.al. 2009).

Sobre esta pressão sofrida pelo setor, em pesquisa sobre o Marketing Ambiental, Molina (2010, p. 83), entrevistou diversos atores relacionados ao setor sucroenergético e concluiu que o mercado consumidor do etanol é exigente em relação às questões ambientais e que parte dos entrevistados acredita que esta exigência seja protecionismo dos países desenvolvidos, outros acreditam ser pressão de empresas petrolíferas preocupadas com a concorrência e há ainda aqueles que consideram esta pressão como intrínseca a produção de etanol, por ter a imagem de produto ambientalmente correto (MOLINA, 2010, p. 83).

Deste modo, com a crescente preocupação mundial em torno da questão ambiental e, como dito anteriormente, da pressão por fontes de energia mais limpas, é concebível que a sociedade passe a exigir do setor sucroenergético e dos diferentes setores, práticas responsáveis. De um modo geral, as empresas que enfrentam pressões dos *stakeholders* entram em intensa corrida para melhores práticas socioambientais e passam a divulgar suas práticas e assim construir uma imagem ambiental positiva. Esta dinâmica entre ação ambiental realizada e imagem ambiental divulgada vem sendo estudada por autores que demonstram um olhar crítico em relação à distância entre ação e divulgação. Com isto, há um crescente questionamento: ação e divulgação estão integradas?

A presente situação no setor sucroenergético traz a tona esta relação entre ação e divulgação e outras questões como: Estariam as empresas divulgando mais do que fazendo? A Gestão Ambiental existe de fato ou existe apenas uma Gestão de Imagem? Gestão Ambiental e Comunicação Ambiental estão integradas? A Gestão Ambiental é reativa ou proativa?

Na tentativa de melhor compreender e obter um olhar aprofundado sobre esta questão, inserida no contexto do setor sucroenergético, a pesquisa estudou, simultaneamente, as ações de Comunicação e Gestão Ambiental do Grupo Cosan.

O Grupo Cosan, antes sob controle familiar, foi um dos pioneiros a abrir capital em novembro de 2005. O grupo retrata as mudanças enfrentadas pelo setor e as ações por ele tomadas em direção a práticas socioambientalmente corretas. Com a abertura de capital e crescente pressão de seus *stakeholders*, o Grupo necessita adequar-se às exigências sociais e ambientais. Como um dos maiores produtores de açúcar e etanol, o Grupo Cosan expressa as contradições e mudanças do setor e possui papel de destaque e de referência para outros produtores, o olhar para as ações socioambientais do grupo, bem como análise de

sua comunicação e sua relação com a Gestão ambiental, possibilitou a construção de um panorama sobre as mudanças que acompanham o setor e nos forneceu algumas respostas frente às questões levantadas.

A pesquisa, então, teve como objetivo principal analisar as ações de Gestão Ambiental e Comunicação do Grupo Cosan e sua interação, frente às mudanças econômicas e as pressões dos *stakeholders* enfrentadas pelo setor sucroenergético caracterizando as contradições vivenciadas pelo Grupo. Como objetivos específicos procuramos entender o que é Gestão Ambiental para a Cosan e como esta é realizada; analisar a divulgação publicitária sobre o tema feita pelo Grupo; levantar informações sobre o Grupo na Mídia (impressa e digital) e levantar as ações sociais realizadas. Embora os aspectos e impactos ambientais do setor sucroenergético e do Grupo Cosan sejam referentes tanto à produção do açúcar quanto a produção de etanol por, acreditamos que, este biocombustível é utilizado para a construção da imagem ambiental de investidores e do próprio setor, esta pesquisa deu especial atenção às ações e divulgações exclusivas à produção do etanol.

Santos e Abreu (2009), analisaram o impacto do Marketing Verde, procurando conhecer a influência da adoção de práticas ambientais em usinas sucroenergéticas do Estado de Alagoas. O estudo de Santos e Abreu (2009) era limitado as questões de marketing e pouco referente à questão entre a dinâmica entre ação e divulgação. Os autores identificaram a importância da realização de mais estudos, em especial, da continuação de estudos naquelas usinas, por período maior de tempo, bem como um comparativo com outras empresas no setor sucroenergético do Brasil. Assim, ao estudar a dinâmica entre Gestão, comunicação e imagem ambiental de um grupo representante do setor, acreditamos que a pesquisa aumentará o espectro de conhecimento em relação ao tema e contribuirá para a compreensão sobre esta dinâmica no Brasil.

Nesta dissertação, temos na revisão bibliográfica as definições de Gestão, comunicação e imagem ambiental, assim como a preocupação com a distância entre ação e divulgação, logo após trazemos um breve relato sobre os aspectos e impactos ambientais e sociais do setor sucroenergético, em seguida explicitamos nossa metodologia e por fim nos resultados, apresentamos o contexto em que o grupo está inserido, bem como suas principais ações de Gestão e comunicação

ambiental. Para melhor delimitação descrevemos parte de suas ações na Usina Costa Pinto no Município de Piracicaba-SP.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Gestão, Comunicação e Imagem ambiental

A partir dos anos 1990, principalmente com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, as demandas sociais passaram a pressionar quanto às questões ambientais e culminaram em uma nova visão de organização. “Desde então, a competitividade passou a estar vinculada não apenas à capacidade de produção a baixos custos, mas também ao atendimento de políticas ambientais e sociais” (ALMEIDA et al., 2007, p. 516).

Este é o novo cotidiano das empresas, que tiveram que se adequar para se manterem competitivas no mercado. Como consequência, a Gestão Empresarial voltada para o ambiente deixou de ser periférica e assumiu papel de destaque, passando a ser amplamente difundida como Gestão Ambiental (DEBOLETTA; SCHEMMER; YOKOMIZO, 2009, p. 8).

Entre as definições de Gestão Ambiental temos que, para Barbieri (2012, p. 147), a Gestão Ambiental pode ser definida como diretrizes e atividades administrativas e operacionais tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o ambiente, reduzindo, eliminando ou compensando danos ou problemas causados pelas ações humanas e evitando sua aparição.

A Gestão Ambiental Empresarial é definida como “as diferentes atividades administrativas e operacionais realizadas pela empresa para abordar problemas ambientais decorrentes de sua atuação ou para evitar que eles ocorram no futuro” (BARBIERI, 2012, p. 147).

Nos últimos anos, a Gestão Ambiental Empresarial tem sido condicionada pela pressão das regulamentações, acionistas, investidores, bancos, consumidores e concorrência, a uma busca de uma melhor reputação e pela redução do risco ambiental (SOUZA, 2002, p. 7).

Para a realização da Gestão Ambiental as organizações adotam Sistemas de Gestão Ambiental, sendo estes sistemas, criados pela própria organização ou normatizados por outras instituições. Por meio de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), as organizações gerenciam sistematicamente suas questões ambientais

(ALMEIDA et al., 2007, p. 514). O SGA requer a formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação de resultados, visando além de uma ação ambiental pontual (BARBIERI, 2012, p. 147).

A ISO 14001:2004 define como aspectos ambientais os elementos das atividades, produtos ou serviços de uma organização que podem interagir com o ambiente e ainda define impacto ambiental como qualquer modificação do ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, dos aspectos ambientais da organização. Para esta norma o Sistema de Gestão Ambiental de uma organização é aquele que gerencia seus aspectos ambientais (ABNT NBR ISO 14001, 2004, p. 10).

A resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente CONAMA 01/86 define impacto ambiental como:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:
I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
II - as atividades sociais e econômicas;
III - a biota;
IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
V - a qualidade dos recursos ambientais.
(BRASIL, 1986, Art. 1º)

A certificação dos Sistemas de Gestão Ambiental tenta garantir para o público que a empresa atende aos processos estabelecidos em suas normas e desta forma contribui para a imagem positiva da empresa no mercado (KRAEMER, 2003, p. 9).

É importante ressaltar que cada empresa se encontra em uma fase de evolução no processo de Gestão Ambiental. Algumas apenas se ajustam às leis, outras procuram se antecipar as regulamentações impostas tanto pelos governos, quanto pela sociedade (ALMEIDA et al., 2007, p. 515). Para Souza (2002, p. 7), a maior parte das empresas desenvolve suas ações ambientais principalmente como resposta às regulamentações ambientais do Estado, e não como uma política para atender aos interesses da sociedade (SOUZA, 2002, p. 7), nem aos seus próprios interesses.

No mesmo sentido, em 1992 a Associação Nacional de Gerentes Ambientais dos Estados Unidos conduziu uma pesquisa naquele país sobre o emprego de gerentes ambientais. Uma das principais conclusões é que as empresas apenas se conformam às regulamentações, poucas pensam em termos de melhorias em projetos ou processos (WHEELER III, 1992 apud SANCHES, 2000, p. 81).

Consideramos a Gestão ambiental eficaz quando a mesma cumpre as regulamentações, busca a melhoria contínua de seus processos e visa principalmente à prevenção de danos ao ambiente. Barbieri (2012, p. 183) ressalta que o atendimento a legislação e regulamentações é o patamar mínimo que se espera em termos de desempenho ambiental.

Entre as atividades de Gestão Ambiental, encontra-se a comunicação ambiental, onde as informações sobre os aspectos e impactos ambientais da organização são compartilhadas com seus públicos. Para Pillmann (2002, p. 1), a Comunicação ambiental pode ser vista como um processo de ligação entre as fontes e os destinatários da informação ambiental.

A norma internacional de Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 traz a comunicação como peça importante em um SGA. Segundo diretrizes daquela norma, a organização pode planejar sua comunicação, levando em consideração as decisões sobre grupos-alvo pertinentes, mensagens e temas apropriados e a escolha dos meios de comunicação.

Ao considerar a comunicação externa sobre os aspectos ambientais, recomenda-se que as organizações levem em consideração os pontos de vista e as necessidades de informação de todas as partes interessadas. Os métodos para a comunicação externa podem incluir relatórios anuais, boletins informativos, páginas na Internet e reuniões da comunidade.

A Comunicação interna é importante para assegurar a eficaz implementação do sistema de gestão ambiental. Os métodos de comunicação interna podem incluir reunião regular de grupos de trabalho, boletins informativos, quadros de aviso e intranet (ABNT NBR ISO 14001:2004 p.6).

A norma ISO 14.063:2006 traz diretrizes para a realização da comunicação ambiental. A norma define a comunicação ambiental como o processo de partilha de informação para construir confiança, credibilidade e parcerias, para sensibilização, e instrumento na tomada de decisão. Os processos utilizados e o conteúdo da comunicação variam de acordo com os objetivos e as circunstâncias da organização e devem ser construídos tendo como base informação concreta. Para assegurar o sucesso dos processos de comunicação ambiental, é importante para a organização considerar-se parceira responsável da sociedade e corresponder às expectativas ambientais das partes interessadas (ISO 14.063, 2006, p. 5).

Para Oliveira e Waissman (2002, p. 4), comunicação é a essência de um sistema social ou uma organização, pois o apoio concedido por vários de seus

públicos está ligado às informações recebidas especialmente no que diz respeito aos objetivos, atividades e realizações da empresa.

Com cadeias de produtos internacionais e o foco sobre os impactos ambientais dos produtos, a globalização está aumentando a necessidade de comunicação ambiental dentro e entre as empresas (HOLGAARD, 2006, p. 5).

A comunicação ambiental dentro de uma empresa é uma importante ferramenta para troca de experiências e intercâmbio de ideias entre os funcionários, enquanto a comunicação ambiental externa é necessária para a documentação e coordenação de um mercado baseado em esforços ambientais (HOLGAARD, 2006, p. 5)

Em se tratando da comunicação ambiental interna, para Holgaard (2006, p. 7), o desafio é realizá-la em um nível mais interorganizacional, documentar os impactos ambientais dos produtos e coordenar os esforços ambientais na cadeia de produção. Para dar resposta a estes novos desafios, há uma necessidade de ferramentas para mapear e planejar a comunicação ambiental nas empresas para transformar a criação e o desenvolvimento, produção e a venda de produtos tornando-os mais limpos. A ISO 14.063 norma internacional de comunicação ambiental, segundo Holgaard (2006, p. 8), pode ter um efeito catalisador nesta preocupação.

De acordo com Santos e Abreu (2009, p. 206), em pesquisa sobre o marketing verde, o ideal é conseguir fazer com que as políticas ambientais organizacionais sejam valorizadas por todos os níveis hierárquicos. Para isso, a comunicação interna deve ser coerente com o planejamento estratégico organizacional e com as ações realizadas (SANTOS; ABREU 2009, p. 206).

Referindo-nos a comunicação ambiental externa, aquela que se liga ao público externo e pode participar da comunicação da organização e consequente de estratégias de marketing e da construção e projeção da imagem ambiental, temos a definição de Bueno (2009, p. 191) onde “a imagem, ou as imagens, são as percepções que estão na cabeça dos públicos ou das pessoas individualmente, formadas pelo contato direto ou indireto com ela”.

Ainda para Bueno (2009, p. 189) a imagem corporativa é a representação mental de uma organização construída por um indivíduo ou grupo por meio de percepções e experiências concretas, informações e influências recebidas de terceiro ou da mídia (BUENO, 2009, p. 189).

Para Castro Neves (1998, p. 64) a imagem de uma organização é o resultado do balanço entre as percepções positivas e negativas que esta projeta para um determinado público. A imagem é boa quando este saldo é positivo ou muito positivo. A Imagem tem poder, ela tanto pode enaltecer a organização como levar a falência (NEVES, 1998, p. 64).

A partir dos anos 1990, a garantia de uma boa imagem das empresas e instituições passou a depender além de um bom relacionamento com a imprensa, de práticas de bom relacionamento com os outros públicos estratégicos da organização como os trabalhadores, acionistas, consumidores, fornecedores, distribuidores, autoridades, sindicatos, organizações não governamentais e comunidades (NASSAR, 2004, p. 51). Segundo Fortes (1998 p. 158), se a empresa desfrutar de um conceito positivo ou uma imagem positiva diante de seus públicos, estes tendem a não acreditar, em momentos de crises, na possibilidade de que suas condutas foram negligentes.

A imagem de uma empresa varia em função de seus públicos. Por exemplo, uma empresa que trabalha com transgênicos, que são organismos que possuem sequências ou partes de DNA de outros organismos, apresenta uma imagem positiva quando o assunto é biotecnologia, pois desenvolve as mais avançadas técnicas nesta área, mas possui uma imagem negativa em se tratando da área ambiental, pois os efeitos ao ambiente do uso desta tecnologia ainda não estão totalmente elucidados (BUENO, 2009, p. 189).

Quando se trata de tecnologia e inovação na produção de biocombustível, o setor sucroenergético possui uma imagem favorável, mas é constantemente questionado em relação a sua imagem ambiental e social. O setor responsável pela produção de cana-de-açúcar e etanol no Brasil se sentiu pressionado quando algumas usinas foram surpreendidas utilizando trabalho considerado escravo (BUENO, 2009, p. 278) e sofreram denúncias ambientais, tentando a partir desta situação, construir uma imagem ambiental positiva.

Imagem ambiental é o termo utilizado nesta dissertação para referir-se a imagem organizacional voltada a área ambiental, ou seja, a divulgação de imagem de empresa ambientalmente responsável.

As empresas costumam utilizar auditorias de imagem, que é um instrumento para avaliar a presença e a imagem de uma organização junto a determinados

públicos ou junto à opinião pública de forma geral. Em outras palavras, é um conjunto de técnicas que visa avaliar a percepção que o público possui das organizações (BUENO, 2008, p. 347).

Bansal e Kistruck (2006, p. 166) defendem que as empresas realizam a gestão das impressões, que são as representações simbólicas de ações concretas. A gestão das impressões é a elaboração das representações, a fim de influenciar as percepções dos *stakeholders* por meio do controle do que é divulgado e como é divulgado (BANSAL; KISTRUCK, 2006, p. 166).

Durante o processo de gestão da impressão, a imagem da empresa é negociada internamente e com seu público (GINZEL; KRAMER; SUTTON, 1993, p. 162). A imagem cumpre um papel essencial na inserção de uma organização na sociedade, agregando-lhe identidade e personalidade própria (BUENO, 2008, p. 346).

As empresas devem ter cuidado para que os seus esforços na gestão da impressão transmitam suas ações efetivas e gerem credibilidade (BANSAL; KISTRUCK, 2006, p. 166). A empresa que se antecipa no atendimento das demandas ambientais por meio de ações legítimas e verdadeiras acaba criando um importante diferencial estratégico (BARBIERI, 2012, p. 116).

Em estudo sobre o conteúdo ambiental de *websites* de duas unidades da Shell avaliado por estudantes de administração, em uma Universidade no Canadá, Bansal e Kistruck (2006, p. 177) identificaram que um esforço das empresas para ser transparente pode, ironicamente, não resultar em maior transparência. Isso ocorre porque as pessoas reagem de maneiras diferentes; alguns preferem dados qualitativos e imagens sobre as ações ambientais realizadas. Outros preferem dados quantitativos e gráficos. Quando há excesso de dados numéricos e técnicos com necessidade de muito tempo para leitura e compreensão, há a impressão, de alguns entrevistados, de uma tentativa por parte da empresa de ofuscar uma mensagem global e importante e confundir o leitor (BANSAL; KISTRUCK, 2006, p. 177). No entanto, declarações vagas sobre o compromisso da empresa com o ambiente pode ser percebida como meramente gerenciamento de impressão (BANSAL; KISTRUCK, 2006, p. 165).

O estudo, então, indicou que os consumidores estão céticos em relação à divulgação ambiental das empresas e que esforços ilustrativos, tais como imagens, declarações de valor e marcas devem estar em parceria com fatos e dados

concretos (BANSAL; KISTRUCK, p. 177). Para Bansal e Kistruck (2006, p. 117), os gerentes/ administradores devem determinar a forma de transmitir seu compromisso com o ambiente e os interessados devem determinar como avaliá-lo. Ainda para Bansal e Kistruck (2006, p. 178), reconhecer esta dinâmica contribuirá para que as organizações adquiram uma maior responsabilidade em suas ações.

Segundo Bansal e Kistruck (2006, p. 178), o gerenciamento das impressões é exercido em reuniões de acionistas, usado pelos porta-vozes e transmitido através de comunicados de imprensa, declarações por procuração, relatórios anuais, *websites* e outros documentos corporativos.

A divulgação das ações ambientais das organizações é realizada por diversas formas em mídias impressas ou digitais, tais como seções de Gestão Ambiental e /ou Sustentabilidade em *websites*, propagandas em televisão, rádio, jornais, revistas em geral e especializadas no tema, publicação de jornais corporativos. A divulgação ambiental também vem sendo realizada através de relatórios ambientais que são as comunicações para divulgar os aspectos ambientais da organização, seus impactos e o que ela faz, e pretende fazer, em relação a eles (BARBIERI, 2012, p. 267).

Os relatórios podem ser de caráter obrigatório como nos casos de elaboração de relatório de impacto ambiental (RIMA) decorrentes de Estudos de impactos ambientais (EIA) previstos na resolução CONAMA 001 de 1986, ou ser de caráter voluntário. Os de caráter voluntário podem relatar questões exclusivamente ambientais ou em conjunto tratar questões sociais, econômicas, e/ou outras. (BARBIERI, 2012, p. 268). Há relatórios que seguem modelos próprios da organização e aqueles que são padronizados, seguindo orientações de agentes externos.

As empresas vêm adotando como modelo os relatórios de sustentabilidade, que são utilizados como instrumentos de comunicação ambiental. A gestão ambiental e as divulgações de suas ações ficam então inseridas no conceito da sustentabilidade em conjunto com os demais impactos da organização. O conceito de sustentabilidade apresenta uma série de definições, os relatórios consideram a descrição da *triple bottom line*, ou seja, dos impactos sociais, ambientais e econômicos da organização, baseados no conceito de desenvolvimento sustentável do relatório Nosso Futuro Comum (1987) da Comissão Mundial sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento: satisfazer a necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Os relatórios de sustentabilidade estão em grande parte sob diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A GRI se denomina como uma organização sem fins lucrativos que trabalha para uma economia global sustentável fornecendo orientações para relatórios de sustentabilidade, sendo estes amplamente utilizados em todo mundo (GRI, 2012, p. 1).

Segundo as Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI 2000-2006, o relatório é a maneira pela qual se mede os impactos sociais, ambientais e econômicos de uma organização, os divulga e presta contas aos *stakeholders*, o mesmo deve incluir tanto informações positivas quanto negativas da organização. Desta forma, não é apenas uma divulgação, mas também ação ambiental.

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa - recomendou em 2012 que empresas publiquem relatórios de sustentabilidade ou expliquem o porquê não os possuem (BM&F Bovespa, p. 1), contribuindo assim com o aumento do uso deste instrumento no país. As ações ambientais e respostas a dúvidas e críticas também podem ser transmitidas através da assessoria de imprensa ou de relações públicas.

Muitas vezes na pressa de obter melhoria na imagem, há uma distância entre o que é de fato realizado e o que está sendo divulgado, havendo apenas a gestão da imagem sem a realização ou a realização precária da Gestão Ambiental. Importante destacar que sendo a imagem ambiental uma representação da realidade e projeção das ações ambientais da organização, haverá distância entre as ações efetuadas e a imagem percebida pelo público, pois é pouco provável que esta representação e projeção reflitam fielmente a realidade, além das diferentes visões envolvidas por parte dos receptores desta imagem.

O marketing pode se antecipar e colocar em pauta a temática ambiental sem que as empresas tenham feito mudanças necessárias (VOLTOLINI, 2008, p. 1) e desenvolvido uma gestão efetiva dos problemas ambientais, aumentando cada vez mais a distância entre as ações realizadas e a imagem projetada, sendo esta distância facilmente percebida pelo público.

Assim, antes que as práticas prejudiciais, modelos de produção e a cultura interna se alterem, projeta-se uma imagem de adequação ambiental. Melhor dizendo, a organização necessita de uma imagem ambiental favorável junto a seus

stakeholders, então há divulgações de ações ambientais que muitas vezes são pontuais e não representam uma mudança de padrão.

Grande parte dos esforços empresariais visa apenas encobrir os riscos e os danos ambientais causados, buscando transformar a imagem ambiental das empresas com o mínimo de investimentos na solução dos problemas reais causados ao ambiente (ALMEIDA et al., 2007, p. 516).

Para o presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, Hélio Mattar, ganha força a necessidade de a empresa mostrar sua identidade para receber aprovação dos “agentes de mercado” que a pressionam: consumidores, investidores, mídia, governo e líderes de opinião. Para o presidente do Instituto, o marketing é necessário, mas, sozinho, é insuficiente. Com ele, a empresa mostra que muda apenas por meio de ações localizadas (BREDARIOLI, 2004, p. 1).

Nas palavras de Voltolini

De olho numa suposta – e discutível – vantagem competitiva em relação à concorrência, o marketing saiu na frente sem ter dado à empresa o tempo de amadurecer a sua convicção sustentável junto com acionistas, funcionários, fornecedores, clientes e comunidades. (VOLTOLINI, 2008, p. 1).

Ao tentar enquadrar as ações socioambientais da empresa em um “posicionamento” criativo, escorando-se em *slogans* emocionais, imagens e metáforas bonitas, o marketing “vende uma idéia”, mas não comunica tudo o que a empresa faz ou pensa fazer (VOLTOLINI, 2008, p. 1).

Segundo Voltolini (2008, p. 1) essa simplificação acaba sendo um subterfúgio para as empresas que não têm o que mostrar, porém pode prejudicar as que de fato têm.

Segundo Kunsch (2001, p. 1) não se pode pensar que a área de comunicação resolve os problemas se o discurso não for coerente com as ações. “A retórica sozinha não tem mais força. Ela só terá efeito se houver realmente um comportamento de mudança” (KUNSCH, 2001, p.1) Será sempre importante questionar o papel que a comunicação corporativa exerce no sentido de mascarar a realidade, resultando em alguns casos em prejuízos aos cidadãos (BUENO, 2009, p. 190).

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) divulgou em 2011, normas para publicidade que contenha apelos de sustentabilidade. Segundo estas normas:

A publicidade deverá refletir as preocupações de toda a humanidade com os problemas relacionados com a qualidade de vida e a proteção do meio ambiente; assim, serão vigorosamente combatidos os anúncios que, direta ou indiretamente, estimulem:

1. a poluição do ar, das águas, das matas e dos demais recursos naturais;
 2. a poluição do meio ambiente urbano;
 3. a depredação da fauna, da flora e dos demais recursos naturais;
 4. a poluição visual dos campos e das cidades;
 5. a poluição sonora;
 6. o desperdício de recursos naturais.
- (CONAR, 2011 p. 1)

Muitas vezes as divulgações das ações ambientais das empresas utilizam-se da publicidade. A publicidade estimula o consumo e, portanto gera impactos ambientais. Segundo Zozzoli (2008, p. 11), o impacto da publicidade sobre o ambiente não se limita ao conteúdo de suas mensagens. Para o autor, numerosos são os veículos publicitários que geram danos ao ambiente: utilização de muito papel, sacos plásticos descartáveis, *outdoors* que gastam energia, poluição visual, auditiva etc. indo até às condições técnicas de sua aposição: uso de veículos automotores, aviões, entre outros. Para o autor esta posição, enfraquece e até invalida os procedimentos já iniciados de maneira ética por outras empresas, em outras palavras, os danos causados pela divulgação das ações ambientais, podem superar os benefícios destas ações.

Em contrapartida, estudos relacionados ao marketing verde possuem uma visão diferente do exposto acima, os mesmos alegam não agredir o ambiente e até incentivar a responsabilidade ambiental. Segundo Polonsky (1994, p. 2), o marketing verde consiste em todas as atividades destinadas a gerar e facilitar quaisquer mudanças que satisfaçam as necessidades e desejos humanos, contanto que isto ocorra com um impacto mínimo no ambiente.

Para Scarpinelli e Ragassi (2003, p. 3) o Marketing verde

é um grande aliado no trabalho de preservação e sustentabilidade do meio ambiente. Ele envolve uma característica fundamental que é o contato da empresa com o mercado consumidor, desenvolvendo argumentos que contribuam como exemplo de conduta consciente e desperta o interesse gradativo da sociedade em consumir produtos ou serviços que estejam condizentes com as normas e regulamentações ambientalmente corretas. O marketing verde, em via de regra, simboliza os reais compromissos que as empresas estabelecem para a preservação e educação ambiental, sendo um fator muito importante nas relações com os consumidores e, despertando assim a visão de responsabilidade com o meio ambiente (SCARPINELLI; RAGASSI, 2003, p. 3).

Notamos que há uma inversão da ideia de mudança ambiental organizacional, pois o marketing é visto como o agente responsável e catalisador das mudanças e comprometimento ambiental do consumidor e não da empresa, onde a Gestão da

Imagem da organização atuaria na sensibilização quanto à questão ambiental. Porém, o contrário deve acontecer, as mudanças de comportamento e padrões de desenvolvimento com a realização de uma Gestão Ambiental efetiva devem ocorrer antes e, só depois de bem estruturadas, devem ser divulgadas e utilizadas como instrumento de marketing.

O processo de relações públicas auxilia neste processo de marketing, pois considera a ambiência, ou seja, a modelagem ao meio físico, estético e psicológico, e dentre sua proposta há a de definir a imagem de um produto como ecologicamente correto (FORTES, 1998, p. 164).

“Algumas empresas querem parecer sustentáveis, socialmente responsáveis, etc., mas apesar do investimento que fazem neste sentido, pouco conseguem, pois não há correspondência entre sua identidade (discurso) e a realidade” (BUENO, 2009, p. 201).

Muitas vezes ocorre o que se chama de *greenwash* ou lavagem verde. A expressão lavagem verde refere-se a práticas das empresas que se apropriam indevidamente do discurso ambiental, ou seja, empresas obtêm benefícios de imagem sem dar contribuição efetiva na redução dos problemas ambientais. (BARBIERI, 2012, p. 116). Para Barbieri (2012, p. 116) a lavagem verde é qualquer prática deliberada para esconder os impactos ambientais adversos mediante ações paliativas gerando imagem falsa da empresa quanto ao seu real envolvimento com as questões ambientais. Para o autor, o que caracteriza a lavagem verde é a intenção deliberada de cuidar mais da imagem da empresa que do ambiente.

Para Lyon e Maxwell (2011, p. 4) a pressão dos públicos, ou como chamado pelos autores dos ativistas, detém a lavagem verde, mas induz algumas empresas a publicar menos sobre seu desempenho ambiental. Ainda para Lyon e Maxwell (2011, p. 4), sistemas de Gestão Ambiental e políticas públicas que incentivem sua adoção pelas empresas podem diminuir a prática da lavagem verde.

Ainda em relação à credibilidade das divulgações ambientais, sobre sustentabilidade das empresas, foi realizada pesquisa no Município de São Paulo pelo Conselho Brasileiro para o desenvolvimento sustentável (CEBDS), em parceria com a empresa Market Analysis. Nesta pesquisa observou-se que 50% dos consumidores entrevistados falaram bem para outras pessoas de empresas que julgaram como responsáveis socioambientalmente; 38% dos formadores de opinião

entrevistados (agências de comunicação, de publicidade, consultores, etc.) elogiam uma boa comunicação em sustentabilidade a partir da incorporação da sustentabilidade nos princípios e valores e 40% criticam a falta de honestidade da empresa e da comunicação (CEBDS, 2010, p. 4).

De acordo com essa pesquisa 65% dos consumidores e 62% dos formadores de opinião concordaram plenamente com a frase: “É melhor que uma empresa admita que faz pouco pela sociedade ou meio ambiente do que dizer que faz mais do que realmente faz” (CEBDS, 2010, p. 23).

Em relação à concretização das ações ambientais divulgadas, 57% do público e 91% dos formadores de opinião acreditam que as empresas tem uma concretização média de suas ações (CEBDS, 2010, p. 3), ou seja, estão céticos em relação à realização das ações ambientais pela empresa.

Em 2012, ainda sobre o ceticismo em relação às empresas, a pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil intitulada o que o Brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo Sustentável, trouxe que 55% dos entrevistados consideraram a atuação dos empresários na defesa do meio ambiente como ruim ou muito ruim (BRASIL, 2012, p. 7).

A pesquisa *Greenwashing no Brasil*: um estudo sobre os apelos ambientais nos rótulos dos produtos, desenvolvida pela empresa *Market Analysis* demonstrou que a opinião fica dividida quando o assunto é transparência. A pesquisa chegou à conclusão que metade da população brasileira acredita que a comunicação das empresas é honesta e transparente. A pesquisa revelou também que quase um em cada quatro processos instaurados pelo Conselho de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) tem a ver com declarações inadequadas ou não fundamentadas sobre a qualidade socioambiental de produtos e serviços (MARKET ANALYSIS, 2010, p. 36).

Ainda para a *Market Analysis* apenas 10% dos anúncios sobre os temas meio ambiente e responsabilidade social “veiculados na imprensa brasileira oferecem algum tipo de resultado ou informação concreta – com números – sobre as atividades dos anunciantes”, e ainda 66% dos consumidores percebem que as campanhas veiculadas são mais um esforço da empresa para ter uma boa imagem do que uma reflexão real de seu relacionamento com o meio ambiente (SPATUZZA, 2012, p. 1).

Essas pesquisas vêm corroborar a ideia de que o público não se sente seguro com as divulgações ambientais e de sustentabilidade das empresas, acreditando haver distância entre a imagem ambiental divulgada e a gestão ambiental realizada.

Deste modo, as empresas necessitam cuidar não apenas de si mesma e de seus fornecedores, mas também para que seus concorrentes não adotem práticas prejudiciais, porque a sociedade tem a tendência de generalizar suas avaliações a setores que abrigam organizações não éticas (BUENO, 2009, p. 278). Para Bueno (2009, p. 278) esta atitude pode ser feita por meio de entidades patronais que são cobradas, cada vez mais a abrir mão de sua visão corporativista e retirar de seu convívio os maus exemplos.

O setor sucroenergético, e nele inserido o Grupo Cosan, não difere deste contexto. Participante de conflitos socioambientais, o setor sofre cada vez mais pressão de investidores e da sociedade em relação às suas práticas de responsabilidade ambiental e social, procurando então construir uma imagem positiva perante seus *stakeholders* respondendo às críticas por eles direcionadas através da divulgação de suas ações e da realização da Gestão Ambiental.

2.2 O Setor Sucroenergético: aspectos e impactos ambientais, sociais e econômicos.

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de açúcar (UNICA, 2010 p.1) e segundo produtor mundial de etanol (IBGE, 2007 p. 1). O Estado de São Paulo é o maior produtor de cana-de-açúcar nacional respondendo por 70% da produção de cana no país e por 17% da produção de etanol do mundo (SMA, 2011, p. 1). Segundo o Painel da Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo 2010, a tendência observada desde 2000 é de crescimento da composição renovável da matriz energética no Estado. Esse processo se deve, basicamente, à expansão da cultura de cana-de-açúcar.

Deste modo, o consumo de álcool anidro (adicionado à gasolina) e álcool hidratado (utilizado diretamente pelos carros a álcool ou biocombustíveis) aumentou significativamente, bem como o aproveitamento do bagaço nas usinas de cana para cogeração. Espera-se que essa tendência prossiga, porém, é necessário considerar os efeitos da exploração de petróleo e gás na costa paulista. (SMA/CPLA, 2010 p.30).

A produção de cana-de-açúcar e etanol concentra-se na região centro sul e no nordeste do país. A região centro- sul abrange os estados de Mato Grosso do

Sul, Goiás, Sul do Estado Tocantins e Mato Grosso, Distrito Federal, os estados do sudeste (menos norte de Minas) e sul do Brasil (UNICA, 2010, p. 1).

O setor sucroenergético, antes denominado sucroalcooleiro, é organizado nos seguintes processos: plantação e cultivo da cana-de-açúcar; produção do açúcar, etanol e bioeletricidade; comercialização do produto final. Há produtores de açúcar e etanol que atuam em todos os processos, “mas a maior parte utiliza parcerias e contratos de longo prazo, principalmente para as atividades de fornecimento de cana-de-açúcar e comercialização, mantendo o seu foco na produção do açúcar ou do álcool” (LINS; SAAVEDRA, 2007, p. 9).

Este setor está marcado por diversos conflitos e possui impactos socioambientais negativos associados tanto à parte agrícola quanto a parte industrial (PIACENTE, 2005, p. 5). A parte agrícola apresenta aspectos e características ligados ao processo de ocupação territorial e a utilização excessiva de recursos naturais como água e solo (PIACENTE, 2005, p. 5), enfrentando os impactos ambientais relacionados à prática da monocultura³. A divisão industrial do setor sucroenergético apresenta-se intimamente ligada com os processos de transformação da matéria prima, que também são responsáveis pela geração de diversos impactos (PIACENTE, 2005, p. 5).

A Agência de Informação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) seção cana-de-açúcar traz um resumo dos impactos ambientais e sociais causados pelo setor sucroenergético, sendo estes:

- redução da biodiversidade, causada pelo desmatamento e pela implantação de monocultura;
- contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo, devido ao excesso de adubos químicos, corretivos minerais, herbicidas e defensivos agrícolas;
- compactação do solo, devido ao tráfego de máquinas pesadas durante o plantio, tratos culturais e colheita;
- assoreamento de corpos d'água, devido à erosão do solo em áreas de reforma;
- emissão de fuligem e gases de efeito estufa, na queima de palha, ao ar livre, durante o período de colheita;
- danos à flora e à fauna, causados por incêndios descontrolados;
- consumo intenso de óleo diesel nas etapas de plantio, colheita e transporte;
- concentração de terras, rendas e condições sub-humanas de trabalho do cortador de cana. (RAMOS; LUCHIARI JUNIOR, 2009, p. 1).

³Segundo Hillig (2008), a monocultura é o plantio extensivo de um único vegetal e traz desvantagens ambientais porque exaure o solo e reduz a biodiversidade. A racionalidade fundamental é a exploração dos recursos naturais, o fator ambiental é tratado como recurso, reduzido ao uso extensivo da terra. (HILLIG, 2008 p. 1).

Abordando estes impactos de forma mais detalhada temos da parte industrial a vinhaça que é a calda na destilação do licor de fermentação do álcool de cana-de-açúcar; sendo líquido residual é classificada como efluente de destilarias, a vinhaça tem alto poder poluente e alto valor fertilizante; o poder poluente é cerca de cem vezes maior que o do esgoto doméstico, é rica em matéria orgânica, apresenta baixo pH, elevada corrosividade, altos índices de demanda bioquímica de oxigênio, elevada temperatura e é atualmente utilizada para fertirrigação (SILVA; GRIEBELER; BORGES, 2006, p. 109). Também utilizada para adubação, a torta de filtro é um importante resíduo da indústria sucroenergética proveniente da filtração do caldo extraído das moendas no filtro rotativo (ROSSETTO; SANTIAGO, 2007, p. 1). Durante a moagem da cana é gerado o bagaço da cana um resíduo fibroso, atualmente, utilizado na cogeração de energia elétrica.

A industrialização da parte agrícola da monocultura, para Hillig (2008), leva a intensa utilização de insumos industriais, fundamentalmente agrotóxicos e outros produtos químicos, representando um risco ambiental.

Entre os principais problemas ligados ao cultivo da cana-de-açúcar encontra-se a degradação do solo causada pela erosão e a compactação causada pelo tráfego constante de máquinas agrícolas pesadas associadas com o cultivo e operações de colheita nos canaviais (MARTINELLI; FILOSO, 2008 p. 886). Segundo Martinelli e Filoso (2008, p. 886) as taxas de erosão do solo em plantações de cana-de-açúcar são de até 30 toneladas de solo por hectare por ano, contribuindo tanto para a degradação do solo como também para a degradação dos sistemas aquáticos. Além da sedimentação dos corpos d'água, há contaminação com metais pesados e pesticidas usados no cultivo da cana-de-açúcar (MARTINELLI; FILOSO, 2008, p. 886) que acarreta danos à saúde humana devido a sua toxicidade e aos potenciais carcinogênicos e mutagênicos presentes nestes elementos. Quando em excesso em corpos d'água podem ser bioacumulados pelos organismos aquáticos causando danos através da cadeia alimentar.

Em pesquisa sobre os impactos da cultura da cana-de-açúcar, através da técnica de espectrometria de absorção atômica, Corbi et. al. (2006, p. 63), encontrou que os elementos cobre e zinco apresentaram maiores concentrações nos córregos situados nas áreas de cana-de-açúcar, a contaminação por estes elementos pode se dar através da lixiviação de produtos agrícolas e estar relacionada com a queima da

palha da cana, que pode liberar o elemento zinco (CORBI et.al, 2006, p. 63). Os córregos situados em áreas adjacentes à atividade canavieira também apresentaram as maiores ocorrências e maiores concentrações de agrotóxicos organoclorados usados no controle de incidência de pragas, apesar de muitos destes serem proibidos por lei, ainda são vendidos clandestinamente e ainda alguns destes compostos têm resistido à degradação ambiental por décadas e tendem a aparecer repentinamente no ambiente (CORBI et.al, 2006, p. 63).

Usando a técnica de isótopos estáveis, Martinelli et al. (1999, p. 78) encontrou como resultados nas amostras coletadas em bacias hidrográficas que foram cobertas com cana-de-açúcar a presença de carbono originado da cana (determinado pelo carbono C_4 presente nesta planta), sugerindo então que a erosão acelerada transporta materiais orgânicos para a água ou que há uma descarga intensa de vinhaça e ainda que as duas coisas ocorrem.

Outro aspecto relacionado é que cana-de-açúcar requer fertilizantes para sua viabilidade principalmente o Nitrogênio. Este elemento seja por excesso de aplicação ou por disposição da vinhaça no solo, pode ocasionar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas. O excesso deste nutriente pode causar eutrofização, ou seja, enriquecimento excessivo de nutrientes, provocando proliferação de algas e plantas aquáticas causando mortandade de peixes e outros organismos. O Nitrogênio na forma de Nitrato pode ocasionar envenenamento de crianças menores de seis meses ao consumirem a água contaminada, pois estas possuem em seu trato digestivo bactérias que o transformam em Nitrito, composto que se liga a hemoglobina impedindo-a de transportar oxigênio (RESENDE, 2002, p. 15).

Para Corbi et al. (2006, p. 1), a aplicação e o uso de herbicidas, pesticidas e fertilizantes durante o cultivo da cana-de-açúcar, aliados ao problema da não preservação de matas ciliares e reserva legal, têm ocasionado impactos sobre os recursos hídricos das áreas próximas a estas plantações, principalmente através do processo de lixiviação do solo de áreas cultivadas com adubos químicos e agrotóxicos.

Como citado anteriormente outro impacto do cultivo cana-de-açúcar é a prática da queima da palha, além da liberação de metais como o zinco, as queimadas “emitem material particulado, aerossóis, gases, como o metano, monóxido de carbono, dióxido de carbono, N_2O , NO_x , hidrocarbonetos não metânicos e outras substâncias orgânicas provenientes da combustão incompleta.” (

CANÇADO, 2003 p. 38). Para Cançado (2003, p. 38) a influência do deslocamento das massas de ar faz com que esses poluentes sejam transportados para longe dos locais de produção, influenciando até mesmo regiões distantes destes. Além disso, há presença na atmosfera de resíduos (fuligem) resultantes da prática da queima da palha, esta fuligem aparece para a população como evidência de que os problemas respiratórios dependem da poluição ambiental gerada pelas queimadas, ou são agravados por ela (CANÇADO, 2003, p. 59).

Em pesquisa sobre os efeitos da queima da palha sobre a saúde humana realizada no município de Piracicaba-SP, Cançado (2003, p. 59) observou o aumento das internações por doenças respiratórias, tanto em crianças e adolescentes como em idosos no período da queima da palha, sendo este aumento bem maior que o aumento das internações por doenças não respiratórias no mesmo período.

A queima da palha de cana também libera o elemento ozônio que estando presente em baixas altitudes, pode representar sérios riscos à saúde humana, principalmente o comprometimento do aparelho respiratório (KOSAKA, 2012, p. 11-15).

Também em Piracicaba-SP foi detectado precipitação de chuva ácida com repercussão negativa direta na bacia hidrográfica do Rio Piracicaba (KOSAKA, 2012, p. 34). Segundo Lara et al. (2001, p. 4632) chuva ácida, seguida por altas taxas de depósito de nitrogênio estão ocorrendo na Bacia do Rio Piracicaba. Isto se deve a fatores do uso da terra, tais como o cultivo intensivo do solo e queima da palha de cana-de-açúcar, juntamente com emissões industriais.

Além dos impactos citados, a queima pode trazer riscos à vegetação natural quando não controlada, causando incêndios em fragmentos florestais, podendo ser prejudicial à fauna presente nestas áreas ou nas plantações de cana-de-açúcar. A pesquisa da professora Katia Maria Paschoaletto Micchi de Barros Ferraz da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) chegou a fortes indicativos de que muitos atropelamentos de animais silvestres nas estradas são decorrentes das queimadas. Esta constatação foi possível através do mapeamento e do cruzamento dos dados de registros dos locais, dias e horários de atropelamento de espécies e das áreas onde foi realizada a queima (KOSAKA, 2012, p. 43).

O relatório Qualidade do ar do Estado de São Paulo 2010, afirma que a atividade da cana-de-açúcar com o desenvolvimento de indústrias de transformação (açúcar e etanol) leva a um crescimento econômico e populacional e aumento da frota veicular. Estes fatores, além da queima de palha de cana e do próprio processo industrial das usinas, fazem com que haja um aumento das emissões atmosféricas (CETESB, 2011a, p. 59).

Outro aspecto que também requer atenção é o desmatamento e destruição de áreas de preservação permanente e reserva legal definidas pela lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012:

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural [...] com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, LEI Nº. 12.651 de 2012 Art. 3º Inciso II e III.).

Gutierrez et al. (2011, p. 314) constatou que em busca de lugares estratégicos para escoamento da produção e aquisição de terras, houve avanço da plantação de cana-de-açúcar em unidades de conservação (Lei nº. 9.985/ 2000) no Mato Grosso do Sul.

Para Scharlemann e Laurance (2008, p. 43) o fator chave para avaliar a eficácia ambiental dos biocombustíveis é a conservação ou destruição de ecossistemas nativos para sua produção. Por exemplo, independente do quão eficaz a cana-de-açúcar é para a produção de etanol, os seus benefícios diminuem rapidamente se florestas tropicais e biomas estão sendo destruídos para se tornarem canaviais, causando como consequência um grande aumento das emissões de gases do efeito estufa, degradação da biodiversidade e outros impactos.

Figura 1 - Impactos Ecológicos do cultivo de cana-de-açúcar
Fonte: EMBRAPA (2010)

Para Scharlemann e Laurance (2008, p. 43), há clara necessidade de considerar mais que apenas a produção de energia e as emissões de gases do efeito estufa na avaliação dos diferentes biocombustíveis, devendo avaliar o total de impactos a eles associados. Há também necessidade de avaliação das etapas envolvidas na geração dos impactos e as dimensões dos mesmos.

Para Martinelli e Filoso (2007, p. 364) as propostas de expansão da produção de etanol no Brasil e no mundo devem ser cuidadosamente avaliadas, para evitar problemas ambientais e sociais que se sobreponham em longo prazo aos ganhos econômicos.

A expansão do setor sugere uma contribuição positiva para a Economia brasileira, como geração de renda, postos de trabalho, desenvolvimento, etc. Porém, um dos principais problemas de ordem econômica é a concentração da renda decorrente da atividade sucroenergética. Os benefícios econômicos se concentram apenas em uma pequena parcela da sociedade. Em São Paulo, atual maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, 18 grupos controlam quase toda a produção. Desses, 7 controlam 38% da renda líquida do setor em nível nacional (SANTOS, 2010, p. 27).

Por mais que boa parte da produção ocorra com base na prática do arrendamento de áreas, isso pouco modifica a lógica da reprodução do capital e da concentração de renda, pois na maior parte dos casos, os acordos são fechados com proprietários e/ou produtores maiores e capitalizados. Assim, tais características implicam a exclusão e a redução de fornecedores/produtores autônomos, o que perpetua a apropriação concentrada da renda gerada pelo agronegócio da cana. (SANTOS, 2010, p. 27).

Neste aspecto encontra-se um problema social, pois com o arrendamento de suas terras, os agricultores se dissociam de suas atividades, não mais produzem alimentos ou até mesmo a própria cana-de-açúcar e passam a viver do aluguel de suas terras, esta situação revela os problemas sociais enfrentados por estes agricultores.

Em estudo com fornecedores de cana na região de Ribeirão Preto-SP e Piracicaba-SP, Guedes, Terci e Peres (2007, p. 237) identificaram que as razões para o arrendamento de terras são: desinteresse das novas gerações em relação atividade agrícola, necessidade de buscar rendimentos fora da unidade agrícola, problemas de saúde e idade do chefe de família.

Este abandono das atividades agrícolas causou êxodo rural e consequente aumento de zona urbana. Estes agricultores geralmente não conseguem emprego nos centros urbanos, ficando a margem da sociedade. Mesmo permanecendo no campo, estas pessoas, ali estão apenas como moradores, quase não exercendo atividades agrícolas. Isto foi observado na pesquisa de Schneider (2001), intitulada: “A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil”, onde se constatou que significativa parcela de famílias de agricultores, apesar de residir na zona rural não se ocupa em atividades agrícolas.

Outra questão que preocupa é a possibilidade de expansão da área de cultivo, além da questão ambiental envolvida, a expansão de áreas de cultivo impossibilita seu uso para outras atividades agrícolas, como a produção de alimentos, trazendo consigo a preocupação com a segurança alimentar e soberania alimentar das populações⁴.

Este quadro traz outro questionamento, a injeção de capital estrangeiro no setor sucroenergético nacional, observada pelas inúmeras fusões, aquisições e *joint ventures* ocorridas nos últimos anos (BNDES, 2010, p. 7). Para Marques (2010, p. 6):

o livre comércio sem controle social, fundado no poder das multinacionais e em modelos agroexportadores, é o principal mecanismo que expulsa os agricultores de suas terras e é o principal obstáculo para alcançar desenvolvimento e segurança alimentar local.

⁴ Para melhor compreensão ler o artigo: Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes (MARQUES, 2010).

⁵ Celebração de um contrato entre duas ou mais empresas, que se associam, criando ou não uma nova empresa para realizar uma atividade econômica produtiva ou de serviços, com fins lucrativos. (MIRANDA; MALUF, 2003, p. 17).

No Brasil, além do processo de desnacionalização das agroindústrias, “ocorre uma transferência sem controle do patrimônio público, em particular as terras devolutas, para o patrimônio privado das grandes empresas nacionais e das multinacionais” (CARVALHO, 2007, p. 15).

Lopes (2012) acredita que o capital estrangeiro derruba a agroindústria brasileira, pois as multinacionais investem o mínimo para lucrar mais e se apoderaram do que as empresas brasileiras já haviam construído, não investem e assim espoliam o mercado brasileiro interno.

Delgado e Sant’Ana ⁶ (2007) analisaram o Mercado de trabalho no setor sucroenergético entre os anos de 1995 a 2005, nesta pesquisa foi constatado clara correlação negativa no período examinado entre o Índice de Produção Física que cresce 38% e o índice de emprego total que decresce 17 % até 2005, este decréscimo se deveu provavelmente ao aumento de áreas mecanizadas.

Para Laat (2010, p. 165) as condições de trabalho pioraram no corte da cana com a introdução do corte mecanizado, pois segundo o autor, a produção obtida pelo corte mecanizado se tornou referência para a avaliação do rendimento do corte manual para todo o estado de São Paulo, aumentando com isto a média exigida de produtividade por trabalhador.

Foi observado por Delgado e Sant’Ana (2007, p. 9) no período de 1995-2005 um aumento absoluto do emprego protegido pelo seguro social previdenciário, ou seja, um aumento da formalização do trabalho, porém não um aumento do emprego total. Segundo Delgado e Sant’Ana (2007, p. 9), as relações de equidade não melhoram com o aumento de formalização, mas transferem à política social o ônus do quadro de morbidade presente nas atuais relações de trabalho.

Para os autores, a formalização do trabalho pode ser interpretada como “uma estratégica privada de desoneração de custos e riscos, relativamente às precárias relações de trabalho que coexistem nestes setores, e que se caracterizam por um alto grau de morbidade aos trabalhadores” (DELGADO; SANT’ANA, 2007, p. 8), ou seja, transferências para o Estado de garantias antes oferecidas pela relação patronal familiar existente na relação usineiro e empregado.

A pesquisa também revelou condições de morbidade enfrentadas pelos trabalhadores deste setor. Com a formalização dos dados, os auxílios-doença

⁶ DELGADO, G.C.; SANT’ANA, R.S. **Setor sucro-alcooleiro: tendências recentes da produção e do mercado de trabalho.** 2007. Não publicado.

concedidos aos trabalhadores com carteira assinada na cana-de-açúcar saltaram do nível de 2300 no ano de 2000, para 6.257, enquanto que no trabalho industrial do açúcar e do etanol a elevação foi de 1755 para 8.381, em cinco anos, segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica. Enquanto o número de trabalhadores com carteira assinada aumenta, “o auxílio-doença cresce de forma quase epidêmica tanto no segmento agrícola, e de maneira ainda mais grave no segmento industrial” (DELGADO; SANT’ANA, 2007, p. 9).

O “grau de morbidade” das relações de trabalho em cana-de-açúcar estivera em grande medida escamoteada às condições da forte informalidade no emprego e, portanto não apareciam como problema de política social. Quando a formalidade avança, é possível detectar explicitamente o avanço (ou o reconhecimento) do grau de morbidade que essas relações de trabalho contêm (DELGADO; SANT’ANA, 2007, p. 10).

Para Delgado e Sant’Ana (2007, p. 20) é preciso alertar para os riscos econômicos e sociais do padrão de crescimento econômico adotado, pois este realiza uma especialização no comércio internacional, de baixa densidade de valor agregado, ao custo de uma enorme deterioração das condições de vida e de ocupação no mercado de trabalho (DELGADO; SANT’ANA, 2007, p. 20).

Ainda para os referidos autores, há efeitos alocativos sobre preços dos alimentos, e consequências fundiárias e ambientais, que têm algo em comum com as consequências analisadas sobre o mercado de trabalho, ou seja, uma profunda discrepância entre os custos privados e os custos sociais desse estilo de expansão produtiva (DELGADO; SANT’ANA, 2007, p. 20).

Com a pressão das críticas sociais e ambientais o setor sucroenergético traça estratégias de Gestão Ambiental e constrói uma imagem de adequação.

3 METODOLOGIA

Os dados referentes ao setor sucroenergético bem como parte da revisão bibliográfica sobre a Gestão e a Imagem ambiental no setor foram abordados em conjunto com os resultados a fim de desenhar o contexto no qual o Grupo Cosan insere-se.

Os dados referentes à Gestão Ambiental, a Comunicação e Imagem Ambiental do Grupo Cosan, bem como os dados referentes à Gestão e Imagem Ambiental do Setor Sucroenergético foram coletados através de Pesquisa bibliográfica, documental, e entrevistas semiestruturadas.

Segundo Pádua (2005, p. 65), documentos podem ser definidos como toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova. A pesquisa e análise documental compreendem a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim (MOREIRA, 2008, p. 271). Muito mais que localizar identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, a análise documental funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos (MOREIRA, 2008, p. 276).

A pesquisa documental também é definida como a “busca de informações em documentos que não receberam tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação.” (OLIVEIRA, 2007, p. 69), sendo na pesquisa científica ao mesmo tempo método e técnica (MOREIRA, 2008, p. 272).

Procurando contextualizar como a Gestão Ambiental vem sendo realizada pelo Grupo Cosan, assim como quais são suas estratégias de divulgação desta Gestão e consequentemente sua construção da imagem ambiental, foram escolhidos como documentos: Website do Grupo e documentos por ele disponibilizados como o Relatório de Sustentabilidade 2010 e 2011; Relatórios publicados por organizações não governamentais (ONGs) e governamentais, Notícias veiculadas em Mídia impressa ou digital através da busca de conteúdos ambientais e sociais relacionados ao nome do Grupo.

Foi realizada uma consulta ao site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em Jurisprudência-Consulta livre com as palavras-chaves Cosan, Raízen (denominação a partir da formação de *joint venture* com a Shell), em conjunto com (ambiental ou trabalhista), em função do volume e sobreposição de acórdãos

retornados, para melhor delimitação da pesquisa, foram escolhidos os processos ambientais da CETESB agência Piracicaba-SP em face de uma única usina do Grupo, a usina Costa Pinto localizada no Município de Piracicaba-SP. Os processos foram selecionados do ano de 2002 ao ano de 2012, completando um período de dez anos, abrangendo o período de abertura de capital do Grupo.

Além destes processos, foram levantados os inquéritos civis públicos em face do Grupo Cosan no Ministério Público do Estado de São Paulo em Piracicaba-SP. Vale ressaltar que o levantamento foi realizado por consulta ao nome Cosan e também a sua nova denominação social Raízen.

A partir da análise destes documentos houve a definição de atores a serem entrevistados os quais se mostraram parte interessada, direta ou indiretamente, na Gestão ambiental e nas ações sociais realizadas pelo Grupo Cosan, e pelo setor sucroenergético em Piracicaba-SP, sendo eles:

- Vereador de Piracicaba-SP.
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracicaba e Saltinho-SP.
- Advogado do Setor Sucroenergético.
- Representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba-SP (COMDEMA).
- Representante do Conselho de Desenvolvimento Rural de Piracicaba-SP (CONDER).
- Representante do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador em Piracicaba-SP (CEREST).
- Ex-Vereador de Piracicaba-SP.
- Procurador do Ministério Público Federal em Piracicaba-SP.
- Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).
- Representante da Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (COPLACANA), Associação de fornecedores de Piracicaba e Região (AFOCAPI) e Sindicato Patronal Rural de Piracicaba e região.

As entrevistas foram semiestruturadas, ou seja, foram baseadas em um guia de assuntos e/ou questões com a liberdade de introduzir mais questões para obter

maior informação sobre o tema desejado (SAMPIERI; COLADO; LÚCIO, 2006, p. 381).

Para Oliveira (2007, p. 86) a entrevista é “um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador e entrevistado e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que está se pesquisando” (OLIVEIRA, 2007, p. 86).

As entrevistas foram precedidas da leitura e assinatura pelos entrevistados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) baseado nas diretrizes do comitê de ética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. A entrevista com o representante da COPLACANA foi realizada por e-mail, também acompanhada e autorizada pelo TCLE.

As entrevistas foram gravadas, mediante autorização, pois “o gravador possui a vantagem de evitar perdas de informação, minimizar distorções, facilitar a condução da entrevista” (DUARTE, 2008, p. 77). Em apenas uma entrevista não obtivemos autorização para uso do gravador, mas esta foi registrada por anotações. A entrevista com o representante da COPLACANA foi realizada via e-mail. As entrevistas respeitaram a disponibilidade de tempo e espaço de cada entrevistado.

A pesquisa documental e bibliográfica foi importante para traçar o contexto no qual o Grupo insere-se, bem como suas ações de comunicação e Gestão Ambiental, e as entrevistas semiestruturadas auxiliaram, não só no contexto do setor, mas no contexto da Cosan no Município de Piracicaba-SP.

Inicialmente, havia sido previsto a realização de entrevistas semiestruturadas com gestores e técnicos da área ambiental e de comunicação e com representantes da alta administração do Grupo Cosan para mapear, como estudo de caso, o processo de gestão e comunicação ambiental da empresa e melhor contextualizar as ações do Grupo. Porém, apesar dos contatos, não obtivemos autorização da empresa até o encerramento desta pesquisa.

A análise dos resultados procurou explicitar as contradições e conflitos vivenciados pelo Grupo Cosan, suas estratégias de Gestão e Comunicação ambiental e a imagem percebida pelos atores entrevistados.

4 RESULTADOS

4.1 A Gestão e a Imagem Ambiental no Setor Sucroenergético: Críticas, Ações empresariais de comunicação e Estado.

“[Com as críticas] o capitalismo pode conservar ou mudar seus dispositivos de acumulação, pode melhorá-los no sentido de maior justiça, ou dismantelar garantias oferecidas até então”.
Boltansky e Chiapello

Em dezembro de 2009 ocorreu a 15ª Conferência de Mudanças Climáticas das Nações Unidas realizada em Copenhague (COP-15). Naquela ocasião, o Ministro de Meio Ambiente do Brasil, Carlos Minc anunciou que o país realizou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar para atestar que o etanol brasileiro era “100% verde”. Garantindo com isso que não haveria novas usinas de cana no Pantanal, na Amazônia, em áreas de vegetação nativa e a realização de queimadas (AGÊNCIA ESTADO, 2010, p. 1). Deste modo, Carlos Minc defendeu o uso do etanol como alternativa aos combustíveis não renováveis, garantindo através de estratégias públicas de Gestão Ambiental que ações ambientalmente corretas são realizadas por parte do setor.

A preocupação e críticas em relação à questão da biodiversidade e desmatamento tinha suscitado a criação do zoneamento agroecológico, citado por Carlos Minc, através da elaboração e entrada em vigor do decreto nº 6.961/2009 que “aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento”. Segundo o decreto, o zoneamento:

“surgiu da necessidade estratégica de se avaliar, indicar e espacializar o potencial das terras para a expansão da produção da cultura da cana-de-açúcar em regime de sequeiro para a produção de etanol e açúcar como base para o planejamento do uso sustentável das terras, em harmonia com a biodiversidade” (BRASIL, Decreto 6.961/2009).

Respondendo a preocupação diante das críticas ambientais, trabalhistas e de segurança alimentar, a então candidata a presidência da república e Ex Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu em 2010 como instrumento da Gestão Ambiental empresarial a certificação do etanol. Segundo ela, ao certificar o etanol, é estabelecida uma cota de produção que não vai afetar a segurança alimentar e são observados critérios de respeito à legislação trabalhista e legislação ambiental. Na

visão de Marina Silva, esta certificação possibilitaria a desconstrução do argumento daqueles que usam a questão ambiental para barrar o etanol brasileiro no mercado internacional (AGÊNCIA ESTADO, 2010, p. 1). Como veremos a certificação BONSUCRO surgiu como tentativa de realizar esta tarefa.

Em 2011, a Presidente da República Dilma Rousseff declarou: “Temos muito orgulho de nossa agricultura e de nosso programa de energia limpa baseada no etanol.” (UNICA, 2011, p. 5).

Nota-se aqui a preocupação de representantes do governo federal com a imagem ambiental do etanol brasileiro frente ao mercado internacional e a preocupação em atestar a realização das melhores práticas. Esta preocupação insere-se no contexto do Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 que traz como diretriz a expansão do setor de etanol. Este plano teve continuidade com o Plano Estratégico do Setor Sucroenergético lançado em 2012 para expandir a oferta de cana-de-açúcar destinada à produção de etanol, visando à demanda nacional e o mercado externo (SOU AGRO, 2012, p. 1).

A União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) representa a indústria produtora de açúcar, etanol e bioeletricidade. Visando a realização da Gestão Ambiental, a UNICA e o Governo do Estado de São Paulo assinaram, em junho de 2007, o Protocolo Agroambiental do Setor sucroenergético. Esse Protocolo, de adesão voluntária, estabeleceu uma série de princípios e diretrizes técnicas, de natureza ambiental, a serem observadas pelas indústrias da cana-de-açúcar (UNICA, 2007, p. 1).

Além da queima controlada da palha de cana e sua eliminação gradativa, o Protocolo dispõe sobre outros temas como: conservação do solo e dos recursos hídricos, proteção de matas ciliares, recuperação de nascentes, redução de emissões atmosféricas e cuidados no uso de defensivos agrícolas (UNICA, 2007, p. 1). Para o entrevistado 9 o protocolo é “muito importante, porém difícil de fiscalizar, fica uma demanda que não é só da agência ambiental”.

Sobre a Gestão Ambiental a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo institui o Programa Etanol Verde que é um projeto que tem como objetivo

estabelecer uma **parceria**⁷ com o setor sucroenergético paulista a fim de desenvolver tratativas diferenciadas que focam a cooperação e proatividade do setor e que estabelecem, de forma clara e objetiva, parâmetros positivos viáveis e passíveis de aplicação e monitoramento a serem

⁷ Grifo nosso.

adotados pelos produtores de açúcar, etanol e bioenergia [...] Também são ações do projeto articular e subsidiar o órgão licenciador nos procedimentos de licenciamento e na padronização de dados enviados nos estudos ambientais, e contribuir para o Sistema Estadual de Informações Ambientais, com informações sobre cobertura florestal e áreas de recuperação florestal do Estado (SMA, 2011).

Em 2009, a UNICA incorporou em sua agenda de trabalho, a comunicação, sendo esta composta por publicidade e propaganda, relações públicas, relações com a mídia, produção editorial, visitas e eventos e cursos e treinamentos. Com isto, usinas que não possuíam estratégias de comunicação passaram a incorporar e coordenar suas ações nesta área.

A comunicação proposta pela UNICA tem como objetivos: 1) a transparência com as metas de atender todas as demandas, abordar qualquer assunto e eliminar o “não quis comentar”, 2) o acompanhamento com as metas de corrigir erros cometidos em respostas rápidas, 3) não engajar críticos não factuais e, por fim, 4) a postura proativa com as metas de organizar e fornecer informações, disseminar a realidade do setor e mostrar erros das críticas⁸. Encaixando no processo de relações públicas que, segundo Fortes, (1998, p. 164) visa superar com informações, as percepções ambientais erradas ou distorcidas.

Entre as estratégias de comunicação do setor para a divulgação e promoção do uso do etanol como alternativa de combustível, encontra-se a obrigatoriedade da inserção da nomenclatura etanol em substituição ao termo álcool nos postos de combustível pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Segundo reportagem publicada pela Revista “Isto é”, de autoria de Porto (2009), “A iniciativa de alterar para etanol o nome nas bombas atende um pedido antigo dos usineiros, levado à ANP pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA). A entidade alegou que o nome álcool nas bombas era relacionado com o álcool consumido em bebidas alcoólicas” (PORTO, 2009, p. 1). A mudança da nomenclatura deveu-se a padronização desta com a Internacional visando à promoção do biocombustível no exterior (GEBRIM, 2010, p. 1).

Mesmo após a mudança de nomenclatura, os consumidores não associavam a palavra etanol ao álcool combustível, a UNICA então lançou movimentos de marketing para consolidar a palavra etanol e também para associá-lo ao ambiente e a redução de emissões. Entre as ações estava uma cartilha com os benefícios do

⁸JANK, M. **Marketing no setor sucroenergético**. Piracicaba, 27 de abril de 2012. Palestra ministrada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).

uso de etanol e com perguntas e respostas visando sanar as críticas sofridas pelo mesmo. Estas cartilhas foram distribuídas em 2009 no porta-luvas dos carros Flex, ou seja, dos carros que possuem a opção de uso de gasolina ou etanol e distribuídas também para os compradores de motos, com o lançamento da primeira motocicleta flex (UNICA, 2009, p. 13).

Na realização da COP- 15, em 2009, a UNICA lançou o projeto Usina Virtual que reproduz a experiência de visitação de uma usina através de tecnologias audiovisuais (UNICA, 2009, p. 13), com o objetivo de desmistificar críticas e entender o funcionamento de uma usina. Com este mesmo objetivo, a UNICA criou o troféu porteira aberta para usinas que se organizaram para o recebimento de visitantes. Entre 2007 a 2012, 1000 delegações brasileiras e estrangeiras conheceram a UNICA e algumas usinas a ela associadas.

Outra estratégia de divulgação e construção de imagem foi o abastecimento com etanol da Stock Car, categoria automobilística brasileira em 2010. Neste mesmo ano, 16 das 17 corridas da Fórmula Indy (temporada 2010) foram abastecidas com etanol. A bandeira quadriculada utilizada para simbolizar a chegada dos campeões, foi substituída por uma com cores verde e branca com a letra “E” símbolo do etanol. A proposta é fazer com que o etanol seja considerado ambientalmente correto. Em entrevista divulgada pela Revista “Isto é” de autoria de MAGOSSI (2010), Marcos Jank presidente da UNICA afirmou:

“Com o etanol de cana-de-açúcar, as corridas tem a vantagem de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 61% em comparação à gasolina, como reconheceu recentemente a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (Environmental Protection Agency, EPA). Além de ser um combustível verde, o índice de octanagem do etanol é superior ao da gasolina, o que melhora o desempenho dos carros de competição” (MAGOSSI, 2010, p. 1).

Em 2012, houve no Brasil testes de biocombustível derivado da cana utilizado para aeronaves. Para Ramalho (2012, p. 1) “A experiência brasileira com etanol coloca a cana-de-açúcar como a forma mais eficiente (e barata) de converter energia solar em biocombustíveis líquidos renováveis em larga escala”.

Destacamos também como promoção ao uso do etanol, a mudança do termo sucroalcooleiro para a denominação sucroenergético, utilizado nesta dissertação. Para Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da UNICA, esta mudança refletiu a nova fase de avanços tecnológicos e diversificação da produção canavieira no Brasil, que teve a ampliação da produção do açúcar para a produção de etanol e

bioeletricidade (UNICA, 2011, p. 1). O uso da palavra bioeletricidade também foi uma ação de marketing, substituindo a palavra coogeração de energia. Bioeletricidade tenta vincular a energia elétrica como proveniente da vida, da fotossíntese, ao ser utilizada a palha da cana-de-açúcar para a geração de energia elétrica. Para Castro, Brandão e Dantas (2010, p. 150) a bioeletricidade é uma fonte complementar a geração hídrica, porque a safra de cana coincide com o período de seca. Ainda para os autores são necessárias políticas públicas e modernização tecnológica de usinas para a implantação efetiva da bioeletricidade.

No sentido da construção de imagem e transparência do setor, em 2009 foi lançado o projeto AGORA, uma iniciativa de comunicação institucional do agronegócio da cana tenta mostrar a integração da cadeia produtiva da cana-de-açúcar em torno da divulgação da importância da agroenergia renovável. O programa possui dentre os objetivos, comunicar impactos e benefícios da cadeia produtiva da agroindústria canavieira para o Brasil através de dados concretos e mensuráveis (PROJETO AGORA, 2011, p. 1). No mesmo sentido, como campanha de promoção ao agronegócio, lançado em 2011 o movimento Sou Agro é uma iniciativa multissetorial de empresas e entidades representativas do agronegócio brasileiro. Em seu Website há informações a respeito dos mais diversos temas com enfoque na valorização do campo e dentre os assuntos inclui-se o setor sucroenergético e a divulgação de suas ações (SOU AGRO, 2011, p. 1).

Além da imagem nacional, campanhas estão sendo realizadas internacionalmente com a contratação pela UNICA das empresas de relações públicas Stratacomm e Fleishman-Hillard. Em 2009, a campanha desenvolvida pela agência de relações públicas Fleishman-Hillard “*Are We There Yet*” recebeu o prêmio Bulldog Award 2009 na categoria “melhor reação ao noticiário”. A campanha utilizou anúncios em jornais e emissoras de rádio para mostrar ao consumidor americano que era possível reduzir o preço da gasolina com a eliminação da tarifa americana sobre o etanol importado do Brasil (UNICA, 2009, p. 7).

Em 2011, o vídeo “O que você precisa saber sobre a política do etanol” (What You Need to Know About Ethanol Policy) e o vídeo “Imagine o futuro com cana-de-açúcar” (Imagine a Future with Sugarcane), elaborados em conjunto com a Stratacomm, foram premiados nos Estados Unidos com *Davey Awards*, premiações

que reconhecem iniciativas de comunicação bem sucedidas e que não exigem altos investimentos em publicidade (UNICA, 2011, p. 7).

Para maior eficiência da divulgação da importância do etanol e menor utilização de recursos, a UNICA promoveu o programa “Municípios Canavieiros” destinado às escolas públicas de 6º e 7º anos do Ensino Fundamental nos 100 principais municípios canavieiros do Brasil. O programa tem como objetivo disseminar o conhecimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, observando seus principais aspectos culturais, ambientais, econômicos e sociais, assim como a produção de etanol, açúcar e energia elétrica (MUNICÍPIOS CANAVIEIROS, 2011, p. 1).

Em 2011, referente à Gestão e Imagem Ambiental, durante o evento Ethanol Summit, Marcos Jank, então presidente da UNICA, declarou que o desafio do setor é crescer com sustentabilidade e eficiência, e para isso há necessidade de investimentos para inovação tecnológica, eficiência e crescente profissionalização do setor (ETHANOL SUMMIT, 2011, p. 1).

Também em 2011, deu-se início a certificação BONSUCRO, que é uma iniciativa global, um fórum de diálogo internacional entre produtores, redes varejistas, ONGs e investidores, que desenvolveu um padrão métrico de certificação, visando à produção sustentável da cana-de-açúcar. A certificação incorpora um conjunto de princípios, critérios e indicadores que são utilizados para certificar os produtores e para orientar as empresas, na cadeia de valor do açúcar e do etanol, que desejam adquirir matéria-prima sustentável e orientar também o setor financeiro que deseja fazer investimentos mais sustentáveis. Certifica ainda que tanto o açúcar como o etanol foram produzidos com foco no cumprimento de cinco itens: legislação, biodiversidade e impacto ao ecossistema, direitos humanos, produção e melhoria contínua (BONSUCRO, 2011, p. 1).

Apesar do claro esforço de construção de imagem ambiental e de tentativa de afirmar que esta realizando uma Gestão Ambiental proativa, o setor sucroenergético sofria e ainda sofre com críticas e denúncias em relação a suas práticas.

Por exemplo, em 2008 no site Revista ALCOOLbras, a notícia JEITO ético de fazer negócio afirmava que em relação ao ambiente as principais agressões causadas pelo setor estavam sendo queimadas irregulares, poluição da água dos rios e irregularidade em licenciamentos. Segundo esta notícia até novembro de

2007, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) tinha aplicado R\$3,5 milhões em punições a usinas.

Em 2008, a preocupação com o licenciamento das usinas no Estado de São Paulo ficou evidente, pois neste ano foi lançada a Resolução 088 da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) que traz diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroenergético do Estado de São Paulo e, entre as suas justificativas, encontra-se a necessidade da adequada avaliação dos impactos ambientais associados, inclusive os cumulativos, e a consequente definição de medidas efetivas para sua mitigação. A Resolução foi elaborada considerando a crescente expansão da atividade canavieira no Estado de São Paulo e sua importância na economia paulista (SÃO PAULO (ESTADO), 2008).

Em 2009, o Ministério Público do Estado de Goiás lança a cartilha: Impactos ambientais da monocultura de cana-de-açúcar, onde depois de listar impactos lança a pergunta: “E tudo isso pra quê, se não for contribuir para o desenvolvimento sustentável?” (MP GO, 2009, p. 10).

Como indicativo de que a Gestão Ambiental caminha de forma incipiente e não eficaz, com base no cadastro da CETESB, no ano de 2011, para as usinas foram aplicadas 86 multas correspondentes a 435.503 UFESP - Unidade fiscal do Estado de São Paulo - que multiplicados pelo valor da UFESP de 2011: R\$ 17,45 é correspondente a R\$ 7.599.527,35 em multas no total (FREITAS JR., 2012).

A expansão da cana-de-açúcar gera preocupações da sociedade. Em Outubro de 2010, no 5º Fórum de Ciência e Tecnologia no Cerrado, realizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Anápolis (GO). Foram discutidas a expansão do cultivo e sua interferência na preservação da biodiversidade e na forma como a população residente neste bioma é tratada (BORGES, 2010, p. 1).

O entrevistado 1 comenta sobre a preocupação com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar no município de Nova Andradina (MS):

“Nós fizemos este vídeo [com especialistas explicando os impactos da utilização da queima da palha]. Na Cidade de [Nova] Andradina, lá no Mato Grosso [do Sul]. Um vereador queria entrar porque o pessoal da Cosan já tava indo pra lá e ele pediu se eu podia ajudar e queria que eu fosse pra lá, eu disse: eu não posso ir, o meu compromisso aqui é complicado, aí pedi pro Dr. Cansado [médico pneumologista] e fizemos um DVD pra ser usado lá em Andradina [...] tava chegando lá a cana né, tava ocupando o espaço.”

Ainda segundo o entrevistado 1, os vídeos com as entrevistas de pesquisadores especialistas em impactos causados pela queima foram pessoalmente apresentados por ele e especialistas em eventos também nas cidades de Birigui –SP e Guaranésia –MG, onde a expansão da cana está ocorrendo.

Segundo estudos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 64% das áreas próprias para a expansão da cana estão no Cerrado, o que equivale a cerca de 18 milhões de hectares, mais da metade de toda a área do Estado de Goiás. A tendência para 2018 é de que a agricultura avance sobre as pastagens e outras culturas passando de 12 para 38% de ocupação do solo no Estado de Goiás (BORGES, 2010, p. 1).

Segundo o levantamento do projeto Canasat realizado pelo Instituto Nacional de pesquisas espaciais (INPE), na região centro-sul 422.995 hectares (ha) do total de 8.659.953 ha cultivados na safra de 2011 são áreas de expansão da cultura da cana-de-açúcar, sendo os estados de São Paulo e Goiás com a maior área, respectivamente 156.437 ha e 84.954 ha. O levantamento refere-se à expansão de lavouras de cana que, pela primeira vez, estão disponíveis para colheita como uma classe. Esta classe também contempla as lavouras de cana que foram convertidas em outro uso por um período igual ou maior a duas safras e voltaram a ser cultivadas com cana (INPE/ CANASAT, 2012, p. 1).

No mapa abaixo, encontramos a distribuição da produção de etanol no Brasil. Notamos no mapa o destaque para a localização da floresta amazônica mostrando, desta forma, a preocupação do setor em atestar a imagem de preservação ambiental e o não desmatamento da Amazônia. O mapa também procura destacar as distâncias entre as áreas produtoras de cana e a floresta amazônica.

Figura 2 - Mapa da produção - Em vermelho a localização das plantações de cana-de-açúcar e das usinas de açúcar, etanol e bioeletricidade.

Fonte: UNICA (2010)

Marco Jank, ex-presidente da UNICA, afirmou que após a ocorrência de campanhas dizendo que a cana invadiria a Amazônia e tomaria o lugar da produção de alimentos, passou-se a demonstrar ao exterior que o Brasil é um país extenso e que a produção de cana-de-açúcar concentra-se distante da região Amazônica, além desta região não ser própria ao cultivo, pois não há períodos de seca, indispensáveis ao cultivo da cana-de-açúcar. Em relação aos alimentos, ainda segundo Marcos Jank, a cana-de-açúcar ocupa apenas 2% das terras agrícolas do Brasil, sendo assim não interfere na produção de alimentos.⁹ O livro *Etanol e Bioeletricidade: A cana-de-açúcar no futuro da matriz energética* publicado pela UNICA em 2010, afirma:

Externamente, é preciso convencer os críticos de que o aumento da produção brasileira de cana-de-açúcar não acontece nas áreas de floresta, de que há regularidade no fornecimento do etanol e de que as condições de produção são sustentáveis (NEVES; TROMBIN; CONSOLI, 2010 p. 18).

Para o entrevistado 3 as críticas a expansão em áreas de produção de alimentos não refletem a realidade:

“Existe um medo muito grande, vou dar um exemplo de Araçatuba, 2004 pra cá, a área destinada a cana na região de Araçatuba cresceu 145%, 2 vezes e meia a mais, consequentemente ao crescer 2 vezes e meia a mais, você reduziu 2 vezes e meia os campos destinados a pecuária[...]sabe o que aconteceu? Todo mundo dizia na época que a expansão da cana naquele local ia inviabilizar a pecuária, a pecuária cresceu 12%, começaram a

⁹ JANK, M. **Marketing no setor sucroenergético**. Piracicaba, 27 de abril de 2012. Palestra ministrada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).

trabalhar mais com intensivo, e perceberam que cresceu não perdeu nada, pelo contrário ganhou e a região ganhou muito.”¹⁰

A mesma opinião é partilhada pelo entrevistado 5:

“Começou a se enxergar, dizia-se que ocupava a área de alimentos e os campeões com produção e grãos foram os Municípios com muita cana: Jaboticabal, campeão no amendoim nas áreas de reforma de canavial. Então tudo isso vem assim: os entusiastas perdendo bandeiras que caíam e os críticos também perdendo bandeiras que foram caindo, hoje ela [cana-de-açúcar] é uma verdade.”

No próximo mapa temos o município de Jaboticabal-SP e a cana-de-açúcar em seus diferentes estágios de plantio, este é um exemplo de que as críticas ao monocultivo e a preocupação com as áreas de alimentos são compreensíveis na medida em que municípios como este apresentam quase que em sua totalidade cana.

Figura 3 - Mapa de produção de cana-de-açúcar - safra 2011¹¹
Fonte: INPE/CANASAT (2011)

¹⁰ Para conhecimento sobre a Cana-de-açúcar e a Pecuária em Araçatuba ler o artigo: Mudanças na Pecuária Bovina de corte e algumas implicações e sócio-espaciais na região de Araçatuba-SP (BINI, 2011).

¹¹ Soca: é a classe de lavouras de cana que já passaram por mais de um corte, ou seja, é a cana que rebrotou de uma planta ou de uma soca. Nesta classe também se encontram as lavouras reformadas com cana planta de ano; Reformada: é a classe das lavouras de cana planta de ano-e-meio que foram reformadas no ano safra anterior e que estão disponíveis para colheita na safra corrente; Expansão: é a classe de lavouras de cana que pela primeira vez estão disponíveis para colheita. Lavouras de cana que foram convertidas em outro uso por um período igual ou maior a duas safras e voltaram a ser cultivadas com cana também se inserem nesta classe; Em reforma: é a classe das lavouras de cana que não serão colhidas devido à reforma com cana planta de ano-e-meio ou por serem destinadas a outro uso. Quando a lavoura da classe "em reforma" é de fato reformada com cana planta de ano-e-meio ela passa para a classe "reformada" no ano safra seguinte.
Fonte: INPE/ CANASAT (2011)

Contrastando com a imagem de preservação e de uma expansão que não afeta a vegetação e a produção de alimentos, em notícia publicada no site do Jornal Folha de São Paulo, de autoria de Dyniewicz, o Ministério Público do Mato Grosso, em 2011, decidiu entrar com ação civil pública contra o Estado por causa da lei de zoneamento territorial, que teve como uma das irregularidades apontadas à permissão para plantio de cana em áreas do Pantanal e da Amazônia (DYNIEWICZ, 2011, p. 1).

Em 2012, de acordo com notícia de autoria de Tavares veiculada pelo site Olhar Direto, o setor sucroenergético solicitou ao Ministério da Agricultura para o mesmo derrubar o veto ao plantio da cana-de-açúcar em regiões da Bacia Amazônica, Bacia do Pantanal e Alto Paraguai, em Mato Grosso, e também nas regiões produtoras no Estado do Pará. Em resposta a possíveis críticas, nesta mesma notícia, o deputado Nilson Leitão (PSDB) declara que pediu ao Ministério que revise a decisão e permita o plantio em áreas já degradadas, e em terras “onde já houve o segundo plantio e também onde haja mecanização da produção, onde não haja possibilidade de haver trabalho escravo e com o mínimo impacto ambiental naqueles biomas” (TAVARES, 2012, p. 1).

O entrevistado 3 acredita que o setor sucroenergético não seja o responsável pelo pedido de veto, mas sim pessoas interessadas em migrar para a cultura da cana e que não representam o setor :

“Então, vai aparecer sempre uns caras deste aí, quem é este cara? Este cara é representante de um produtor independente lá, que nem é industrial. O Que está havendo em Goiás? Agora vai ficar quieto, preço da soja tá lá em cima, então vão ficar quieto, a hora que o preço da soja baixar vai ter gente querendo transformar a cultura de soja em cana, aí vai arrendar a área pra um produtor de cana”.

Ainda referente às críticas de expansão da cana, Marcos Jank declarou em 2007 que: “Pressupostos sem base empírica como um suposto renascimento da monocultura da cana-de-açúcar precisam ser intensamente combatidos e desmistificados” (UNICA, 2007, p. 1). Aqui Jank refere-se à monocultura como expansão proibitiva de outros usos em todo o território nacional, vale lembrar que as críticas não se dirigem apenas a esta expansão, mas a prática da monocultura em si, ou seja, ao plantio de um único vegetal em áreas extensas e seus riscos associados, como descritos na definição de Hillig (2008) citada na página 38 desta dissertação.

Em relação ao desmatamento:

Em 51 municípios, houve desmatamento do bioma entre 2005 e 2008 – sendo 37 deles em São Paulo. No total, foram 699 hectares de Mata Atlântica desmatada no período. Há o caso de municípios que já desmataram ao longo de sua ocupação praticamente toda a Mata Atlântica existente em seu perímetro, mas ainda desmatam. É o caso, por exemplo, de Limeira, que conta com somente 122 hectares (2%) de sua cobertura original de Mata Atlântica, e desmatou 3 hectares. Santa Bárbara do Oeste, com somente 1% da mata original, desmatou 12 hectares no período analisado, quase 10% dos 159 hectares remanescentes ao final de 2008 (Documento: O Brasil dos agrocombustíveis. Cana 2009: Impactos das lavouras sobre a terra o meio e a sociedade, CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS, p. 25).

Segundo este documento, não é possível indicar relação direta entre o desmatamento nos municípios plantadores de cana com a atividade em si. A situação merece um olhar mais atento das entidades e do poder público, que, em alguns casos, pode indicar problemas do setor a serem enfrentados (CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS, 2009, p. 26).

Para o entrevistado 3 o desmatamento ocorreu no passado: “Por muitos e muitos anos, vamos ter que carregar isso aí, é um fardo! No passado destruiu? Destruiu! Opa! Cortou árvore? Cortou! Agora, [o setor] não é o maior depredador do Brasil”.

Em resposta a crítica do desmatamento, de acordo com o Painel da Qualidade ambiental, estima-se 94,9 mil hectares de áreas em regeneração, compreendendo o aumento real da vegetação, o que sugere uma possível redução do desmatamento no Estado de São Paulo (SMA/CPLA, 2010, p. 25). Em 2010, no Estado de São Paulo foi instituído um cadastro de áreas ciliares com o objetivo de monitorar as matas ciliares do Estado. Os declarantes comprometeram-se com a manutenção e recuperação da vegetação ciliar ou com a interdição e proteção das áreas ciliares para a recuperação florestal. O setor sucroenergético, principalmente em função do Protocolo Agroambiental, teve destaque nas áreas declaradas de mata ciliar, representando 70% do total de cadastros (SMA/CPLA, 2010, p. 25). Porém o texto de 2011 do relatório da qualidade ambiental do Estado de São Paulo relata que “apesar dos avanços voluntários pontuais, a questão da recomposição das matas nativas ainda não está equacionada” (SMA/CPLA/RQA, 2011, p. 219).

O entrevistado 3 comenta a redução do desmatamento no Estado de São Paulo e a necessidade de melhorias no setor :

“Mas [a redução] começou com a cana, então eu acho que [a crítica] é uma crueldade com relação ao produtor, é claro que ainda não chegamos, com relação aos menores, ainda não chegamos. Pesa muito o histórico”.

Em 2012, diante da polêmica de aprovação do Novo Código Florestal Brasileiro, onde se discutiu a anistia a desmatadores e a redução de áreas de preservação permanente, o entrevistado 3 argumenta que o setor sucroenergético não teve uma posição definida, pois já haviam discutido o tema áreas de preservação permanente durante o Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar:

“O setor sucroalcooleiro ficou um pouco afastado porque já havia tido um trabalho, um mapeamento de áreas que se permitia ou se proibia a cultura canavieira, então nós já temos no Brasil, já em 2010 nós já tínhamos isso, então o código florestal não ia alterar nada porque nós não podíamos expandir em áreas de preservação”.

Salienta ainda que esta iniciativa partiu da ideia de expansão do cultivo e comenta também as estratégias de comunicação e de construção da imagem de preocupação ambiental envolvidas na divulgação deste Zoneamento:

“E também aí outra coisa vão falar: olha como setor foi bonzinho nisto aí. Não é nada disso, acontece que nós usamos 2% da área produtiva agricultável do Brasil e nós vamos precisar de 6. Então, o que foi feito? Houve uma antecipação só que colocando algo como nós estamos coibindo aqui não pode, pra lá não pode, na Amazônia não pode. Então foi restringindo, a sensação que se deu foi estamos preservando. O setor tem que explorar mais a mídia, mas neste caso específico divulgou mais as áreas que eram proibidas, não os 4% a mais que a gente obteve de ganho.”

Em 2012, nas margens do rio Passa Cinco, afluente do rio Corumbataí, pôde ser percebido plantio de cana-de-açúcar muito próximo à margem deste rio e em áreas consideradas de Preservação Permanente, sendo estas áreas quase que desprovidas de mata ciliar.

Figura 4 - Plantação de Cana-de-açúcar as margens do Rio Passa Cinco: trecho em Charqueada-SP
Fonte: Fotos: Gilmar Montanari (2012).

Em se tratando de biodiversidade, Miranda (2006, p. 15), identificou em produção agroecológica da cana-de-açúcar, localizada no Estado de São Paulo, elevados índices de riqueza e de biodiversidade faunística inter-habitats e intra-habitats encontrados nessas áreas agrícolas, mesmo quando comparados a ecossistemas naturais. Diferente do que ocorre na produção convencional, para Miranda (2006, p. 22) é importante para a diversidade da fauna área de repouso, abrigo e até alimentação, assim como manutenção das práticas orgânicas, sem utilização de agrotóxicos ou fogo, associada a várias práticas agroambientais, também são fundamentais para a conservação da elevada biodiversidade.

Em relação às queimadas, o Decreto Federal nº 2.661, de 8/7/98, estabelece a eliminação gradual da queima da cana-de-açúcar. Alguns Estados produtores de cana-de-açúcar estabeleceram normas específicas sobre o assunto, dentre eles Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e São Paulo (MORAES, 2007, p. 608).

Em São Paulo, a Lei Estadual nº 10.547 de 2000, estipula os procedimentos e proibições a serem tomados no emprego do fogo em práticas agrícolas. Em 2002, a lei nº 11.241 estipulou um cronograma gradativo de extinção da queima da cana-de-açúcar, iniciado na safra 2002, e determinando que tal prática deve ser totalmente banida neste Estado até o ano de 2021 em áreas mecanizáveis, e até 2031 em áreas não mecanizáveis (MORAES, 2007, p. 608). Em São Paulo há o Protocolo Agroambiental, anteriormente citado, que também trata do tema “queimada” visando à antecipação de seu fim, reduzindo o prazo para áreas mecanizáveis para 2014 e áreas não mecanizáveis 2017. Para o entrevistado 1, o protocolo “veio em uma situação pra melhorar, em uma situação que estava perdida”.

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) lançou em 2010 e 2011, resoluções - SMA 35/2010 e SMA 22/2011 - que proíbem a queima da palha de cana-de-açúcar, no horário das 6 às 20 horas. Conforme notícia veiculada no dia 25 de agosto de 2010, Piracicaba-SP ainda sentia os efeitos, visíveis pela fuligem, da queimada promovida em Rio das Pedras, distante cerca de seis quilômetros do município (RICCI, 2010, p. 1).

Apesar destas resoluções, o aumento dos focos de incêndio resultou em mais autuações pela Polícia Ambiental e pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Em 2009 foram 382 multas e em 2010 o número chegou a 818. Do total de área colhida em São Paulo, 4% foram queimadas por incêndios diversos

(SMA, 2011, p. 1). Segundo a SMA, esta situação se deveu a baixa umidade relativa do ar em 2010. Ainda segundo a SMA, para resolver o problema, o governo está implantando o Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

Em 2010, a notícia do Jornal Folha de São Paulo - Ribeirão, de autoria de Sotratti e Toledo, era de que 720 mil hectares de cana haviam sido colhidos manualmente e com uso da prática da queima da palha na região de Ribeirão Preto – SP (SOTRATTI; TOLEDO, 2010, p. 1). Em 2010, o Relatório da Qualidade do Ar do Estado de São Paulo trouxe que foram colhidos 4,72 milhões de hectares de cana no Estado de São Paulo, dos quais 2,1 milhões de hectares (44%) foram precedidos de queima da palha da cana, atividade que gera a emissão de poluentes para a atmosfera (CETESB, 2011a, p. 60).

Em 2011, o problema se repetiu, segundo reportagem do site Terra, as queimadas tem incomodado moradores da cidade de Junqueirópolis, no Interior de São Paulo. De acordo com reportagem do site Folha.com (18 de set. de 2011) no período de junho a setembro de 2011, foram encontrados no interior paulista 147 animais com queimaduras ou marcas de atropelamento causado ao fugirem de queimadas, incluindo a queima da palha da cana (OLIVEIRA, 2011, p. 1).

Segundo reportagem da Agência Estado, em 2011, a Polícia Ambiental tinha aplicado mais de R\$ 10 milhões em multas por queimadas ilegais em pastos e canaviais em 48 municípios da região noroeste de São Paulo. Das 131 autuações, 76 foram feitas depois de 1.º de julho de 2011, data em que passou a vigorar as proibições de queimadas (AGÊNCIA ESTADO, 2011 p. 1). Estes acontecimentos podem fazer com que o setor entre na mira da sociedade e perca credibilidade perante investidores.

Ainda em 2011, o Ministério Público do Estado de São Paulo no Município de Ribeirão Preto, instaurou um inquérito civil para discutir com representantes de usinas, do setor público e entidades ambientais formas de reduzir o impacto da queima da palha da cana-de-açúcar nas florestas (AGÊNCIA ESTADO, 2011, p. 1).

Em 2012, os produtores da região do município de Jaú (SP) foram proibidos de queimar a palha da cana-de-açúcar, a decisão foi da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proveu recurso do Ministério Público de São Paulo (STJ -, 2012, p. 1).

Em relação a estas críticas, segundo a SMA, as usinas tinham que mecanizar 70% das áreas próprias colhidas de cana-de-açúcar. Já os fornecedores deveriam alcançar a marca de 20%, para o mesmo período. De acordo com o balanço da safra 2010/2011, as usinas mecanizaram 70,3% e os fornecedores 21,1% das suas áreas colhidas, cumprindo as metas estabelecidas pelo Protocolo Agroambiental (SMA, 2011, p. 1).

Em relação ao uso da água, segundo Souza (2006, p. 1), muitas usinas de açúcar e etanol do Estado de São Paulo se utilizam do aquífero Guarani para atender ao processo industrial, havendo situações em que a extração visa apenas garantir a vazão de algum córrego que já a atende, contribuindo para o rebaixamento desse aquífero. Ainda para Souza (2006, p. 1), a utilização de instrumentos de Gestão ambiental é muito importante neste contexto.

Conforme a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 2011, houve progressos significativos no uso da água no processo industrial pelo setor sucroenergético, sendo este um dos itens que passaram a compor as diretrizes técnicas para o licenciamento das usinas em conjunto com preservação e recuperação de matas ciliares e o zoneamento agroambiental (SMA, 2011, p. 176). Para o entrevistado 3 “qualquer produtor de cana hoje, é um grande defensor do recurso mineral, da água[...]Eles protegem, eles sabem da responsabilidade”.

Porém, o setor continua enfrentando pressão. Por exemplo, em pesquisa sobre contaminantes, a professora Cristina Pereira Rosa Paschoalato da Universidade de Ribeirão Preto teve como resultados parciais, em 2011, que a água do Rio Pardo no interior de São Paulo está contaminada por agrotóxicos como o diuron e hexazinona. Segundo a professora o fato de o rio cortar regiões produtoras de cana-de-açúcar influencia no grau de contaminação (OGAWA, 2011, p. 1).

No estado do Mato Grosso do Sul, o deputado Paulo Duarte do Partido dos Trabalhadores denunciou ao Ministério Público, em agosto de 2011, o setor sucroenergético por trazer, em suas atividades, passivos ambientais e sociais. O deputado recebeu um dossiê com informações sobre os passivos, com laudos técnicos e fotos que mostram as péssimas condições das estradas, a degradação do meio ambiente e a incidência de praga causada pela moagem da cana (GIMENES, 2011, p. 1).

Em relação a críticas sociais, o setor sucroenergético possui diversas denúncias trabalhistas, incluindo morte de trabalhadores rurais por exaustão. Entre

2004 e 2007, a Pastoral do Migrante de Guariba registrou 20 mortes de trabalhadores migrantes empregados no corte de cana do interior paulista. Estas denúncias foram publicadas no relatório anual de 2008 da Anistia Internacional, mas a União da Indústria da Cana-de-açúcar alegou que o relatório não apontava a realidade do setor (SCHEFFER, 2008, p. 1).

Em 2006, O Grupo Estadual de Fiscalização Rural da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo (DRT/SP) multou 13 propriedades rurais, atingindo 13.193 cortadores de cana, durante as fiscalizações em canaviais e usinas sucroenergéticas da região de Presidente Prudente-SP (MPT, 2006, p. 1).

Em 2009, as denúncias recebidas pelo Ministério Público do Trabalho de Piracicaba eram concentradas no setor sucroenergético das cidades da região (ANCONA, 2012, p. 1). No Estado de São Paulo em 2009 foi lançada então a Portaria do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo CVS 12 de 17/08/2009 que versa sobre Norma Técnica que estabelece os critérios para instalação e funcionamento dos alojamentos de trabalhadores rurais do setor sucroenergético e demais trabalhadores rurais.

Em resposta a situação trabalhista e recolocação de trabalhadores com a mecanização do corte da cana, o setor em conjunto com o governo federal e trabalhadores, assinou o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar, com mais de 75% de adesão do setor sucroenergético (JANK, 2009, p. 1).

Na mecanização da colheita da cana, uma máquina é capaz de executar o trabalho de cerca de 80 pessoas. De cada 100 trabalhadores, somente 20 poderão ser aproveitados em outras funções do processo, incluindo a operação de máquinas agrícolas. Para responder a crítica do desemprego e não absorção dos trabalhadores causada pela mecanização, o compromisso prevê um esforço de qualificação dos trabalhadores que não serão reabsorvidos após o processo de mecanização e a realização de treinamento para requalificação de mão-de-obra (COSAN, 2010, p. 28). Marcos Jank, presidente da UNICA, afirmou na época que o setor estava optando por elevar os padrões médios de conduta com ações proativas e transparentes, em vez de destacar as exceções, que sempre existirão em setores desta magnitude.

Para o entrevistado 6 a mecanização e a busca por mais eficiência causa transtorno ao trabalhador :

“O que você fazia com 40-50 trabalhadores você começa a fazer com 10 e estes 10 trabalhadores geram uma pressão muito maior neste sentido, os trabalhadores começam a ter outros tipos de problemas não diretamente relacionados à parte física, mas a parte mental. Quando você coloca uma meta e aquela meta os próprios trabalhadores sabem que se ele não atingir aquilo e pode ser cortado então o trabalhador trabalha sem limite, então existe limite pra saúde, limite pode ser uma lesão uma doença futuramente”.

O documento “O Brasil dos agrocombustíveis. Cana 2009: Impactos das lavouras sobre a terra o meio e a sociedade”, produzido pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis e a organização não governamental Repórter Brasil, aponta que, mesmo depois da assinatura do termo, denúncias de violação do direito do trabalho ainda ocorreram.

Em 2012, apesar dos números expressivos de empregabilidade, o setor ainda esbarrou em críticas como a demissão após o encerramento de safras. O exemplo ocorreu na usina de açúcar e álcool Santa Olinda, com sede em Sidrolândia - MS, que demitiu 349 trabalhadores em uma semana. A assessoria de imprensa da usina considerou o procedimento normal por conta da entressafra (MENEZES JUNIOR, 2012, p. 1).

Para o entrevistado 3 as críticas relacionadas as más condições de trabalho no corte manual de cana, chamadas de trabalho escravo, são falaciosas:

“Isso aí também eles inventam muita história a respeito. E na discussão que saiu e eu participei firme dela, estavam mostrando filmes do estado que ficavam os trabalhadores do corte manual da cana. Eu olhava tinha uma foto, a imagem o caminhão de transporte, e isso não se usa mais, é proibido transporte de caminhão! Daí comecei a olhar, as costas do trabalhador, o trabalhador sem camisa, mas trabalhador de cana não pode tirar a camisa, usa muita roupa, é obrigado, o produtor é obrigado a dar proteção ao trabalhador .E aí comecei a observar que eles tinham as costas feridas, aí eu descobri! Peraí, isso aí não é cortador de cana! Isso aí é apanhador de agave, que faz corda, sisal, então eles cortam e colocam na costa pra levar até transportar, então aquilo lá bate na costa e fere, aí uma discussão terrível. Vamos trabalhar sério? Vamos trabalhar sério, eu concordo!”.

Ainda referentes à resposta as críticas ambientais e sociais levantadas ao setor, a UNICA firmou parceria com o Instituto Ethos para a implementação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Sócio Empresarial. Como instrumento de Gestão Ambiental, desde 2006, a UNICA trabalha na implantação do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) (UNICA, 2011, p. 1).

Em pesquisa sobre os desafios para implementação das diretrizes da Global Reporting Initiative nas empresas sucroenergéticas do Brasil, Rezende (2010, p. 76), encontrou, através de critérios de avaliação dos processos, que há um alto grau de maturidade nos relatórios quando se trata dos indicadores econômicos financeiros, porém quando se trata dos indicadores sociais e ambientais, o grau de maturidade cai. A publicidade pode ter um papel importante neste momento a fim de maquiar esta baixa maturidade.

A distância entre divulgação do setor e ação suscita críticas da sociedade. Desde 2003, a organização não governamental (ONG) Açúcar Ético (Sucre-ethique) reúne os sindicatos, os produtores de cana e as indústrias do setor sucroenergético e a sociedade civil para buscar o desenvolvimento sustentável. Seu objetivo é melhorar as condições sociais e ambientais no setor sucroenergético dentro de uma economia globalizada, tem como locais de atuação Brasil, Paraguai, América Central, Madagascar, Laos e Camboja (SUCRE-ETHIQUE, 2012, p. 1). A ONG chegou a ser questionada pelo setor quanto a sua idoneidade. O entrevistado 3 comenta: “Teve um trabalho de uma ONG francesa chamada sucre-etique, açúcar ético, que daí nós percebemos que estava sendo patrocinada por outros organismos interessados”. Para o entrevistado 7 a ONG é uma forma de pressionar as organizações, e no caso o Grupo Cosan, para melhora de suas práticas trabalhistas:

“Porque eu tinha relação com instituição da França [sucre-ethique] o pessoal que veio aqui [Piracicaba-SP] era o, esqueci o nome dele encontrei com ele [...] e ai ficamos amigos e ai ele mandava e-mail pra mim eu mandava e-mail pra ele. Porque a entidade lá era forte, ela fazia um trabalho de divulgação na Europa contra este pessoal.”

A Plataforma BNDES que se define como a iniciativa de organizações da sociedade que “acredita que o Banco Nacional de Desenvolvimento deve viabilizar um tipo de desenvolvimento voltado para superar as desigualdades que marcam a sociedade brasileira” (PLATAFORMA BNDES, 2008, p. 7), elaborou em 2008 um documento no qual alerta para os impactos da expansão do etanol e a necessidade do BNDES considerá-los, pois faz uma crítica ao Banco, alegando que o mesmo aplica ao setor canavieiro uma lógica meramente de resultados financeiros, preocupando-se somente com a capacidade de pagamento dos tomadores de seus empréstimos, independentemente dos impactos negativos associados aos projetos que financia (PLATAFORMA BNDES, 2008, p. 7).

A preocupação em relação à dinâmica entre Gestão e Imagem Ambiental do setor paulista foi reforçada em 2008 com a publicação do Termo de Referência para o *workshop* “Aspectos ambientais da cadeia do etanol de cana-de-açúcar”. O *workshop* promovido pelo Projeto “diretrizes de políticas públicas para a agroindústria canavieira do Estado de São Paulo” financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo traz em seu Termo:

O setor de bioenergia encontra-se diante de um desafio extraordinário: o de comprovar e garantir sua sustentabilidade. Por ser referência mundial em biocombustíveis, cabe a São Paulo capitanear esse processo, tanto para assegurar as condições do agronegócio como para difundir boas práticas em escalas nacional e global. São Paulo é o maior produtor nacional, responsável por quase 60% da cana-de-açúcar brasileira. (CENBIO Termo de referência, 2008, p. 2).

Para o enfrentamento do desafio mencionado acima, entre as recomendações do documento se encontra a preocupação em dar efetiva transparência às informações ambientais, com regras claras ao setor produtivo. Em outras palavras, visando comprovar e garantir a sustentabilidade há preocupação em realizar uma Gestão Ambiental efetiva, transparente, sendo a imagem ambiental divulgada não dissociada de práticas realizadas. No entanto, ao mesmo tempo em que práticas corretas são disseminadas, estas parecem ainda incipientes, reativas e dissociadas das ações de comunicação.

A falta de compromisso com a prestação de contas do setor sucroenergético foi levantada em pesquisa realizada pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) intitulada: “Sustentabilidade Corporativa no setor Sucroalcooleiro Brasileiro”. Através da análise da comunicação das usinas observou-se que a maior parte delas divulga suas ações ambientais e sociais apenas superficialmente e nenhuma das entrevistadas divulga o engajamento público da empresa com resultados e metas mensuráveis.

A pesquisa da FBDS aponta problemas na cultura organizacional do setor como explicação para a falta de compromisso com a prestação de contas. A cultura organizacional predominante estimula práticas de comunicação fracas, em diferentes níveis de intensidade, tanto no âmbito interno como externo, dificultando sensivelmente o relacionamento com os diversos *stakeholders* e o reconhecimento pela sociedade dos avanços do setor na adoção das boas práticas (LINS; SAAVEDRA, 2007, p. 37).

A pesquisa identificou também que o diálogo destas usinas com a sociedade ocorre de forma limitada e geralmente reativa. Em relação a certificações ambientais, alguns grupos destacaram a rapidez com que foram obtidas, em função das boas práticas socioambientais que já eram adotadas anteriormente. Outros, afirmam estar atuando de acordo com os critérios de várias certificações, se queixam da quantidade de recursos financeiros e humanos envolvidos na obtenção e na renovação desses certificados (LINS; SAAVEDRA, 2007, p. 38).

A utilização de fundações e/ou a terceirização das atividades socioambientais por meio de associações e sindicatos é vista pelos executivos do setor como positivo para o desenvolvimento da sustentabilidade corporativa (LINS; SAAVEDRA, 2007, p. 36). Entretanto, o isolamento das questões socioambientais em uma unidade fora do núcleo gerencial estratégico da organização demonstra a baixa relevância atribuída a essas questões (LINS; SAAVEDRA, 2007, p. 36).

Através da observação das respostas a questionários, Lins e Saavedra (2007) concluíram que não há um direcionamento claro no sentido de identificação de oportunidades a partir da inserção de critérios socioambientais nos processos gerenciais.

Em estudo de caso sobre como as empresas produtoras de etanol listadas na BOVESPA e NYSE (New York Stock Exchange) informam sobre gastos e benefícios de suas atividades ambientais, Vellani (2009, p. 35) não encontrou evidências de relatórios econômico-financeiro-ambientais e verificou que as empresas ainda informam somente o exigido pelas leis e pelos órgãos fiscalizadores.

Sobre as práticas ambientais de usinas sucroenergéticas na região de Marília, Estado de São Paulo, Deboletta, Schemmer e Yokomizo (2009) concluíram em pesquisa que o mercado consumidor e a legislação são os principais fatores para a realização de programas de Gestão Ambiental pelas empresas e que isso está diretamente ligado à cultura organizacional. Para o entrevistado 3 esta pressão é saudável: “O grande negócio que a gente observa, não só no setor, mas em toda atividade econômica, é quando dói no bolso, a coisa realmente toma rumo diferente quer dizer eu sou favorável a esta pressão.” Para Deboletta, Schemmer e Yokomizo. (2009, p. 23) a gestão das organizações deve possuir um único objetivo e, “para isso, necessitam integrar toda a cadeia produtiva e todos os processos envolvidos,

de forma a obterem sucesso quanto à realização de programas e políticas ambientais”.

Em pesquisa intitulada “Instrumentos de intervenção Governamental e postura ambiental empresarial: Uma análise da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo”, Cetrulo (2010, p. 85) teve como um de seus resultados que as empresas do setor sistematizam prioritariamente sua Gestão Ambiental para atender as legislações ambientais e objetivos internos próprios como os ligados à melhoria de reputação/imagem da empresa ou do setor. Molina (2010, p. 109) identificou que o mercado consumidor do etanol pressiona em relação ao cumprimento de legislação não só no âmbito local como em instâncias maiores. Mas, ainda segundo Molina (2010, p. 109), não pressiona apenas nisto e sim com diversas exigências ambientais e sociais.

Para o entrevistado 4, a cobrança internacional é um componente na realização de ações pelo setor: “ é uma questão de mercado então para alguns setores o mercado pode funcionar muito mais do que a lei, né?”

Para o entrevistado 3 o setor é pressionado por seu histórico:

“[sofre pressão] Pelo passado. Até o final do século XX, realmente havia devastação, havia despreocupação e o que mais se ouvia falar era fingir de morto e acabou, vamos continuar. Depois, pela profissionalização se começa a transmitir uma mentalidade mais madura de uma necessidade inclusive econômica [...] agora eles estão se acertando, tem que se acertar mesmo, mas em função do que? Em função do chicote? Por isso que eu digo: política pública, neste segmento, tem que ser forte, tem que ser pressão, só que o setor do agronegócio, ele tá pagando ainda um histórico.”

A cobrança da sociedade em relação ao setor pode ser percebida pela busca de informações com um alto número de acessos aos diversos *websites* da UNICA. Durante o ano de 2011 foram 740 mil acessos e 7.391 assinantes da newsletter diária “Notícia UNICA”.¹²

Em resposta as críticas e as cobranças sofridas pelo setor e a preocupação entre a distância de sua imagem e suas ações, o entrevistado 3 opina:

“O setor ainda é muito fragmentado, nós temos grandes empresas, temos ainda produtores familiares pequenos, e um limbo no meio, do meio pra cima, a preocupação ambiental ela é realmente aquilo que nós esperamos dela, há muita coisa, há muita preocupação, muita coisa sendo feita, mais do que é divulgado, em compensação o outro lado ainda tá caminhando, sabe que precisa fazer, mas não tem recurso e nem uma consultoria realmente alguém lá de dentro, agora o básico é feito, eu acho que existe, e aí é uma opinião pessoal minha, mas com bastante base eu acho que

¹²JANK, M. **Marketing no setor sucroenergético**. Piracicaba, 27 de abril de 2012. Palestra ministrada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).

existe, em relação ao produtor do açúcar e álcool, ao produtor de cana, existe, infelizmente um mau entendimento por parte de quem acusa”.

O entrevistado 5 acredita que, atualmente, há um equilíbrio na cobrança recebida pelo setor, para ele esta cobrança é amena:

“Eu acho que isso [críticas e falas favoráveis ao setor] se acomodou ao longo do tempo, idas e vindas, isso foi se acomodando. Acomodar é assim: os muito críticos perceberam as vantagens e os muitos entusiastas perceberam os defeitos e aos pouquinhos as coisas foram se acomodando e se equilibrando em termos de favoráveis e contra [...] Tudo tem o bônus e o ônus [...] Eu acredito ainda neste setor e eu acho que ainda ele vai trazer muito benefício econômico para o país, mas também nada é só bom vai trazer muito problema também não tem por onde, não existe.”

Já para o entrevistado 4, o setor não reage e se mantém resistente as pressões exercidas pela sociedade:

“Foi num evento [...] Era a assinatura de um dos protocolos [...] E um representante do setor ele colocou, falou uma frase assim que ficou registrada pra mim, ele falou: A gente não vai fazer as mudanças no tempo que a sociedade quer a gente vai fazer as mudanças no tempo que a gente pode, e pra mim, isso demonstrou muito como que o setor atua, então, apesar das pressões sociais é um setor com poder econômico e político que permite eles fazerem no tempo que eles querem...mostra uma arrogância e que eles não estavam dispostos”.

Para melhor visualização do que foi exposto trazemos um quadro com os principais aspectos e impactos ambientais e sociais negativos e positivos trazidos pelo setor sucroenergético, bem como as principais ações de Gestão Ambiental pública e/ou privada e as ações de comunicação em resposta ou promoção destes aspectos e impactos, lembrando que muitas iniciativas são exclusivas do Estado de São Paulo.

Figura 5 - Quadro com os principais aspectos e impactos ambientais, ações de Gestão Ambiental e de Comunicação/Imagem do setor sucroenergético.

(continua)

Aspectos	Impactos Ambientais	Ações de Gestão Ambiental	Ações de Comunicação/Imagem
Expansão do Cultivo da cana-de-açúcar	Desmatamento Destruição de Biomas e ecossistemas	Zoneamento Agroecológico Certificação	Projeto Agora Projeto Municípios Canavieiros Declarações dos representantes do setor e governantes Agenda de Comunicação UNICA
Plantio em Áreas de mata Ciliar e áreas de preservação permanente	Sedimentação de corpos d'água Destruição de ecossistemas Eutrofização	Protocolo Agroambiental Cadastro de áreas ciliares-SMA Item considerado nas diretrizes técnicas para o licenciamento das usinas Certificação	Projeto Agora Projeto Municípios Canavieiros Declarações dos representantes do setor Agenda de Comunicação UNICA
Uso da água	Poluição dos corpos hídricos	Item considerado nas diretrizes técnicas para o licenciamento das usinas Protocolo agroambiental Certificação	Projeto Usina Virtual Projeto Agora
Geração de resíduos de Vinhaça, Torta de filtro e Bagaço.	Poluição dos corpos hídricos, ar e solo.	Uso da Vinhaça e Uso da torta de filtro para Fertirrigação Uso do bagaço para geração de energia Certificação	Projeto Municípios Canavieiros Agenda de Comunicação UNICA Projeto Usina Virtual

(continuação)			
Aspectos	Impactos Ambientais	Ações de Gestão Ambiental	Ações de Comunicação/Imagem
Utilização de Agrotóxicos	Poluição dos corpos hídricos, ar e solo.	Certificação Protocolo agroambiental Controle Biológico	Projeto Agora Projeto Municípios Canavieiros Agenda de Comunicação UNICA Projeto Usina Virtual
Uso do solo	Erosão e compactação do solo: Degradação do solo, destruição de ecossistemas aquáticos, sedimentação dos corpos d'água, Eutrofização, contaminação por metais pesados e pesticidas	Certificação Protocolo Agroambiental	Projeto Agora Projeto Municípios Canavieiros Agenda de Comunicação UNICA
Queima da palha	Poluição atmosférica, Riscos a flora e a fauna, chuva ácida	Certificação Decreto Federal nº 2.661, de 8 jun.98 Lei Estadual nº 10.547 de 2000 Lei nº 11.241 de 2002 Protocolo Agroambiental Resoluções SMA	Projeto Agora Projeto Municípios Canavieiros Agenda de Comunicação UNICA Projeto Usina Virtual

(conclusão)

Aspectos	Impactos Ambientais	Ações de Gestão Ambiental	Ações de Comunicação/Imagem
Uso da Bioeletricidade	Complementar a outras fontes de energia (ex. hidroelétricas) suprimindo falta de energia especialmente em períodos de seca Autossuficiência energética das usinas	Mudanças tecnológicas e estruturais das Usinas Incentivos do setor a políticas públicas de bioeletricidade. Certificação	Mudança nomenclatura Cogeração de energia-Bioeletricidade Livro Etanol e Bioeletricidade
Uso do Etanol como alternativa energética	Redução do uso de combustíveis fósseis e redução de emissões atmosféricas,	Todas as anteriores.	Projeto Agora Projeto Municípios Canavieiros Declarações dos representantes do setor e governantes Agenda de Comunicação UNICA Sou Agro Stock Car Fórmula Indy Publicidade: Campanhas Internacionais: Stratacomm e Fleishman-Hillard Mudança nomenclatura álcool-etanol Livro Etanol e Bioeletricidade

Em resumo, podemos observar pelas falas dos representantes do setor e do Governo e pelas ações de comunicação listadas, que o setor sucroenergético tem se esforçado em promover o uso do etanol como alternativo aos combustíveis fósseis.

Embora o setor sucroenergético tente seguir em direção a ações responsáveis e responda as críticas da sociedade, as mesmas se mostram incipientes, norteadas pela função econômica e por pressão de legislação.

Percebe-se um esforço por parte do Estado em transmitir uma imagem ambientalmente favorável do setor e também em legislar sobre as questões por ele

enfrentadas. O Estado ao mesmo tempo em que é o agente fiscalizador do setor, assume parceria com este a fim de demonstrar e atestar seus esforços na realização de ações ambientalmente corretas.

O setor possui uma postura reativa diante deste contexto, a projeção da imagem e a preocupação com a Gestão Ambiental aparecem após pressão do mercado e denúncias da sociedade. Mesmo depois de tentativas de adoção de posturas proativas com a celebração de acordos referentes aos problemas enfrentados, as denúncias ambientais e sociais continuam. E é neste contexto que o grupo Cosan insere-se.

4.2 O Grupo Cosan

O Grupo Cosan foi fundado em 1936 no município de Piracicaba-SP com a operação da Usina Costa Pinto e foco na produção de açúcar e álcool para consumo doméstico. A partir da década de 80 iniciou um processo de expansão baseado principalmente em aquisição de empresas do setor (COSAN, 2011). O grupo foi fundado pela família Ometto e em novembro de 2005, foi um dos pioneiros do setor na abertura de capital.

Em 2005 abriu ações na Bolsa de Valores de São Paulo e, em 2007, fez uma oferta de ações na Bolsa de Nova York - NYSE (COSAN, 2011). Em 2008 a Cosan comprou os ativos da Exxon Mobil no Brasil e aumentou sua atuação (COSAN, 2011).

Seguindo a tendência de crescimento do setor e de melhoria de imagem do investidor, em 2011 a Cosan formou *Joint venture* com o Grupo Royal Dutch Shell de Energia e Petroquímica, sendo a fusão denominada Raízen. A produção de açúcar, etanol e cogeração de energia passaram a ser da unidade de negócio Raízen Energia, assim como a distribuição de combustíveis. A Raízen é responsável pela produção de mais de 2.2 bilhões de litros de etanol por ano para atendimento aos mercados interno e externo, 4 milhões de toneladas de açúcar e 900 Mega Watts de capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar (RAÍZEN, 2012).

Durante a safra 2010/11, o grupo utilizou cerca de 750 mil hectares de terras para o plantio da cana-de-açúcar, com 55% de cana própria e 45% de fornecedores terceirizados (COSAN, 2011, p. 9).

A Cosan possui de forma integrada, negócios nas áreas de energia, alimentos, logística, infraestrutura e gestão de propriedades agrícolas. Por meio da Raízen produz açúcar e etanol e distribui combustível através de uma rede de 4.500 postos de serviço com as marcas Shell e Esso. No varejo de açúcar, a Cosan atua com as marcas União e Da Barra, Dolce, Duçula e Neve. Com a marca Mobil, a Cosan produz no Brasil e distribui nacional e internacionalmente, lubrificantes automotivos e industriais. Na área de logística, conta com a Rumo Logística, empresa especializada em transporte e carregamento de açúcar e também no transporte de grãos (COSAN, 2011). Em 2012, o grupo expandiu ainda mais os negócios e comprou ações da América Latina Logística e da distribuidora de gás Comgás (GOMES, 2012, p. B1).

O Grupo possui 24 usinas localizadas nos Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás e tem previsão de crescimento com o objetivo de atingir moagem de 80 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em cinco anos a partir de 2011, para isto conta com cinco unidades com licenças de construção aprovadas (GOMES, 2011, p. 1).

O grupo possui como missão oferecer energia cada vez mais limpa e renovável para melhorar a vida das pessoas e como visão ser referência mundial em energia limpa e renovável. Em 2012, o grupo declarou-se o maior do setor sucroenergético do mundo, tendo processado 54,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2010/11. Seu crescimento e a localização de suas usinas acompanham a concentração e a expansão do cultivo da cana observadas no mapa, nota-se a localização das usinas em áreas de grande concentração de cana e de novas usinas em áreas de expansão como o caso das usinas localizadas em Mato Grosso do Sul e Goiás, para melhor visualização, acessar o levantamento CANASAT do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais - INPE.

Figura 6 - Localização das Unidades Raízen no Mapa de evolução da Safra 2011
Fonte: INPE/CANASAT, 2011 com modificações da autora.

Com a abertura de capital o mesmo sofre então pressão dos investidores e passa a concentrar esforços na busca por ações socioambientalmente responsáveis.

Assim como outras empresas do setor, o Grupo apresenta conflitos que passam por denúncias ambientais e trabalhistas até manifestações de organizações não governamentais. Desta forma, também responde a críticas, constrói uma imagem positiva e atesta melhores práticas com a realização da Gestão Ambiental.

4.2.1 A Gestão e a Imagem Ambiental do Grupo Cosan

No website do Grupo Cosan e também da *joint venture* Raizen estão divulgada a Gestão Ambiental e suas ações através deste texto:

O crescimento sustentável dos negócios depende de uma relação equilibrada com o meio ambiente. A Cosan tem como um dos pilares a responsabilidade ambiental e desenvolve trabalhos que buscam a sustentabilidade e a melhoria contínua dos processos.

Todas as ações de caráter ambiental desenvolvidas pela Cosan são implementadas de acordo com a legislação vigente e as políticas internas da Companhia.

As ações da Cosan visam ainda à conscientização de seus colaboradores, suas famílias e a comunidade de uma forma geral sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem de itens que serão descartados, além de reforçar a utilização racional e consciente dos recursos naturais.

Pioneira na aderência ao Protocolo Agroambiental, assinado junto às Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, a Cosan vem atendendo as diretrizes técnicas estabelecidas, inclusive quanto aos prazos para a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar. (COSAN, 2011).

Atualmente o Grupo adotou como divulgação a Gestão ambiental inserida no conceito de sustentabilidade utilizando o modelo de relatório de sustentabilidade GRI. O grupo tem 3 Relatórios de Sustentabilidade publicados 2010, 2011 e 2012:

Nosso modelo de gestão inclui práticas responsáveis, que a posiciona como um agente transformador na busca de soluções que equilibrem as relações com a sociedade e o meio ambiente [...] Seguindo este caminho, publicamos pelo segundo ano consecutivo nosso relatório de sustentabilidade, que reforça nosso compromisso com a transparência na condução deste tema. Ele está de acordo com as diretrizes da versão G3 da GRI (Global Reporting Initiative), padrão internacional utilizado por mais de 3 mil organizações em todo o mundo (COSAN, 2012).

O grupo Cosan possui diversas empresas, cada uma delas mantém uma estratégia de comunicação e publicidade diferentes. Os relatórios de sustentabilidade 2010 e 2011 trazem informações da Cosan S.A. Indústria e Comércio, que inclui a Cosan Açúcar e Alcool, a Cosan Alimentos, a Cosan Combustíveis e Lubrificantes, a Rumo Logística e Radar Propriedades Agrícolas.

Nesta dissertação, trouxemos informações dos relatórios 2010 e 2011 relacionados à produção do etanol.

As críticas ambientais e sociais recebidas pelo setor sucroenergético também atingem o Grupo Cosan que as responde. Ao mesmo tempo em que passa por denúncias e mostra uma Gestão ambiental reativa, o Grupo Cosan parece esforçar-se para reconstruir sua imagem, atestar boas práticas e parecer proativo.

Em relação à expansão da cultura da cana-de-açúcar, em seu documento Cosan Day 2011, citando como fonte a UNICA, a Raízen traz possíveis áreas para expansão do cultivo de cana-de-açúcar no Brasil, contabilizando 114,18 milhões de hectares de terras disponíveis para o cultivo. Notamos no mapa, áreas muito próximas à floresta amazônica.

Figura 7 - Mapa de possíveis áreas para expansão do cultivo da cana-de-açúcar.
Fonte: Cosan (2011)

Diante da preocupação com a expansão do cultivo de cana-de-açúcar e com os impactos associados, Jorma Olila, presidente do Conselho da Shell, integrante da *Joint Venture* Raízen, declarou: "O único investimento em etanol de primeira geração que autorizamos é no Brasil, onde não irá interferir com a produção de alimentos ou afetar a integridade das florestas" (UNICA, 2011, p. 6).

Em seus relatórios de Sustentabilidade 2010 e 2011 a Cosan diz seguir o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, porém questiona o zoneamento no que diz respeito à restrição da expansão do plantio para algumas áreas agrícolas e de pasto já estabelecidas. E traz como dado que a pecuária ocupa no Brasil uma

área equivalente a cerca de 40% das terras agricultáveis, e a produção de cana-de-açúcar ocupa cerca de apenas 2%. A Cosan entende que o pasto, no País, será menos extensivo em terras, possibilitando assim a expansão do cultivo de cana-de-açúcar nestas áreas (COSAN, 2010, p. 27; 2011 p. 50). Cabe destacar que a empresa Radar Propriedades Agrícolas, integrante do Grupo Cosan, visa adquirir, administrar e monitorar por meio de sistema de geomonitoramento, terras produtivas, estando atenta à procura e a valorização das terras agricultáveis no Brasil.

Dentro do contexto de expansão da cana-de-açúcar, o Grupo Cosan foi acusado pelo Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul em 2010 de adquirir cana-de-açúcar cultivada de forma ilegal em terras indígenas. Neste mesmo ano, a Cosan, de acordo com a notícia “PARCERIA Shell - Cosan desiste de comprar cana de terras indígenas” publicada pelo Jornal Estadão, negou ser proprietária das lavouras nestas terras, mas admitiu que comprava cana destes locais desde 2008 de um fornecedor da região de Dourados, a Nova América S.A. Agrícola. Também em 2010, ainda segundo a mesma notícia, a ONG *Survival International* criticou a *Joint Venture* com a Shell, alegando que esta fusão iria agravar a situação em que se encontravam as terras indígenas. Para a ONG quase todas as terras dos índios guaranis foram roubadas para dar lugar a criações de gado e plantações de soja e de cana-de-açúcar, ainda segundo a ONG, os índios sofrem ataques cada vez que tentam voltar a suas terras e tem seus líderes assassinados por pistoleiros.

Em 2011, foi lançado o documentário “À sombra de um delírio verde”, o filme foi realizado em parceria entre Argentina, Bélgica e Brasil e retrata o povo indígena Guarani-Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul. Relata o contexto de trabalho escravo e ampliação do agronegócio, e do agronegócio da cana-de-açúcar e disputas por terra e liberdade (BLOG DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

Em 2012, a então Raízen assinou um Termo de Compromisso de Cooperação com o Ministério Público Federal em conjunto com a Fundação Nacional do Índio–FUNAI, comprometendo-se a:

- a) suspender, em caráter definitivo, até o prazo máximo de 25 de novembro de 2012, a aquisição, para sua unidade produtora (usina) situada no Município de Caarapó, estado do Mato Grosso do Sul, de cana-de-açúcar oriunda de áreas já declaradas, por meio de portaria do Ministro de Estado da Justiça, como terra indígena, nos termos do art. 2º, §10, I do Decreto n.º 1775/96, bem como se abster de promover a utilização, nessa mesma unidade produtora, de cana-de-açúcar oriunda de áreas que, de igual modo, ainda venham a receber a mesma qualificação; e

b) estipular, nos contratos que venha a celebrar com vistas à aquisição de cana-de-açúcar para sua unidade produtora (usina) situada no Município de Caarapó, condições que obriguem suas contratadas a respeitar os direitos das comunidades indígenas, especialmente aqueles consagrados na Constituição federal, na Lei no. 6.001, de 19 de abril de 1973 (Estatuto do índio) e na Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004), objetivando-se a garantia do atendimento dos requisitos necessários à proteção e promoção dos direitos das comunidades indígenas. (TCC-MS, 2012).

Após a assinatura deste termo, segundo a notícia “PARCERIA Shell-Cosan desiste de comprar cana de terras indígenas” publicada pelo Jornal *on line* Estadão, a ONG *Survival International* considerou a ação da Raízen como "histórica", “excelente” e “exemplo” para outras empresas.

Com relação ao desmatamento, destruição de mata ciliar e uso da água, de acordo com a notícia “COSAN começa a desfazer drenos na região das represas” publicada pelo Jornal Diário de Santa Bárbara d’Oeste, empresas do Grupo foram denunciadas em 2003 ao Ministério Público pela Associação Pró Ambiente de Santa Bárbara d’Oeste - SP e por proprietários rurais que as acusavam de ter construído drenos em rios e lagoas a fim de aumentar sua área de plantio. Após cinco anos de processo, órgãos como o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), apontaram consequências graves causadas pelos drenos e determinaram a necessidade de sua destruição.

Ainda de acordo com a notícia, além do fechamento dos drenos, a Justiça determinou em setembro de 2008 também o prazo de 180 dias para medição, demarcação e averbação da reserva florestal legal de 20% da área dos imóveis rurais atingidos e prazo de 60 dias para apresentação ao DAEE e DEPRN de projeto de recuperação ambiental, considerando o mapa da área de inundação futura com a proposta de recuperação da área de preservação permanente. As empresas então teriam dois anos para a recomposição da cobertura florestal das áreas de preservação permanente e da reserva legal das fazendas.

Na época a empresa recorreu e no acórdão de agravo de Instrumento nº 823.58 6-5/2-00 a jurisprudência não foi favorável à empresa, no acórdão consta que a Cosan “e suas alegações deixam claro que se opõem à redução da área de cultivo e que não há área demarcada e averbada de reserva legal nem proteção total as

áreas inundáveis e às vegetações de preservação permanente” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, 2008, p. 4).

O Grupo havia indicado áreas em outras cidades para implementar medidas de compensação dos impactos ambientais provocados pelo plantio de cana-de-açúcar em Santa Bárbara d'Oeste-SP, porém isto não foi aceito pela justiça e a empresa foi obrigada, em 2011, a elaborar um novo projeto contemplando uma reserva legal de 20% da área das fazendas Areia Branca e São Luiz, onde mantém plantio. O plano deve ser aprovado pelo DEPRN, além de ter que passar por análise pela promotoria do Meio Ambiente de Santa Bárbara d'Oeste -SP (DUARTE, 2011, p. 1).

Em seu relatório de sustentabilidade 2011, a Cosan afirma seu compromisso com a preservação de mata ciliar dizendo que esta preocupação pode ser demonstrada pela “superação das metas de recuperação de matas ciliares das nascentes em áreas próprias da empresa” (COSAN, 2011, p. 50).

Em 2010, a Cosan firmou parceria com a Prefeitura Municipal de São Pedro-SP para recuperação de nascentes no município, o projeto reflorestou duas nascentes em uma área de 4,4 hectares, sendo 5 mil mudas de árvores plantadas e áreas de preservação permanente cercadas. O objetivo do projeto era reflorestar mais três nascentes e transformar 3,3 hectares em área de preservação permanente em uma ação de plantio e educação ambiental, que envolveu os alunos da rede municipal de ensino de São Pedro-SP (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO-SP, 2010).

O relatório de sustentabilidade 2010 p.27 aponta que na safra 2009/2010 a Cosan havia atingido 48,72 ha de mata ciliar de nascentes recuperados superando a meta determinada pelo Protocolo Agroambiental de 13,20 ha. Ainda segundo o relatório a Cosan, entre 2004 e 2010, plantou 1,1 milhão de mudas de árvores e investiu cerca de R\$ 12,5 milhões em ações de preservação, bem como elaborou em conjunto com pesquisadores e consultoria uma metodologia de levantamento de fauna e flora para demarcação de reserva legal. Aqui percebemos que o relatório tem a preocupação em atestar a melhoria contínua das ações ambientais da Cosan.

Ao mesmo tempo em que divulga dados de preservação, o Grupo é denunciado por destruição a áreas de preservação permanente. Em 2010, a organização não governamental Econg enviou a Procuradoria Regional de Justiça de Araçatuba, denúncias contra a Cosan unidade Andradina-SP. Para a ONG a

usina peca pela falta de segurança na queima dos canaviais, destruindo área de preservação permanente próximo à cidade de Castilho-SP. A ONG denuncia ainda que, após a queima, a usina ao invés de colher a cana com trabalhadores e corte manual, colheu a cana com máquinas colheitadeiras (ECONG, 2010, p. 1).

Na safra 2009/2010, o Grupo Cosan pagou R\$ 1,8 milhão em multas referentes a queimadas ocorridas em lavouras próprias e de terceiros. A Cosan justificou estas ocorrências alegando que muitos destes canaviais estão próximos a áreas urbanas e rodovias, deste modo para a empresa “a brasa de um cigarro ou um caco de vidro pode ser suficiente para iniciar o fogo em palha seca, em especial se houver baixo nível de umidade do ar” (COSAN, 2010, p. 29).

Em relação à realização da queima da palha, a Cosan em seu relatório de sustentabilidade 2011 declara que estabeleceu metas mais desafiadoras do que propõe o Protocolo Agroambiental, o grupo se compromete que até 2014, em 100% das áreas de cana de sua propriedade cuja declividade seja de até 12%, a colheita deverá ser feita sem a queima da palha. No ano-safra 2010/11, o Grupo atingiu 79% de colheita mecanizada, ou seja, acima da meta do protocolo que previa 70% até 2011 (COSAN, 2011, p. 27).

Sobre a geração da vinhaça e torta de filtro a Cosan traz em seus relatórios de sustentabilidade que estes produtos não mais são considerados resíduos e são aproveitados integralmente na Fertirrigação, assim como a terra de lavagem de cana e cinza de caldeiras. Traz ainda que está investindo na concentração da vinhaça para maior rendimento, na Usina Costa Pinto (SP) “foram produzidos 65 mil m³ de vinhaça concentrada, o que levou a uma economia de 10 mil toneladas de fertilizantes sintéticos, além do reaproveitamento de 580 mil m³ de água proveniente desse processo” (COSAN, 2011 p. 40). O bagaço de cana é utilizado na cogeração de energia, na safra 2009/2010 foram 11,8 milhões de toneladas geradas e utilizadas na produção de energia (COSAN, 2010, p. 38).

Quanto ao uso de agrotóxicos, a Cosan traz em seu relatório de sustentabilidade 2011 que diminui este uso através do controle biológico de pragas. Em relação à proteção do solo o mesmo relatório afirma que o Grupo segue as diretrizes do Protocolo Agroambiental com um plano técnico para esta proteção.

A Cosan também traz em seu relatório 2011 as multas por ela recebidas na safra 2010/2011, mas não especifica os temas, no total foram R\$ 3.097.497,15 em

multas emitidas pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) e pela CETESB, além de nove advertências não monetárias. Neste período a empresa firmou 28 acordos voluntários perante os órgãos ambientais e promotorias de Justiça (COSAN, 2011, p. 49).

Em 2008, a Cosan aumentou seu quadro de funcionários na área ambiental. Em junho de 2009, o grupo divulgou em seu relatório anual de administração e demonstração financeira o intento de certificação ambiental ISO 14001 de suas operações e a continuação de projetos ambientais já em andamento pelo grupo¹³. Em 2011, no Website da Raízen foram listadas normas seguidas pelo Grupo, entre elas a ISO 14001. Também neste ano, a unidade de Maracaí-SP da Raízen foi a primeira a ser certificada BONSUCRO. A empresa pretende até 2018 certificar 100% do volume de cana processada em suas unidades (COSAN, 2011, p. 36). O grupo investiu em saúde, segurança, meio ambiente e sustentabilidade R\$ 8,8 milhões no primeiro trimestre de exercício social de 2011 (Abril, Maio e Junho de 2010) e R\$ 4,1 milhões no primeiro trimestre de exercício social 2012 (Abril, Maio e Junho de 2011).

No primeiro trimestre de exercício social de 2012 a Cosan possuía 940,8 milhões em provisões para demandas judiciais. As principais demandas judiciais são as demandas tributárias como encargos de impostos, trabalhistas como indenização por danos materiais e morais, ações por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno e de periculosidade, reintegração de emprego, etc. e ambientais como ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e demais execuções de natureza ambiental (COSAN CARTA FINANCEIRA, 2012, p. 33; COSAN INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS, 2012, p. 42).

Quanto às críticas sociais e econômicas, em 2012, o controlador do grupo Cosan, Rubens Ometto, recebeu acusação de ter obtido informação privilegiada e então ganhar com operações feitas com as ações da empresa em 2007 (VALENTI, 2012, p. 1).

Em 2005, um trabalhador rural do grupo Cosan morreu durante o trabalho. Segundo reportagem “A MORTE Cansada”, publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, o Ministério do Trabalho informou que o óbito ocorreu nos períodos de maior

¹³ Relatório de administração publicado no Jornal de Piracicaba edição: 26 jun.2009

produtividade, com picos alternados. O grupo, no entanto, afirmou que cumpre a legislação trabalhista.

Em janeiro de 2009, de acordo com reportagem publicada pelo Jornal O Estado de São Paulo de autoria de Porto, o grupo foi acusado pelo Ministério Público de irregularidades. A denúncia foi a contratação de empresas de fachada para administrar o corte de cana-de-açúcar em lavouras no interior de São Paulo. Considerada ilícita pelo fato de formar vínculo trabalhista diretamente com o tomador de serviços, sem este arcar com os encargos, a prática visaria controlar a matéria-prima destinada à uma das empresas do grupo. A empresa negou as possíveis irregularidades apontadas (PORTO, 2009, p. 1). Em junho de 2009, o grupo assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho para cessar descontos salariais irregulares (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, 2009).

Conforme reportagem da Revista Página 22 “O CASO Walmart e Cosan”, em janeiro de 2010, o grupo conseguiu liminar para a retirada de seu nome da “lista suja” do Ministério Público do Trabalho. O juiz avaliou que o relatório a respeito das atividades do grupo aponta “indícios” e não “conclusões inequívocas” de prática análoga à escravidão. Considerou, porém, que o grupo corria riscos iminentes de prejuízo, uma vez que o BNDES suspendera as operações de crédito para o grupo e clientes solicitaram esclarecimentos sobre o caso. Mais tarde, a rede de supermercados *Walmart* disse estar suspendendo as compras de produtos do grupo. O grupo alega que a empresa, que prestava serviços para a usina, era responsável pelos trabalhadores. Diz ainda que, assim que tomou conhecimento do fato, excluiu-a da sua lista de fornecedores (CIRILO JUNIOR, 2010, p. 1).

Em seu relatório de sustentabilidade 2010, a Cosan traz sua versão dos fatos sobre este episódio alegando que recebeu 13 multas em 2007 pelo que chamou de “meras irregularidades trabalhistas” e ressalta que o caso envolvia terceiros e que excluiu estes fornecedores. Alega não ter sido notificada em 2009 a respeito da inclusão na lista suja do Ministério do Trabalho, ressalta ainda que foi excluída desta lista e que assinou dois termos de ajustamento de conduta perante o Ministério Público do Trabalho referentes a “questões trabalhistas identificadas em anos anteriores, e arcará com custos da ordem de R\$ 3,4 milhões para assegurar que produtores terceirizados, fornecedores de cana, adotem melhores práticas de trabalho no corte manual” (COSAN, 2010, p. 38).

Em seu Website a Cosan declara que procurando garantir um trabalho seguro em todas as suas atividades, o grupo possui um Sistema de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, que inclui treinamentos e palestras a seus colaboradores e faz uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, análise e controle dos incidentes. Dispõe também de ginástica laboral, realizada como forma de preparação para a jornada de trabalho, que evita o aparecimento de doenças ocupacionais, melhorando a qualidade de vida dos envolvidos (COSAN, 2009).

Em 2009, a Usina da Barra unidade Cosan em Barra Bonita foi local da manifestação de mulheres da Via Campesina como parte da jornada nacional de lutas “Mulheres camponesas na luta contra o agronegócio, pela Reforma Agrária e soberania alimentar”. Para o movimento, o grupo Cosan não cumpre seu papel social e traz impactos para o ambiente, as terras então estariam em desacordo com a Constituição Brasileira, por isso deveriam ser destinadas para a reforma agrária (MST, 2009, p. 1). Nesta manifestação, a Cosan foi ainda acusada de usar violência para a retirada das mulheres em sua reintegração de posse (MST, 2009, p. 1).

Outro capítulo que gera críticas ao Grupo é a *Joint Venture* Raízen, ao se associar com a petrolífera Shell o grupo encontrou pressão de setores da sociedade. Além das críticas recebidas da ONG *Survival International* em suas ações com as terras indígenas guaranis em Caarapó- MS, a ONG Greenpeace trouxe em seu blog uma série de opiniões de seus seguidores com a pergunta Cosan + Shell = preocupação. A preocupação foi impulsionada por denúncias sofridas pela Shell que, em 2009, teve que se apresentar diante de um tribunal holandês para se responsabilizar pela poluição de terras agrícolas na Nigéria (STEFANO, 2009, p. 1). A Shell também tem seu nome envolvido em violações de Direitos Humanos na Nigéria, tanto participação na ditadura militar quanto solicitando a intervenção policial e militar aos que se opõem e protestam contra as atividades petrolíferas naquela região. Ativistas ambientais foram presos e muitos deles assassinados (ALIER, 2011, p. 148-154).

Em 2011, a ONG Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançou o documento: “Monopólio da produção no Brasil: a fusão Cosan-Shell”, que faz críticas as ações do grupo Cosan, afirmando que a fusão segue o contexto de latifúndios, beneficiando-se com a não realização de reforma agrária. Afirma ainda que a expansão do monocultivo de cana causa destruição ambiental na medida em que pressiona áreas como Cerrado, Pantanal e Amazônia e causa especulação

imobiliária, substituição de cultivo de alimentos e aumento de seus preços e violação de direitos trabalhistas. O relatório também critica os subsídios públicos recebidos pelo setor sucroenergético e acusa a Cosan de apenas buscar promoção de sua imagem internacionalmente.

Percebe-se que a Cosan responde a críticas e faz as divulgações de suas ações ambientais principalmente através de seus relatórios de sustentabilidade nos moldes GRI referentes às safras 2009/2010 e 2010/2011, trazendo textos e dados numéricos sobre seus aspectos e impactos, ou seja, a divulgação tenta basear-se em dados concretos. Antes desta data, a divulgação era feita através de seu website com textos referentes ao tema Gestão Ambiental. Sua publicidade difere entre as empresas do grupo, a Comgás, por exemplo, possui a divulgação baseada na família e no uso do gás natural, enquanto que a Cosan açúcar e álcool e atual Raízen busca a publicidade baseada nas estratégias da UNICA em promoção ao etanol e aos objetivos da Shell como investidora em um combustível “verde”.

Com relação à ação de divulgação e promoção do uso do etanol como melhor opção, em 2009, a Cosan seguiu as diretrizes da UNICA, foi inserida na agenda de comunicação desta organização e lançou uma campanha publicitária com a contratação de 405 motoristas de táxi de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba como garotos-propaganda, os taxistas mediante pagamento comentavam sobre o etanol com seus passageiros e distribuíam cartilha da UNICA citada nesta dissertação na página 54. A estratégia visava também popularizar a marca Esso, na época a Cosan havia adquirido ativos desta empresa. Em conjunto com a campanha, a Cosan foi fornecedora do etanol para as corridas Stock Car (UNICA, 2009, p. 13).

O nome da *Joint venture* também carrega ação de divulgação do etanol:

O nome Raízen é a união de duas forças, raiz e energia. A primeira remete à parte das plantas que extrai nutrientes e água necessários para a vida e a outra, ao fator crítico para qualquer dinâmica: para que haja vida ou movimento é preciso energia. A opção pelo nome em português reforça tratar-se de uma organização brasileira e a cor roxa da marca remete à aparência da cana-de-açúcar madura (RAÍZEN, 2011).

A estratégia de divulgação e publicidade contou com o slogan: “Raízen. Do Brasil para o mundo, a energia para um futuro melhor”, a campanha foi fundamentada em mídia impressa trazendo mensagens de promoção do etanol (PROPMARK, 2011, p. 1).

Quanto à imagem ambiental, o grupo foi listado entre “As 100 empresas mais sustentáveis segundo a mídia” da Revista Imprensa em 2010. Este ranking aponta

as empresas que estiveram em noticiários de uma forma positiva em razão de suas práticas de sustentabilidade, revelando as organizações que melhor trabalham sua imagem perante os formadores de opinião, assim não aponta quais são as mais sustentáveis, mas sim quais melhor gerenciam suas imagens (PORTAL IMPRENSA, 2010). Em 2010, a Cosan esteve na lista das empresas mais admiradas da revista Carta Capital, a revista chegou ao resultado entrevistando executivos das empresas (CARTA CAPITAL, 2010). O grupo acredita que estes resultados são derivados de seu posicionamento “ético e transparente” (COSAN, 2011, p. 38).

Os relatórios de sustentabilidade do grupo foram elaborados por sua comunicação corporativa e empresas de comunicação, sendo estas a Report Comunicação e a Assertiva Produções Editoriais. Assim a Gestão de sua imagem fica não só a cargo de profissionais do próprio Grupo como de empresas externas. Como estrutura de assessoria de imprensa, relações públicas e comunicação, a Cosan tem como contratadas as empresas Máquina da Notícia e Approach Comunicação.

Percebemos que o Grupo, como associado da UNICA, segue muitas de suas ações de comunicação e Gestão Ambiental, como a adoção de relatórios nos moldes GRI, assinatura do Protocolo Agroambiental e principalmente a iniciativa de organizar e fornecer informações e mostrar os erros das críticas, porém esforça-se em demonstrar ser mais restritiva quanto aos prazos e metas ambientais firmados pelo setor, procurando mostrar a melhoria contínua de sua Gestão.

4.2.2 A Gestão e a Imagem Ambiental da Usina Costa Pinto

A usina Costa Pinto, fundada em 1936, localiza-se no Município de Piracicaba-SP e é unidade do Grupo Cosan. A cultura da cana-de-açúcar neste Município data do século XIX e mesmo com a inserção da cultura de café a cana não perdeu seu espaço e possibilitou a construção de engenhos. Após a decadência dos engenhos, as usinas assumiram a produção e deram base a industrialização em Piracicaba (PEREIRA; ORTIGOSA, 2005, p. 15). Na década de 30 foi fundado o Instituto do Açúcar e Alcool, neste contexto há a fundação da usina Costa Pinto. Em 2010, o Município possuía 60.000 ha de área de cana-de-açúcar cultivada (IPPLAP, 2010, p. 1).

A usina, assim como o grupo, era de propriedade da família Ometto que em 1906 compravam seus primeiros seis alqueires de terra na fazenda Água Santa, em Piracicaba (ARNT, 2002, p. 1). A família adquiriu fazendas e usinas de açúcar por todo o Estado de São Paulo e em 1986 formavam cinco grupos autônomos “o grupo Pedro Ometto (Usina da Barra e Costa Pinto), o grupo Hermínio Ometto (Usina São João), o grupo Narciso Ometto (Usina Santa Lúcia), o grupo Iracema (Usina São Martinho) e o grupo Ometto-Pavan (Usina Santa Cruz)” (ARNT, 2002, p. 1). Em 1996, após disputas familiares, Rubens Ometto assumiu o comando do Grupo Cosan (ARNT, 2002, p. 1), que em 2005 teve seu capital aberto.

A Usina Costa Pinto possui capacidade de moagem de 24.000 toneladas de cana/dia e localiza-se no bairro de mesmo nome, que tem como entorno os bairros Vila Belém, Santa Terezinha e Vila Sônia. A usina é conhecida na região de Piracicaba por ser uma das principais recebedoras de cana de arrendatários e fornecedores em conjunto com usina Santa Helena também do grupo Cosan localizada em Rio das Pedras-SP, Agropecuária Furlan localizada em Santa Bárbara-SP, Usina São José localizada em Rio das Pedras-SP e Usina São Martinho localizada em Iracemápolis-SP.

Figura 8 - Vista da Usina Costa Pinto a margem do Rio Corumbataí
Fonte: Foto: Gilmar Montanari (2012).

Aqui analisaremos as ações da Usina Costa Pinto no Município de Piracicaba e sua imagem.

Como já citado, para Barbieri (2012), o cumprimento à legislação é o degrau básico que se espera no desempenho ambiental de uma organização. Assim levantamos junto ao Ministério Público de Piracicaba-SP as ocorrências em face do Grupo Cosan/Raízen e na agência CETESB Piracicaba os processos em face da Usina Costa Pinto.

Nos arquivos da promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Piracicaba consta que, no período de 2002 a 2012, foram instaurados oito inquéritos civis, sendo estes os inquéritos n.º. 070/06 e n.º. 163/07 em andamento até o fechamento desta pesquisa e os inquéritos civis arquivados 024/02, 035/04, 106/07, 125/07, 135/07 e 083/10:

- Inquérito civil 070/06 (em andamento): trata da parceria público-privada entre o Grupo Cosan e a Prefeitura Municipal de Piracicaba para a realização de obras no Parque Engenho Central. O inquérito acompanha incômodos causados a vizinhança. O inquérito foi instaurado, em 2006, a partir de abaixo-assinado de moradores contra intervenções nas ruas próximas ao engenho, bem como outros tipos de incômodos.
- Inquérito civil 163/07 (c) (em andamento): refere-se à ocorrência da polícia militar ambiental noticiando possível dano ambiental em área de preservação permanente (11,85 ha) do Grupo Cosan. A alegação é que o Grupo havia suprimido APP para plantio de cana-de-açúcar, este fato foi constatado em 2008. A empresa comprometeu-se em 2009 a recuperar a área através de um termo de ajustamento de conduta (TAC) e do termo de compromisso de recuperação ambiental (TCRA). Estes termos na visão do MP não foram corretamente realizados, pois apesar da recuperação da área, foram plantadas espécies exóticas com potencial invasor que deveriam ser substituídas por espécies nativas a fim de aumentar a diversidade, entre outras exigências, assim o TAC continua em verificação.
- Inquérito civil 024/02 (arquivado): foi sobre a notificação, em 2002, feita por pessoas físicas que as empresas Costa Pinto e Santa Helena

pretendiam pulverizar seus canaviais com os produtos Handap (Round-up) e Ethel para a maturação e corte da cana-de-açúcar. Assim, a empresa contratada pelo grupo foi obrigada a cumprir uma série de exigências para esta aplicação como precisão das áreas de aplicação e relatórios após a aplicação.

- Inquérito civil 035/04 (arquivado): é uma representação de moradores noticiando, em 2004, que a empresa Cosan estaria causando dano ambiental e prejudicando os moradores dos bairros Costa Pinto, Vila Belém e parte do bairro Santa Terezinha, próximos a Usina Costa Pinto, devido à suspensão de poeira provocada pelo fluxo contínuo de seus veículos que transitam pelas vias destes bairros. Não foi dado prosseguimento a este inquérito, pois se constatou por meio da CETESB que a empresa cumpriu as exigências por ela propostas para atenuar o problema não mais gerando queixas da população, portanto estas irregularidades segundo o MP não mais existem.
- Inquérito civil 106/07 (a) (arquivado): é referente à execução de multa imposta por infração durante queima da palha de cana em 2007, a exigência da CETESB foi considerada ilegítima.
- Inquérito civil 125/07 (b) (arquivado): é uma representação noticiando que o sítio Bela Vista vinha sendo afetado, em 2007, com o assoreamento de algumas nascentes pelo manejo da fazenda Estiva, vizinha ao sítio, e de propriedade da Cosan. Esta representação também foi arquivada, pois a CETESB manifestou-se alegando que a Cosan já havia adotado as medidas necessárias para a contenção da erosão do solo em conjunto com o sítio Bela Vista.
- Inquérito civil 135/07 (d) (arquivado): ocorrência encaminhada pela polícia militar ambiental, em 2007, tratando de queima da palha de cana realizada pela Cosan fora do horário autorizado. Foi constatado também a supressão de 0,6 ha de APP. Celebrou-se e cumpriu-se TAC para recuperação da área e encaminhou-se a CETESB sendo o inquérito arquivado.
- Inquérito civil 083/2010 (arquivado): Expediente noticiando que a Usina Costa Pinto estaria produzindo poluição atmosférica, em 2010,

provocada pela passagem de veículos de grande porte em estrada localizada no bairro Santa Terezinha. O inquérito foi arquivado, pois não foi considerado como poluição já que o pó levantado em vias não asfaltadas é inerente a estas vias, além da empresa já ter providenciado medidas para sanar este incômodo à população.

Em levantamento junto a CETESB, tivemos acesso a 55 processos em face da Usina Costa Pinto no período de 2002 a 2012. Ressaltamos que não tivemos acesso a todos os processos existentes, pois estes ou corriam em sigilo ou estavam em análise em outros locais, por exemplo, na agência de São Paulo ou no departamento financeiro.

A agência CETESB Piracicaba conta com 12 técnicos no total, sendo 2 técnicos responsáveis pela fiscalização da Usina Costa Pinto.

Para o entrevistado 9, “A CETESB tem uma carga administrativa muito grande e complexa, mas houve uma evolução muito grande na fiscalização e na legislação”.

Os temas dos processos variam desde procedimento para obtenção de licenças prévias, de instalação ou operação conforme a resolução CONAMA nº 237/97, a queima irregular da palha de cana e poluição por vinhaça.

Dos processos aos quais tivemos acesso, 29 processos foram referentes à “penalidade do ar¹⁴” incluindo a queima de palha de cana, sendo 25 destes correspondentes ao período anterior ao Protocolo Agroambiental de 2007; 5 processos sobre “penalidade da água”, 1 referente ao solo; 3 referentes a “penalidades em licenças”; 9 processos referentes a renovações e pedidos de licenças e por fim 8 processos referentes a destinação e movimentação de resíduos.

Sobre os processos da queima da palha de cana, temos como exemplo o processo 2100794/06 b, onde a CETESB atendendo a reclamação da população constatou queima de palha de cana-de-açúcar em uma área de aproximadamente 2 ha dentro do perímetro urbano em área da usina, ou seja, queima não permitida pelo decreto 47.700/03, deste modo a empresa foi multada. Também neste ano, através de reclamação da população foi constatada queima de palha de cana em 0,6 ha, que na ocasião estava sendo cortada em área também a menos de 1 km do perímetro urbano, sendo a empresa multada.

¹⁴ Os termos penalidade da água, ar, licença e solo são utilizados pelos processos CETESB.

Como os inquéritos civis 035/2004 e 083/2010 citam, a CETESB cuidou da “penalidade do ar” referente ao incômodo causado aos moradores próximos a usina: “A empresa possui histórico de reclamações pela poluição do ar e geração de incômodos a bairros vizinhos” (CETESB PROCESSO 2100108/06 a). Desde 2003 havia sido solicitado a usina o asfaltamento de vias próximas aos bairros, pois o tráfego de veículos pesados estava causando incômodo aos moradores, porém não houve resposta da empresa. Em 2004, após vistorias no local também não houve resposta da empresa, já em 2005 a CETESB entrou em contato novamente e a empresa respondeu que já havia impermeabilizado o local, porém em 2006 ainda existia emissão de poeira.

O entrevistado 1 comentou o episódio:

“São fornecedores de cana que reclamaram também né, a estrada que eles fizeram não tinha condição, precisava asfaltar aquele pedaço, aqueles caminhões lá, aquela poeirada a gente não aguenta, que vai pra região, daí nós fizemos um trabalho, pelo amor de Deus a Cosan tem tanto dinheiro, vamos asfaltar aquilo ali, aí começaram a molhar, aí o pessoal da Cosan: mandei molhar lá, mas molhar só não adianta né, nós temos que asfaltar e eu nem sei o que aconteceu.”

A empresa então se comprometeu a um projeto efetivo de minimização dos incômodos com o asfaltamento das vias em conjunto com a municipalidade, e em 2010 o inquérito 083/2010 confirmou estas ações.

Sobre os processos de “penalidade da água”, se tem como exemplo o uso da vinhaça. Em 2004, a CETESB recebeu reclamação e constatou vazamento da vinhaça no rio Corumbataí durante bombeamento do resíduo pela Cosan. A empresa prontamente atendeu as obras de segurança exigidas e atendeu o Auto de Imposição de Infração de Penalidade Ambiental pela CETESB (CETESB PROCESSO 2100639/04). Outro exemplo de penalidade da água foi o lançamento de efluentes de lagoa de tratamento responsáveis pela alteração da qualidade do Rio Corumbataí em 2011 sendo então multada. A empresa recorreu, mas o recurso não foi aceito pela CETESB (CETESB PROCESSO 2101427/11 b). Sobre isto o entrevistado 9 comenta: “Melhorou muito, mas dizer que está em um patamar ideal não está, ainda ocorrem acidentes de derramamento de vinhaça”.

O processo sobre “penalidade do solo” ocorreu em 2009 quando foi constatado um tanque de vinhaça sem impermeabilização, assim a empresa recebeu uma advertência (CETESB PROCESSO 2100932/09 b).

Como exemplo de penalidade de licenças, em 2009, foi constatado que a empresa não possuía licença de instalação e de operação em posto de abastecimento e foi advertida para se regularizar imediatamente. Durante a avaliação ambiental preliminar constatou-se contaminação do solo por diesel, esta contaminação continuou sendo investigada e tratada em 2010 e 2011 (CETESB PROCESSO 2100497/09 a).

Como exemplo de processo de pedido e renovação de licença, temos o processo 2100604/10, onde foi aprovada em 2011 a licença de operação para ampliação da destilaria, depósito de produtos químicos e uma estação de tratamento de esgoto compacta, trazendo uma série de exigências técnicas a ser seguida pela Costa Pinto, entre elas que os tanques de armazenagem de produtos químicos deveriam possuir contenção a fim de evitar o derramamento destes e a poluição das águas e do solo. Para o entrevistado 9, as renovações de licenças são um bom momento para as exigências e fiscalizações ambientais “são inclusive um braço para exigir além da legislação”.

E por fim, como exemplo de movimentação de resíduos temos o processo 2100604/10, onde o Grupo comunica que está enviando resíduos de lâmpadas, pilhas e baterias geradas para uma empresa responsável pelo processo de descontaminação e reciclagem de resíduos perigosos e considerado adequado pela CETESB.

Notamos, então, pela análise dos inquéritos e processos uma intensa pressão da população, além das fiscalizações da CETESB e polícia ambiental, verificam-se queixas e representações de moradores em denúncia ao Grupo.

Assim como o setor sucroenergético, o contexto do Grupo Cosan e a cultura da cana em Piracicaba-SP, embora o município possua trajetória canavieira, dividem opiniões.

O entrevistado 5 comenta:

“A cana não é pra Piracicaba uma cultura que chegou agora tirando outras do seu lugar, não, ela tá aqui há mais de 2 séculos, piracicabano não pode falar mal da cana a gente não cospe no prato que comeu, se temos uma cidade deste tamanho se temos um parque industrial deste tamanho[.] Se somos o que somos é devido a cana”.

Já para o entrevistado 6:

“Ela [a usina] tenta sempre enxugar. A lógica [do capital], ela não se combina a sustentabilidade. Basta você distribuir melhor esta renda, mas como as usinas vão distribuir melhor isso? Não sei, os rendimentos das

“pessoas que estão lá em cima com certeza é cada vez maior. Tem gente milionária, têm muitos milionários, esta distribuição não reflete na população e o nosso entendimento é que deveria refletir”.

Para o entrevistado 7, no passado houve destruição de áreas de preservação permanente por parte da usina:

“Impressionante como é que esse pessoal, grandes fazendeiros ai grandes produtores principalmente das usinas, porque teve uma época que a usina arrendou terra de todos os sitiantes, sabe? Ela não queria mais comprar, ela queria, arrendava e plantava, ai chegava na beiradinha do ribeirão até onde desse, até onde dava, provocava assoreamento, arava a terra, ai depois destruição de mata ciliar, uma porção de coisa[...] o assoreamento é um dos principais fatores de eliminação das nascentes dos ribeirões, os ribeirões menores desaparecem”.

O entrevistado 4 salienta que em Piracicaba há discussões sobre a falta de mata ciliar na área rural da cidade e sobre a poluição dos recursos hídricos, mas que discussão sobre a cana em si e seus impactos não existe, “ esta discussão não é a partir da cana ela é a partir de outros problemas e acaba se inter-relacionando com a cana”.

Para o entrevistado 9 a lacuna do setor e portanto também do Grupo é a legislação florestal e o desafio atual em relação a parte agrícola

“É a poluição difusa, ou seja, migração de sedimentos, assoreamento, destruição de área de preservação permanente, reserva legal que impactam não só o local, mas outras regiões [...] é difícil de medir a poluição difusa, o quanto estes fatores e cada atividade agrícola contribuem. Esta poluição deve ser tratada com caráter preventivo.”

Ainda para o entrevistado 9, o Grupo Cosan e a Usina Costa Pinto respondem bem historicamente a fiscalização e houve uma grande evolução em como o estado está cobrando estes aspectos.

4.2.3 Grupo Cosan: a questão da queima da palha no Município de Piracicaba-SP

A queima da palha da cana-de-açúcar e seus impactos é um dos assuntos mais citados quando se trata do setor sucroenergético. Como vimos, embora a questão venha sendo tratada através da legislação e do Protocolo Agroambiental, ainda há denúncias e intervenções do Ministério Público Federal e Estadual.

Em Piracicaba, a questão não foi diferente sendo amplamente discutida. Na lei complementar nº. 46/95 do Município, esta questão já era listada entre os problemas rurais detectados: “VII - uso rotineiro do fogo ou da prática de queima na agricultura e VIII- predominância de uma única cultura, a de cana-de-açúcar, além

da área coberta com pastagens”; esta lei foi revogada pela lei complementar nº. 186 de 2006, que aprovou o plano diretor de desenvolvimento do município, trouxe como subseção “Do Setor sucroalcooleiro”, e como diretriz para o setor:

Adequar-se às exigências ambientais, tais como: a queima da palha de cana-de-açúcar, em consonância com a legislação municipal e estadual vigente, bem como às demandas sociais, quais sejam, as relações de trabalho e o retorno sócio-econômico da produção (PIRACICABA, LEI COMPLEMENTAR 186/06).

Em 2005, a discussão da queima da palha entrou em pauta quando o entrevistado 1 propôs um projeto de lei que previa o fim da queima no município, antecipando-se aos prazos até então estabelecidos. Esta iniciativa causou discussões e conflitos de interesses com a Cooperativa dos plantadores de cana (COPLACANA), Associação de fornecedores de cana de Piracicaba e região (AFOCAPI) e o Grupo Cosan, e também entre os próprios vereadores resultando em não aprovação da lei.

O entrevistado 1 comenta sua motivação ao elaborar a lei e cita que embasou sua proposta na opinião de pesquisadores:

“De 2005 a 2009, estava no auge, pessoal reclamando no jornal é queimada, é queimada. Ai entrei direto na queimada, a minha bandeira da reeleição foi a luta da queimada [...] fiz um projeto de lei, mas primeiro eu apresentei pra eles [pesquisadores]. Oh doutor dá uma olhada: o que eu tô falando aí tá certo? Tá errado? Este prazo que eu estou dando é viável? Ou não é?”.

No dia da votação, houve manifestações contrárias à aprovação da lei municipal. Houve manifestação de trabalhadores rurais preocupados com a perda de emprego causada pela mecanização, porém esta manifestação foi questionada ao serem descobertas pessoas que não trabalhavam no corte de cana passando-se por trabalhadores rurais. Este episódio é comentado pelo entrevistado 1:

“Ele [um vereador] fez no sindicato dele um ponto de apoio para o pessoal, houve uma paga de 50 reais pros caras se travestir de cortador de cana, que cortador de cana? Não tinha nenhum! Era pago os caras, massa bruta, tudo estes caras aí chegava me ameaçando, quer dizer, não é assim”.

O entrevistado 1 também cita o Grupo Cosan como articulador desta manifestação em conjunto com a COPLANA E AFOCAPI: “O que aconteceu? Aconteceu que a Cosan e o representante dos fornecedores eles fizeram uma articulação no dia da votação”.

Este mesmo episódio é comentado pelo entrevistado 4:

“Chapéu de trabalhador rural como se fossem trabalhadores. É! Num primeiro momento, eu achei que fossem trabalhadores mesmo e achei até bacana o movimento por mais que eu fosse contra a queimada de cana,

parecia um processo bacana democrático, dos trabalhadores irem defender o seu trabalho que com o fim da queima de cana poderia estar prejudicado, mas no andar da votação, que foi um processo longo. tiveram algumas palestras, antes né, e eu identifiquei duas pessoas que eu conhecia e estavam com chapéu de cortador de cana, mas não eram cortadores [...] quem mobilizou aquele grupo, que arregimentou aquele grupo tinha passado as instruções do que era pra eles fazerem na hora, davam o chapéu e davam lanchinho e davam ônibus para o pessoal ir até a câmara e ai eles estavam ganhando dinheiro pra tá lá simulando, como se fossem cortadores de cana e trabalhadores rurais.”

O projeto de lei na época também enfrentou resistências dos vereadores que votaram contra o projeto, o entrevistado 7 argumenta:

“Não acreditava nesta lei municipal, mas eu disse que apoiava, porque a lei deste tipo tem que ser estadual, ou federal, né? É difícil você fazer uma lei municipal para você dizer, o limite de Piracicaba é aqui, aqui não pode queimar [...] Piracicaba é toda envolvida com uma história cultural da agricultura e falei: olha é uma luta a gente mudar assim de repente[...] mas eu falei :olha eu nunca fui contra a proibição da queimada, eu acho que a queimada é uma loucura ecológica. Teria que acabar, mas não acabar destruindo as vidas das famílias”.

Na época o Conselho de Desenvolvimento Rural de Piracicaba também se manifestou. O entrevistado 5 relata a posição do conselho: “O CONDER acha que não é assunto de Câmara Municipal, a cana, a fumaça e o vento não conhecem fronteiras municipais. Então, não é assunto”.

O entrevistado 3 também não concordou na época com a lei e discordava dos argumentos científicos em relação a queima:

“Tinha uma segurança pessoal também que o corte abrupto no manejo seria desastroso para Piracicaba. [...] Fiquei numa saia justa porque, de um lado, tinha que ter um tipo de argumento e o meu argumento era econômico, e o outro argumento que eu fiquei chateado, foi em função da pressão que os cientistas começaram a colocar sobre problema de saúde, que eu já não concordo. Há uma confusão, quer dizer uma confusão terrível, não só com relação à saúde humana, mas também quanto à queima de fauna. Viu? canavial não é habitat natural pra animal fazer ninho”.

O sindicato dos trabalhadores rurais também discordava da proibição, o entrevistado 2 revela os motivos:

“Ele [vereador] queria saber a minha opinião sobre a queimada da cana, eu falei: Viu, eu quando trabalhava na roça e cortava cana eu preferia queimada, né? Agora eu não vou falar pro trabalhador, o que eu quero, eu vou lá na roça e falo o que você quer? Você quer acabar com a queimada ou você quer continuar a queimada? Se ele falar pra mim eu quero acabar com a queimada, tô de acordo com ele. Agora se ele falar pra mim eu quero que queime, quero cortar cana queimada e é oque eles queriam [...] ninguém queria cortar cana na palha, porque eles alegam até que tem cobra, tem coisa, quer dizer, mas é lei [...]A minha maior preocupação era a perda de emprego”.

Durante o ano de 2005, o Conselho Municipal de defesa do meio ambiente também se manifestou e, através de ação movida pela Promotoria de Justiça de Piracicaba, solicitou a compra e instalação de estação de medição de poluição atmosférica que mensurasse diariamente o nível do particulado causado pela queima (HONDA, 2005, p. A2). Atualmente há uma estação de monitoramento automática e duas estações manuais referentes à medição de poluição atmosférica. A estação automática mede partículas inaláveis, dióxido de nitrogênio, óxidos de nitrogênio, ozônio, umidade relativa, velocidade, direção dos ventos e temperatura e as estações manuais medem fumaça e partículas inaláveis (CETESB, 2012).

Em meio às divergências, a lei municipal não foi aprovada, mas a legislação federal e estadual de proibição já vigorava. Com base nestas leis, o entrevistado 1 acredita que o Grupo Cosan não cumpria a exigência de não queimar palha de cana a menos de 1km do perímetro urbano:

“É a lei do estado, ela determina que na faixa de 1km além do perímetro urbano, não se pode queimar, então eu fui atrás da prefeitura e eu quero esta faixa de 1km também, eu insisti e fizeram, você vai ver quanta área de cana tem no perímetro urbano. E entreguei este estudo para a Cosan e COPLACANA. A Cosan veio falar comigo, com essa insistência [de que cumpria a lei]. Daí eu falei vocês estavam aqui, vocês ganharam [a lei municipal não foi aprovada] vocês falaram que cumpriam a lei, então eu estou provando que não cumprem. Então vocês vão cumprir a lei que vocês falaram que cumprem”.

Porém, ressalta que a Cosan teve ações positivas em relação a este assunto no município:

“O que a Cosan fez? A Cosan foi a campo, pegou todos os fornecedores dela nesta área e disse: olha se queimar a cana eu não compro, eu não aceito cana queimada. A Cosan foi a campo, neste ponto eu tiro chapéu, porque eles foram a campo e disse: olha aqui você não pode queimar, eu não aceito cana queimada. Então foi esta a revolta que começou nos fornecedores.”

O entrevistado 1 comenta que além de sua participação no histórico da lei municipal, esta atitude causou uma relação conflituosa com os fornecedores de cana:

“Comecei a receber ameaças de fornecedor de cana ameaçando que ia me matar que a cana era a vida dele, mas não tem problema, ninguém está falando para o senhor deixar de cortar cana, o problema é que não pode queimar. Eram meus inimigos, hoje a grande maioria dos pequenos fornecedores de cana são meus amigos, eles entenderam!”.

Porém, esta relação ainda se mostrou conflituosa e resistente à aceitação da proibição. José Coral, presidente da COPLACANA, defendeu em 2011 a queimada como garantia de emprego: “Prefiro esta poluição (das queimadas) do que a

poluição humana (sic). Andem ai pela periferia de Piracicaba. São pessoas que poderiam trabalhar na lavoura” (CORAL, 2011). É notório que a proibição da queima traz consigo inúmeros ganhos ambientais, mas vem também associada a impactos sociais como o desemprego e não absorção dos trabalhadores desempregados decorrentes da mecanização. Por apresentar um tratamento não holístico, a questão então suscita ideias opostas e abre espaço para defesa da prática da queimada como esta fala nos traz.

Podemos perceber pelos relatos que houve e há muitos conflitos de interesses envolvidos nas discussões sobre a proibição da queimada em Piracicaba. Após o processo de não aprovação da lei no Município, o setor sucroenergético assinou o Protocolo Agroambiental e o Grupo Cosan declarou ter superado as metas de mecanização deste protocolo.

Em 2012, quando a discussão parecia cessar pela aparente resolução deste problema, o Ministério Público Federal em Piracicaba, assim como fez em outros municípios, lançou uma ação civil pública pedindo a proibição imediata da queima da palha em Piracicaba e região. A ação civil pública foi julgada procedente pela 2ª. Vara Federal. Deste modo a queima da palha foi proibida em Piracicaba e região, assim como ficaram suspensas todas as autorizações para queima da palha emitidas pela CETESB. Além disto, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) passou a ser obrigado a fiscalizar os danos provocados pela queimada a fauna silvestre e a realizar campanhas de educação ambiental junto aos proprietários agrícolas (BRANT, 2012, p. 1).

Esta ação civil pública teve como réus o Estado de São Paulo, a CETESB e o IBAMA e teve como objetivo o cancelamento das autorizações de queima controlada da palha de cana-de-açúcar, sobretudo em razão da ausência de prévia elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). Buscou-se impedir que as duas primeiras rés emitissem “novas autorizações de queima sem as providências acima [EIA/RIMA], ante os seus efeitos perniciosos ao meio ambiente e à vida de uma maneira geral” (KOSAKA, 2012 p. 3), e que o IBAMA fiscalizasse os danos em relação à fauna.

A ação civil pública considera a atividade da queima altamente poluidora e, portanto deve ser precedida do EIA/RIMA, até então não exigido pelo Estado. O entrevistado 8 comenta o porquê:

“Porque estes instrumentos (EIA/RIMA) são mecanismos de diagnóstico do impacto dessa atividade ao meio ambiente e este diagnóstico é necessário para poder se verificar quais são os danos que poderão ser causados em razão desta atividade. O que vem sendo utilizado hoje para liberação da queima controlada é um procedimento extremamente simplificado.”

Quanto ao Estado de São Paulo, a CETESB e o IBAMA figurarem como réus da ação, o entrevistado 8 explica:

“As pessoas jurídicas, os órgãos que poderiam figurar desta ação são a CETESB, o IBAMA e a secretaria, aliás, o Estado de São Paulo através de sua Secretaria de Meio Ambiente. Por quê? Do ponto de vista jurídico eu só posso colocar na ação uma pessoa física ou jurídica em face de quem eu for fazer o pedido, que vai suportar diretamente os efeitos deste pedido. Qual o órgão hoje que tem a competência para poder dar estas autorizações? A CETESB, que é um órgão vinculado a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, como os pedidos se dirigiam contra este ato de concessão das autorizações, o deferimento do pedido se volta contra o ato praticado, contra entre estes entes públicos, por isso que foram eles que figuraram nesta ação civil pública em razão dos pedidos que foram feitos. O IBAMA também figurou nesta ação porque contra o IBAMA o pedido é no sentido em que ele efetivamente exercesse a sua fiscalização a respeito da proteção da fauna.”

Esta ação trouxe divergência de opiniões, o entrevistado 9 comenta sobre a necessidade do EIA/RIMA “vai ser útil se realmente trouxer a discussão social envolvida”.

O entrevistado 2 comenta sobre a opinião do sindicato dos trabalhadores rurais: “Pra falar a verdade os trabalhadores mesmo não gostam muito da ideia, mas já aceitaram, porque tá terminando e é muito pouco o lugar que a usina queima”. Mas, ao mesmo tempo demonstra preocupação: “eu acho o pior de tudo é que tá acabando o cortador de cana e as máquinas tão começando, começando não, já tão dominando”.

O entrevistado 3 não acreditava no julgamento favorável da ação: “É só que tem um detalhe, já há ações que ele [Ministério Público] está perdendo.” Sobre esta afirmação o entrevistado 8 comenta a decisão da justiça em algumas destas ações:

“É que muito embora alguns julgados entenderam isso, que esta prática [queimada] seja contrária ao meio ambiente, alegaram que a suspensão dela pode causar graves prejuízos a economia pública em razão do grande número de trabalhadores que migram de outras regiões para o corte de cana em razão do preço dos produtos derivados pela cana, etanol, açúcar etc.”

O entrevistado 5 é enfático e contrário a ação do Ministério:

“Então, eu acho um absurdo, é um assunto resolvido e está resolvido: vai parar. Esta negociação de quando vai parar não foi uma negociação de marido e mulher não, foi sob os pilares da ciência, tinham técnicos da secretaria da agricultura contra técnicos das usinas e tudo o mais, cada um defendendo seus interesses, mas eram técnicos que discutiam e verificaram

a viabilidade, olha deixando pra tal ano dá certo dá tempo da gente se adequar o importante que o objetivo será alcançado se foi em 2008 ou 2016 o objetivo está alcançado e será alcançado. Isso só serve pra causar confusão num assunto já equalizado [...] ação desnecessária, ele [Ministério Público] faria mais se ele obrigasse a polícia militar a triplicar o volume de frotas rurais, a violência no campo é o problema”.

O entrevistado 7 não discorda da ação e opina:

“Eu acho que vai [usinas] ter que se enquadrar só que eliminou emprego dos trabalhadores migrantes, eles acabaram derivando pra construção civil, porém é já uma coisa consumada, parece que não tem um retorno de voltar a queimar, né? [...] Sempre tem aqueles que dizem a lei: ah imagine a lei, então começa a abusar, até que toma uma punição forte daí a pessoa fala, tem que cumprir a lei. Eu acho que para o meio ambiente é uma beleza, pra nós aqui já mudou bastante, né?”

Para os críticos que trazem como argumento a resolução do problema através do Protocolo Agroambiental, a ação civil pública traz que embora a iniciativa seja louvável, o protocolo não é obrigatório, “tampouco prevê sanções ou mecanismos de cumprimento forçado no caso de desrespeito das condições e prazos estabelecidos” (KOSAKA, 2012, p. 92).

O entrevistado 8 reforça e explica a posição do Ministério Público:

“O protocolo de intenções não tem vinculação jurídica, ou seja, se um empreendedor não cumprir este prazo, ele não vai sofrer nenhuma sanção, pelo contrário. Quem está fazendo este protocolo agroambiental, está recebendo uma certificação, está recebendo um selo verde praticamente é porque se comprometeu a eliminar a queima da cana antes do prazo e este seria um primeiro argumento em contraposição a quem defendeu a desnecessidade da ação, um segundo argumento é que os impactos ambientais causados pela queima da cana são gigantescos [...] não se pode tolerar que se prossiga com esta atividade sob o argumento de que daqui a pouco vai terminar”.

Após a liminar concedida e a proibição da queima em Piracicaba e região, a notícia no Jornal de Piracicaba era de que 2000 produtores seriam afetados com esta decisão. O presidente da COPLACANA se manifestou e afirmou que 50% dos pequenos e médios produtores ainda utilizam a queima e a colheita manual. Estes produtores, segundo ele, não têm condições de arcar com o custo das máquinas para colheita mecanizada em caráter imediato. Afirmou ainda que, se os produtores ficassem inviabilizados de trabalhar, demissões ocorreriam e que concordam com a redução gradativa da queima (RIBEIRO, 2012, p. A5).

Nesta primeira ação civil pública, as usinas e o Grupo Cosan sofreram efeitos indiretos, ou seja, não figuraram como réus da ação, porém também em 2012, o Ministério Público entrou com uma segunda ação na qual a Cosan, através das Usinas Costa Pinto e Santa Helena, aparece como ré, em conjunto com outras

usinas da região de Piracicaba. Esta ação previu o pagamento de R\$ 25 milhões de indenização por prejuízos causados pelas usinas ao realizar a queima da palha de cana. Os cálculos foram baseados no Decreto nº 6.514 de 2008 e fixados diante da elevada capacidade econômica dos réus (KOSAKA, 2012 p. 86). A notícia “MPF cobra R\$25 milhões por danos da queimada de cana em Piracicaba”, publicada pelo portal G1, informa que a ação previu a compra de equipamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS), a compensação ambiental com recuperação de mata ciliar ao longo do Rio Piracicaba e a criação de centro de triagem para animais vítimas das queimadas. As empresas não se manifestaram quanto a ação.

O entrevistado 8 comenta os custos do SUS: “Há alguns indicadores que demonstram que há um aumento de custos e despesas do Sistema Único de Saúde com doenças associadas ou associáveis a queima da cana”.

Quanto a estes custos o entrevistado 3 alega ter participado de um estudo que comprova que a queima da palha pouco contribui para as internações:

“Este estudo está lá na Cosan e vai mostrar, depois quando não tiver mais queima de palha, que o número de pessoas inclusive aí vai ter que ser feito uma relatividade, nós tínhamos uma população em 2010, 2005 e agora temos uma outra população, em 2014, teremos que fazer um negócio relativo, do que trabalhar com números absolutos, mas eu tenho certeza absoluta que o número [de internações] não vai cair muito”

Enquanto corriam as ações civis públicas, o representante da COPLANA declarava que o índice de mecanização da cana chega a 60% em Piracicaba, com previsão de subir para 70% na safra 2012/2013. Ao longo da safra 2011/2012 dos 45.100 ha colhidos, 27.100 ha foram de cana crua, segundo o representante, com o uso da máquina normalmente colhe-se a cana crua sem queima (RIBEIRO, 2012, p. A1). Mas, de acordo com uma denúncia da Econg, a Cosan estaria colhendo cana queimada com máquinas (p. 84 desta dissertação). O entrevistado 3 faz a afirmação:

“Alguns queimam para colher, porque não existe a proibição total aí. A máquina foi feita pra cortar crua, só que aí um dia lá alguém tinha uma área que queimou, passou a máquina e percebeu que tinha um rendimento 25% maior. Uma máquina, por exemplo, bem preparada numa área topograficamente razoável, menos de 12% ela vai cortar, em média 480 toneladas por dia em uma área com queima ela corta mais de 750, mais fácil, não precisa retirar a palha. Mas isso aí se pegar é proibido, o corte mecânico e agora com o aproveitamento energético da palha isso aí vai acabar.”

Deste modo, é necessária fiscalização e investigação dessas informações, para que o objetivo do fim da queima seja alcançado. Notamos, pelos relatos de representantes dos fornecedores, resistência quanto à proibição imediata da

queima, principalmente por parte de médios e pequenos fornecedores. Isto atinge diretamente a produção do grupo Cosan, pois este é dependente deste fornecimento e tenta adequá-lo aos prazos exigidos pelo Protocolo Agroambiental. Seus fornecedores têm que cumprir termos globais de fornecimento que constam de documento que abrange questões de caráter trabalhista, segurança de trabalho, meio ambiente e atendimento à legislação (COSAN, 2011, p. 29). O não cumprimento da legislação e o uso de queima podem prejudicar a imagem do Grupo. Em Piracicaba o relato sobre a queimada nos informa que a empresa, após as pressões, esforça-se para a adequação.

4.2.4 Grupo Cosan: a questão trabalhista no Município de Piracicaba-SP

A questão trabalhista no setor sucroenergético também teve destaque em Piracicaba. As condições de trabalho dos cortadores de cana foram intensamente discutidas pelo extinto Fórum da Cidadania da Justiça e Cultura de Paz de Piracicaba.

O entrevistado 7 nos conta um pouco da história:

“O Fórum não era só o Fórum, eram autoridades, era Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, era polícia federal. Nós embicamos nesta questão dos direitos do trabalhador migrante, do cortador de cana, então aí nós pegamos fundo e fomos agrupando autoridades. Conseguimos legislação estadual regularizando a fiscalização dos alojamentos, da alimentação, dos equipamentos de proteção individual, uma porção de coisas no que diz respeito aos direitos humanos e também na linha de meio ambiente”.

O entrevistado 6 também nos conta sobre o fórum:

“O Fórum e o CEREST, juntamente com o Ministério Público vão tomar ações mais conjuntas, decorrentes de acidente com óbito na região de Rio das Pedras numa usina e das condições precárias dos alojamentos, também pensando nos trabalhadores que vêm do nordeste”.

O Fórum atuou em Piracicaba do ano 2000 até 2010 e recebia denúncias de más condições de trabalho no corte manual da cana como falta de equipamento de proteção individual e baixos salários, assim como más condições nos alojamentos dos trabalhadores. O entrevistado 7 comenta:

“Transformei meu gabinete numa central de denúncias. O pessoal verificava, é verdade? Então já acionava o Ministério Público. O Ministério Público já ia em cima da usina, entendeu? Porque é judiação o que eles faziam porque o que eu cheguei ver em 2003, meu Deus do Céu, não dormia viu, porque comida azeda por ficar no sol, feijão azedo, era coisa

incrível, era a comida que eles tinham que comer, fora o alojamento que era horrível, 60 pessoas em um cômodo pequeno cercado de elástico, nem era fechado, as paredes, tomava banho fora, num chuveiro lá que a fossa extravasou e ficava um chão todo cheio de esgoto. Chamei eles [trabalhadores] na estrada fiquei conversando e eles me mostrando né todas as unhas caindo sabe por causa de luvas, luva ruim, porcaria.”

O entrevistado 7 conta também que como presidente do Fórum de Justiça ajudava nas fiscalizações em conjunto com a Polícia Federal:

“Eu cheguei a ir pra zona rural em alojamentos com um delegado da Polícia Federal e 5-6 agentes acompanhando sabe em 2-3 carros. A polícia ia *in loco* e juntava todo mundo no ônibus, os trabalhadores, traziam pra Polícia Federal e entrevistava um por um fazendo os depoimentos. E eu ia lá e levava a pastoral, levava alimentos, eles ficavam o dia inteiro na Polícia Federal e agente ficava lá, mediando, orientando eles, porque as vezes os trabalhadores tem um pouco de consciência, mas as vezes não tem consciência nenhuma. Eles vêm pra tentar ganhar o dinheiro deles e lá [Norte, Nordeste, Minas] não ganha, né?

O entrevistado 2 também comenta as denúncias da época:

“Do setor tinha, muita reclamação, muita, porque eram muitos terceirizados. Quer dizer, qualquer um ai pegava mandava vir 30-40 pessoas e punha em qualquer lugar não acertava conta, não registrava, não faziam nada. Dava até dó”.

Sobre a terceirização da contratação dos trabalhadores rurais, o entrevistado 7 diz:

“Eles terceirizavam, assim, a usina contratava um “gato”. Pra cortar cana, o “gato” ia buscar este povo lá no Nordeste, no Norte, de uma das formas mais absurdas, quer dizer ir lá e arrebanhava como se fosse... Juntava um ônibus, chegava pra cá, eles já chegavam devendo a viagem. Ai era horrível”.

Estes problemas foram apontados no relatório da missão realizada pela Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho para apuração de violação de direitos humanos de trabalhadores canavieiros. Realizado em 2005, com visitas a diversas usinas do Estado de São Paulo, o relatório constatou más condições de alojamentos, baixos salários, más condições no campo, entre outros problemas. Em visita a alojamento da Usina Santa Helena pertencente ao grupo Cosan, os relatores constataram resistência do chefe do alojamento, trabalhadores migrantes, condições precárias dos alojamentos como a falta de chuveiros no banheiro, poucas janelas e portas estreitas dificultando saída de emergência, não disponibilização de água filtrada, entre outros (RELATORIA NACIONAL, 2005, p. 28).

Esta discussão do Fórum na região de Piracicaba e investigação da situação dos trabalhadores rurais através do Relatório Nacional para o Direito Humano resultou em assinaturas de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) pelas usinas da região de Piracicaba. Foi particularmente importante a celebração de TAC entre o Grupo Cosan e o Ministério Público do Trabalho, onde a Cosan comprometeu-se a cumprir normas para melhoria do meio ambiente de trabalho do corte de cana. Em 2008, houve a assinatura de um TAC por 28 prefeituras dos municípios da região de Piracicaba comprometendo-se a cumprir um *check list* (lista de verificação) a respeito das condições de habitação dos alojamentos, como espaço ideal para as pessoas, densidade de colchões, quantidade de banheiros e chuveiros, etc. (VIEIRA, 2008, p. A3).

Em 2010, o Ministério Público do Trabalho alegou que o TAC assinado em 2006 pela Cosan foi parcialmente descumprido. Embora não reconhecesse a violação dos termos do TAC, o Grupo fez um acordo para doação de R\$ 909 mil em bens a 23 entidades assistenciais dos municípios paulistas de Piracicaba e Capivari, como alternativa a uma multa (LAGUNA, 2010 p. 1). É bom não esquecer que a Cosan também assinou outros TACs referentes à questão trabalhista como citado na página 85.

Também em 2006 na tentativa de minimizar os efeitos da terceirização, segundo a notícia “CURSO para 360 cortadores tem início hoje”, o Grupo Cosan abriu curso de capacitação e vagas para a contratação de residentes em Piracicaba e região para o corte manual da cana. Os entrevistados¹, 2 e 7 comentam que a iniciativa do Grupo Cosan em 2006 não deu certo. Para eles, os moradores de Piracicaba possuem outras opções de trabalho. O entrevistado 7 comenta: “Não gosta, já foi aberto vaga, treinamento, o pessoal não quer”. O entrevistado 2 diz que ajudou na divulgação das vagas, mas não teve interessados: “ai apareceu 300 que deram o nome, aí na semana que convocou tudo, apareceram 150 pra cortar cana, começou a cortar cana, terminou a safra, não tinha nem 30.É não existe.” Para o entrevistado 1 “Piracicabano não tem o dom pra cortar cana, não quer cortar cana”.

Em 2011, em Piracicaba havia 786 trabalhadores em 5 alojamentos. Estes trabalhadores eram, ainda em maioria, migrantes dos Estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Minas Gerais.¹⁵

¹⁵ Informação obtida com o entrevistado 7.

Apesar das ações da Cosan, o entrevistado 7 acredita que a empresa estava resistente, mas que houve muitas mudanças, após a pressão, discussão do Fórum de Cidadania e a celebração do TAC em 2006. Acredita ainda que o Fórum foi fundamental para estas mudanças:

“Na época da discussão da terceirização, um representante da Cosan levantou e falou assim: Vocês vão fazer sopa de pedregulho, a água vai evaporar e vai sobrar só pedra! Quando foi em 2005 o negócio reverteu, ele trouxe no meu gabinete, na câmara, os diretores da Cosan pra me falar olha nós estamos assumindo já 5 mil trabalhadores contratados pela usina e não por terceiros. Falei: Doutor como é que fica a sopa de Pedra? Ai ele deu risada: Ah aquilo foi outro tempo! Ai eu: Ah outro tempo, se não fosse o Fórum isso ai não tinha acontecido. Hoje a Cosan é outra.”

Ainda para o entrevistado 7 esta mudança também se deu por pressão de mercado:

“Falei eu vou mandar pra eles [ONG sucre-etique] denunciando lá na Europa o que vocês [Grupo Cosan] fazem aqui, vai ser duro vocês venderem açúcar lá e ai o pessoal começou a ficar com medo”.

O entrevistado 6 também acredita em uma melhora nas ações do setor e do Grupo:

“TAC faz com que a empresa fique mais responsável, mais organizada porque quando você terceiriza você joga o problema pro outro e pro outro e esta cadeia não tem fim. A partir desta ação do Ministério Público, nossa, entre outros surtiu muito efeito e a empresa aprendeu com isso. Acho que ela deu uma mudada. Antigamente tinha denúncia 15 por mês, 15 por semana do setor canavieiro agora ele tem 2, 1, do setor canavieiro e estes dados é bem interessante nunca registrei isso, antes tinha, hoje não. A gente não tá mais recebendo denúncias, isso é uma grande coisa, estou recebendo de outros setores não da cana, recebo da laranja, mais laranja e maioria da construção civil.”

O entrevistado 2 ressalta:

“É, as usinas não se preocupavam, a verdade é essa, fornecedor pequeno a usina não se preocupava, e agora não, a usina assinou um TAC com o Ministério Público. Ela se preocupa sim, se acontecer alguma coisa pra esse pessoal, primeiro eles são os responsáveis. Hoje, a usina orienta tudo como é que vai ser, coisa que não fazia antes, antes talvez a usina fazia, mas ela nem convidava o sindicato. Eu não sei o que eles faziam lá, eles faziam porque eles tinham que trabalhar, hoje não, hoje tem regra, eles são obrigados a falar pra eles como é que tem que ser feito. E tem no alojamento, lá tem nutricionista, é um bom lugar, tem pausas para descanso, são muito bem tratados.”

Ainda para o entrevistado 2, o problema se encontra nos salários : “A única coisa que eu acho é que ainda nós trabalhadores ganhamos muito pouco, precisamos ganhar mais.”

Quanto ao tratamento dado pelos fornecedores de cana aos trabalhadores rurais, o entrevistado 2 comenta que os fornecedores estão trabalhando em forma

de condomínios, ou seja, há uma união de fornecedores (por contrato) e aquele que possui mais terras registra todos os funcionários e estes funcionários também cortam as canas dos pequenos fornecedores. O mesmo esquema é usado na compra de máquinas:

“Então o condomínio reúne bastante, que tem bastante fornecedor pequeno, então eles não tem como registrar os funcionários e precisa ser todo registrado, aí, não dá pro pequeno produtor registrar, aí o que acontece? Pega um que tem mais cana e ele registra todos estes funcionários, e estes cortam a cana dos pequenos então os pequenos se unem a ele e faz um condomínio. Ai este fica responsável por todos esses”.

Conta também que este sistema ajudou na fiscalização da situação trabalhista: “são 3 condomínios em Piracicaba que é fácil de fiscalizar que a gente sabe quem é que corta cana de quem”.

Quanto aos impactos sociais trazidos pelo fim da queima, como o desemprego e a não realocação do trabalhador, os entrevistados 2,6 e 7 acreditam que os trabalhadores e os problemas trabalhistas migraram para a construção civil. O entrevistado 2 relata:

“Eu sinceramente na época da discussão de proibição da queima há 4-5 anos atrás eu fiquei muito preocupado, porque vinha muita gente. Aqui na região mesmo vinha umas 15 mil pessoas, não era pouco, né? Então, a preocupação do sindicato era muito, né? Como é que este povo ia viver lá? Mas agora repartiu muito, a construção civil pegou bastante [migrantes] eu sempre tenho escutado notícias, até de maus tratos”.

O entrevistado 6 explana:

“Esta mão de obra ela flutua hoje. A gente sente que ela está indo pra construção civil, tá indo pra outros setores. Os trabalhadores que permaneceram foram pra indústria metalúrgica, né? Então a gente vê trabalhadores sem nenhuma capacitação formal, assim de ler e escrever, muitos não sabem ler, não sabem escrever o nome. Então é muito frequente isso e este trabalhador ,a gente vê, ele nitidamente tá saindo da cana, tá indo pra construção. Então pro setor sucroalcooleiro ainda é até uma boa por que está sendo utilizado na construção civil. Mas, independente disso, aquela mão de obra ficou desqualificada no sentido de educação, não no sentido de desqualificado para executar um serviço. Quando a gente conseguiu organizar o setor da cana pra melhorar as condições dos trabalhadores, começou a mudar pra outro setor, daí volta tudo de novo, aquelas condições precárias que a gente encontrava.”

E para o entrevistado 7, o fim da queima da palha “eliminou emprego dos trabalhadores migrantes e assim eles acabaram derivando para a construção civil”.

Isto pode ser percebido em 2010, onde as notícias eram de que o setor da construção civil estava recrutando cortadores de cana. Em Ribeirão Preto-SP, uma das construtoras do Município divulgou que 60% a 65% dos trabalhadores que exercem funções em suas obras e foram contratados por empreiteiras vieram do

corte da cana-de-açúcar, sendo 80% desse contingente trabalhadores analfabetos. Também em 2010, o Sindicato da Construção civil de Ribeirão Preto declarou a intenção de qualificar ex-trabalhadores do corte da cana para a construção civil (CHIARA, 2010 p. 2).

Em 2011, a notícia “USINA Costa Pinto: homens em situação de escravidão andam 6 km para deixar sítio”, publicada no site EPTV, era de que trabalhadores, contratados por empresa prestadora de serviços para a Cosan, estavam pagando aluguel do alojamento que estava em situação precária. A alegação também era de que este alojamento estava cerca de 6 km distante do ponto de ônibus mais próximo. A Cosan afirmou que não compactua com qualquer irregularidade praticada por prestadores de serviços ou fornecedores.

Vale lembrar que os problemas trabalhistas não se concentram apenas na parte agrícola, mas também na parte industrial das usinas. Segundo dados do CEREST, em Piracicaba, na Usina Costa Pinto ocorreram 4 óbitos de 2008 a 2011. Em 2008 ocorreu um óbito na parte agrícola com queimadura em resíduos e um óbito na parte industrial com queda de altura em montagem de plataforma em caldeira de bagaço de cana. Em 2010, ocorreu um óbito em acidente com esteiras e em 2011 um óbito em movimentação de carga. Para o entrevistado 6 “os óbitos poderiam ser evitados com ações de saúde e segurança”.

Assim como ocorre com as ações ambientais, as ações do grupo Cosan na área trabalhista aparentam ter caráter reativo, após pressões da sociedade o Grupo caminha para adequação.

4.2.5 A Gestão e a Imagem Ambiental da Cosan: a opinião dos entrevistados

Como elemento para a avaliação da imagem ambiental do Grupo Cosan trazemos as opiniões dos entrevistados quanto a Gestão Ambiental do Grupo e sua divulgação.

Sobre as ações ambientais da Cosan no Município de Piracicaba o entrevistado 1 comenta:

“Na realidade a mesma coisa, o cara destrói o meio ambiente e planta 10 mil árvores e diz que está favorecendo, quero saber o que você destruiu pô, quer dizer mesma coisa eu te corto o braço e te dou uma prótese? Você cortou meu braço, não está fazendo um bem. E eu acho que a Cosan deveria fazer muito mais.”

Para o entrevistado 2 o grupo realiza muitas ações:

“Então eles têm que, este negócio de ambiental essas coisas eles tem que ter. Só que eu me preocupo mais é com meu trabalhador, eu acho que esta área aí já pertence mais pras pessoas mais especializadas, mas eles tem feito bastante coisa viu?”.

O entrevistado 10 ressalta as ações do Grupo junto aos fornecedores:

“O Grupo Cosan, atual Raízen, foi pioneiro na adesão ao Protocolo Agroambiental do Governo do Estado de São Paulo, e como exemplo, realiza doação de mudas nativas aos fornecedores de cana e parceiros agrícolas”.

Ainda para o entrevistado 10 o grupo traz consigo muitos benefícios ambientais, como a distribuição de energia:

“A Raízen produz energia elétrica para consumo próprio nas unidades industriais, bem como disponibiliza energia elétrica a terceiros (concessionárias) a partir de biomassa, ou seja, decorrente da queima do bagaço da cana-de-açúcar nas caldeiras em algumas unidades”.

Quanto a comunicação e divulgação das ações ambientais do setor sucroenergético e da Cosan o entrevistado 3 opina:

“As grandes empresas, a Cosan, por exemplo, tem uma estrutura de comunicação, uma assessoria de comunicação consolidadíssima, já se empenhou neste sentido em mostrar o que está sendo feito e os pequenos ainda continuam meia boca, sofrendo, claro, as consequências do histórico. Hoje a Cosan já não é mais aquela empresa que falava vou fingir de morto. O que eu vejo é nestes últimos anos aí ficou provado que nada melhor do que a propaganda né? Mas nada melhor do que a imagem, o fato em si”.

Quanto às críticas e denúncias recebidas pelo Grupo, o entrevistado 3 ressalta “ A Cosan está mais no holofote porque é a maior, agora vai ser procedente? Duvido que seja”.

Para o entrevistado 5 o Grupo é de grande importância no Município e gostaria que houvesse sua participação no Conselho de Desenvolvimento Rural de Piracicaba :“Pela importância, pela capilaridade que ela tem com este monte de usinas sendo responsável por uma área de cana imensa eu acho que é uma voz que deve ser ouvida dentro do Conselho”.

Quanto a imagem e ações de divulgação do Grupo o entrevistado 5 acredita que em Piracicaba esta imagem é boa, mas que o grupo não divulga suas ações:

“A visão que todo mundo tem da Cosan no Conselho e pelo que eu percebo da sociedade é de uma empresa bem comportada com boa fama, sabe, em termos de não utilizar o seu poderio e ela perante um agricultor é uma imensidão e o agricultor é um nada, uma formiga e ela não utiliza este tipo de poder. Ajudou a prefeitura a construir a ponte do canal torto e não fez propaganda. Empresa com fama de ser técnica extremamente técnica,

séria, esta é a fama que a gente percebe, a gente sente no ambiente, são muito solícitos, sabe? E só manifestei que eu tinha estes 2 alqueires ,quem sabe eu podia arrendar pra cana, e rapidamente veio um técnico passou preços e valores de uma forma extremamente profissional, sabe, é assim como a Cosan é. Não se vê propaganda, não se vê esta vertente publicitária dela. Tem iniciativa sim, mas não tem muita propaganda.”

Já para o entrevistado 6 há a imagem positiva e há a imagem negativa:

“Tem aqueles que veem com bons olhos e têm aqueles que veem com maus olhos. A Cosan veio como um grupo é um capital fechado que gira muito dinheiro que não tem muita mão de obra envolvida. Então você gera bastante dinheiro, mas você não tem uma mão de obra, podemos dizer que aumenta bastante a desigualdade social”.

Quanto a distância entre ação e divulgação o entrevistado 7 emite sua opinião:

“A Cosan fazer mais do que divulga eu tenho certeza que não, agora eu não posso dar uma resposta bem convicta, mas eu acho que a preocupação deles é muito dinheiro principalmente agora que é multinacional e não tem compromisso nenhum com nacionalismo, com o país”.

A opinião pessoal do entrevistado 9 é que a Cosan “Tem uma autoimagem muito boa”. Bueno (2009, p. 190) define autoimagem de uma organização como a imagem construída por seus públicos internos.

Para o entrevistado 10 a imagem do Grupo no município de Piracicaba-SP é boa e todas as ações divulgadas são realizadas: “Pelo que temos acompanhado em nossa região de abrangência, as ações divulgadas pelo Grupo são realizadas”.

A fusão da Cosan com a Shell também levantou questões entre os entrevistados. O entrevistado 3 acredita que esta fusão melhora as práticas ambientais:

“Nossa é mundial isso aí a preocupação, o marketing ambiental, a Shell é holandesa, quer dizer, o negócio é mostrar para o mundo que está trabalhando no sentido. Então é esta história que o pessoal de ONG não enxerga.”

O entrevistado 9 também acredita na melhora: “dizem que esta fusão mudou o conceito e melhorou a área ambiental”.

O entrevistado 10 diz que o setor Sucroenergético é bastante discutido pelas entidades de fornecedores de cana em Piracicaba: “As entidades mantêm em seu corpo técnico, profissionais ligados diretamente com a área ambiental, portanto constantemente o tema é discutido, em especial sobre temas ligados ao setor”.

Assim como o setor em si, o grupo Cosan traz consigo as contradições e questionamento referente à distância entre suas ações realizadas e sua divulgação. Enquanto alguns entrevistados acreditam haver ações ambientais compatíveis com

sua divulgação, e até mais do que é divulgado, outros acreditam que não há muitas ações, ou que há, mas não é divulgado, e ainda aqueles que não chegaram a opinar diretamente sobre o assunto. Esta situação demonstra a complexidade dos questionamentos acerca da ação e divulgação empresarial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, não tivemos o intuito de favorecer ou desfavorecer o setor sucroenergético ou a empresa retratada, mas sim melhor conhecer a dinâmica entre as ações ambientais e a imagem divulgada e percebida. Bem como conhecer a relação e os conflitos existentes entre a empresa e demais setores e suas respostas às críticas.

Observamos que tanto a divulgação quanto a Gestão Ambiental no setor sucroenergético são incipientes. Os questionamentos a cerca da distância entre divulgação e ação ambiental mostraram-se peculiares, na medida em que o setor possui características que o diferencia de outros setores, como o incentivo a produção de um combustível que por si só carrega a incumbência de ser ambientalmente correto como o etanol. A divulgação, então, vai além de publicidade e propaganda a clientes e ganha dimensão internacional e governamental. O Estado assume uma posição ambígua, ou seja, ao mesmo tempo em que é agente fiscalizador e inibidor de más práticas é também parceiro do setor em celebrações de acordos ambientais e sociais e na divulgação nacional e internacional de um etanol “verde”.

Vimos que a Gestão da Imagem ambiental do grupo Cosan se dá através de estratégias de comunicação e divulgação próximas daquelas recomendadas pela UNICA e também de estratégias de divulgação próprias como campanhas publicitárias referentes ao etanol. Não podemos afirmar que suas ações de comunicação estão integradas com a Gestão Ambiental, pois não tivemos acesso à empresa e, portanto não mapeamos o caminho entre a informação ambiental produzida pela Gestão Ambiental e sua divulgação externa. Mas, podemos perceber que há denúncias de más ações ambientais e sociais indicando uma distância entre o que é realizado pelo Grupo e o que está sendo divulgado.

O Grupo possui diversas empresas e, portanto suas ações de publicidade e comunicação são fragmentadas entre estas. Isto pode ser um indicativo de que as ações de Comunicação não se integram as de Gestão Ambiental. Sendo, portanto necessários mais estudos com atenção a complexidade deste Grupo. Nesta dissertação voltamos o olhar para as ações do etanol.

Aqui cabe comentar que a empresa foi convidada a participar desta pesquisa. O Grupo concedeu uma entrevista e, apesar dos muitos contatos desta pesquisadora, alegou mudanças de cargos e não deu respostas e continuidade ao processo de autorização para utilização de informações. Isto pode sugerir pouca maturidade de seu sistema de Gestão Ambiental e dificuldade comunicacional de atendimento ao público externo e talvez também dificuldade em expor o que realmente vem sendo realizado.

Vimos ainda que, como divulgação da Gestão Ambiental, a empresa possui além de texto em Website, a publicação nos moldes GRI de relatórios de sustentabilidade, que por seguirem padrões internacionais, procuram trazer informações concretas incluindo dados numéricos referentes às ações ambientais realizadas. Notamos também, que esta publicação nos moldes GRI é recente, ainda no ano de 2010, a divulgação se dava exclusivamente através de textos em website e relatórios de administração sem informações detalhadas.

Deste modo, visualiza-se uma evolução da agenda de comunicação com respostas às críticas e uma tentativa de melhoria da imagem do Grupo assim como ocorreu no setor sucroenergético. Retomando Lyon e Maxwell (2011) que acreditam que a pressão dos públicos pode induzir algumas empresas a publicar menos sobre seu desempenho ambiental, notamos que isto não ocorreu com a Cosan, que mesmo com as pressões passou a publicar mais dados referentes à sua Gestão Ambiental e a responder episódios como o caso das Terras Indígenas em Caarapó-MS.

Carregando um passado de agressões ao ambiente e má condição de trabalho, o setor e o Grupo Cosan profissionalizam suas ações de divulgação e de Gestão Ambiental a fim de se livrar deste histórico. Em suas divulgações procura demonstrar uma Gestão Ambiental efetiva, porém como esta mudança é incipiente e como toda mudança não dá saltos, a adequação ambiental total ainda não foi alcançada, por isso muitos problemas ainda existem, são praticados e percebidos pela sociedade e apontam para uma discrepância entre sua divulgação e sua ação. Sabemos que a adequação ambiental total é uma condição ideal e, portanto não completamente alcançada, mas o setor ainda patina em degraus básicos da Gestão Ambiental como o cumprimento da legislação, dando a aparência de que há uma divulgação mais sofisticada do que uma Gestão Ambiental efetiva.

Deste modo, ainda sobre a distância entre a Gestão Ambiental realizada e a Imagem ambiental projetada, notamos que apesar de prêmios recebidos e divulgação concreta de suas ações ambientais, o Grupo Cosan, assim como o setor, ainda recebe desconfiança de seus *stakeholders*, principalmente do poder público e de organizações não governamentais, sofrendo denúncias constantes de agressões ao ambiente. Apesar desta dimensão pudemos observar que o Grupo Cosan também teve que enfrentar pressões locais no Município de Piracicaba onde está instalado desde 1936.

Neste Município, o Grupo foi pressionado a melhorar suas práticas, principalmente as práticas trabalhistas e divide opinião quanto aos benefícios e malefícios trazidos ao Município ao longo de sua história. Os entrevistados pela pesquisa possuem opiniões diversas quanto à divulgação e ações em Piracicaba nos trazendo a complexidade e a subjetividade da questão.

Embora a relação do Grupo com a sociedade tenha sido conflituosa e ainda seja, parte dos entrevistados relatou uma mudança de postura da empresa, principalmente em função de interesses econômicos e apontaram que, após a pressão da sociedade, houve melhoria das práticas ambientais e sociais do Grupo.

Isto leva a maior credibilidade, mas também a desconfiança se haveria ações proativas e livres das pressões, pois a Gestão Ambiental do Grupo demonstrou ser reativa, ou seja, suas ações não se anteciparam as ocorrências ambientais e sociais, mas foram realizadas após a cobrança dos *stakeholders*.

Por fim, ao explicitarmos estas questões, esperamos que esta pesquisa possa contribuir e auxiliar no conhecimento da dinâmica entre ação e divulgação empresarial, mostrando como uma empresa responde as críticas e demandas socioambientais no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Minc e Serra defendem etanol em Copenhague. **Revista Isto é**. Ed. Online. Geral. dez. 2009. Disponível em:

<http://www.istoe.com.br/noticias/data/29627_MINC+E+SERRA+DEFENDEM+ETANOL+EM+COPENHAGUE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em: 25 ago. 2010.

_____. Marina quer etanol sem risco para alimentos e ambiente. **Revista Isto é**. Ed. Online. Política. abr. 2010. Disponível em:

<http://www.istoe.com.br/noticias/data/68521_MARINA+QUER+ETANOL+SEM+RISCO+PARA+ALIMENTOS+E+AMBIENTE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em: 27 ago. 2010.

_____. Queimadas ilegais geram multa de R\$ 10 milhões em SP. **Portal G1**. São Paulo, 08 set. 2011. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/09/queimadas-ilegais-em-sp-geram-mais-de-r-10-milhoes-em-multas.html> >. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. MP quer ações para reduzir impacto de queimada da cana em floresta.

Portal IG. Ribeirão Preto-SP, 03 nov. 2011. Disponível em:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/mp-quer-acoes-para-reduzir-impacto-de-queimada-da-cana-em-floresta/n1597352198781.html>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

ALIER, J.M. Ouro, petróleo, florestas, rios, biopirataria: o ecologismo dos pobres. In: _____. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011. cap. 6, p. 145-209.

ALMEIDA JR, A.R.; ALARCON, C.U.; CEZARINO, K.M.S.; FONTES, F.M.; SILVA, F.M.P.; PIRES, I.C.G.; MARTILHO, M.C.; XAVIER, T.M.R.; MELO, T.F. Gestão dos problemas ambientais ou gestão da imagem ambiental?. **OLAM Ciência**

&Tecnologia, Rio Claro, v. 7, n. 1, p. 506-525, maio 2007. Disponível em:

<http://www.opa.org.br/upload/editor/File/ALMEIDA_ET_AL-10S.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

ALMEIDA COPORATE LAW. **Fusões e aquisições**: breves estudos. Disponível em: <<http://www.almeidalaw.com.br/almeidalaw/upload/noticia/Estudo%20Fusoes%20Final.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2011.

ANCONA, C. Construção civil concentra a maioria das denúncias no MPT de Piracicaba. **Portal G1 Piracicaba e região**. Piracicaba - SP. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2012/02/construcao-civil-concentra-maioria-das-denuncias-no-mpt-de-piracicaba.html>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

ARNT, R. Senhor de engenho. **Revista Exame**, São Paulo, 12 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/14774/senhor-engenho/>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001:2004**: sistemas de gestão ambiental- requisitos, Rio de Janeiro. 2004. 14 p.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Informe setorial**: o setor sucroalcooleiro em 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/informe-17AI.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. **Meio ambiente**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Meio_Ambiente/index.html>. Acesso em: 20 nov. 2011.

BANSAL, P.; KISTRICK, G. Seeing is (not) believing: managing the impressions of the firm's commitment to the natural environment. **Journal of Business Ethics**. v. 67, n. 2, p. 165-180. 2006. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/d56u3r2863531434/>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2012. 358 p.

BATISTA, F. Equipamentos para usinas terão demanda maior, mas nem tanto. **Jornal Valor Econômico**, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/equipamentos-para-usinas-terao-demanda-maior-mas-nem-tanto>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BINI, D.L.C. Mudanças na pecuária de corte e algumas implicações sócio-espaciais na região de Araçatuba (SP). **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 16, p. 26-36, 2011. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n16v2/bini3.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2012.

BM&F BOVESPA. **BM&F BOVESPA recomenda que empresas publiquem relatório de sustentabilidade ou expliquem por que não o fazem.** São Paulo, 04 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/noticias/2012/BMFBOVESPA-recomenda-que-empresas-publiquem-Relatorio-de-Sustentabilidade-20120104.asp>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

BRANT, R. Justiça proíbe queima de cana em 20 cidades. **O Estado de São Paulo**, Campinas, 19 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,justica-proibe-queima-da-cana-em-20-cidades-,902253,0.htm>>. Acesso em: 21 jul.2012.

BRASIL. Decreto nº. 6961 de 17 setembro de 2009. Aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento. **Presidência da República do Brasil**, 18 set. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6961.htm>. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. Lei Nº.12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Presidência da República do Brasil**. 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 07 jul. 2012.

_____. Resolução CONAMA 001/86 de 23 de Janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**, 17 fev. 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em: 02 jul. 2012.

_____. Resolução CONAMA 237 de 22 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**, 22 dez. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acesso em: 02 jul. 2012.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. Brasília, 2006.114 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**. Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/noticias_arquivos/pdf/sumario%20executivo_pesquisabrasileiro_principais%20resultados_2012.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BREDARIOLI, C. Consumo consciente e publicidade aliados ou inimigos? **Central de Notícias, Instituto Akatu**, São Paulo, ago. 2004. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/central/noticias_akatu/2002/04/555/>. Acesso em: 17 jul. 2009.

BOLTANSKY, L.; CHIAPELLO, E. O espírito do capitalismo. In: _____. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009. 704 p.

BONSUCRO – Better sugar cane initiative. Disponível em: <<http://www.bonsucro.com>>. Acesso em: 19 maio 2012.

BORGES, R. Expansão da cana-de-açúcar ameaça Cerrado, alertam pesquisadores. **Jornal da Ciência**, 12. out. 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=74249>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

BUENO, W.C. Auditoria de imagem na mídia. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008. cap. 22, p. 345-380.

_____. **Comunicação empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009. 338 p.

BLOG DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **CineSAL**: projeto apresenta documentário sobre os Guarani-Kaiowá nesta sexta-feira. Brasília, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://blog.justica.gov.br/inicio/tag/a-sombra-de-um-delirio-verde/>>. Acesso em: 25 set. 2012.

CANÇADO, J.E.D. **A poluição atmosférica e sua relação com a saúde humana na região canavieira de Piracicaba-SP**. 2003. 214 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses>. Acesso em: 25 maio 2012.

CARTA CAPITAL. **As empresas mais admiradas de 2010**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CARVALHO, H.M. **Impactos econômicos, sociais e ambientais devido a expansão da oferta de etanol no Brasil**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Posgraduacao-Dourados/impactos.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

CASTRO, N.J.; BRANDÃO, R.; DANTAS, G.A. A bioeletricidade sucroenergética na matriz elétrica. In: SOUSA, E.L.L.; MACEDO, I.C. (Ed.). **Etanol e bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética**. São Paulo: Luc Projetos de Comunicação, 2010. cap. 5, p. 140-153. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/downloads/estudosmatrizenergetica/pdf/livro-etanol-bioeletricidade.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS. **O Brasil dos agrocombustíveis: cana 2009**. Impactos das lavouras sobre a terra o meio e a sociedade. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2010.

COMISSÃO ESTADUAL DE BIOENERGIA-MEIO AMBIENTE. **Termo de referência para workshop projeto diretrizes de políticas públicas para a agroindústria canavieira do Estado de São Paulo sobre aspectos ambientais da cadeia do etanol de cana-de-açúcar 2008**. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/cana/anexos/Termo_referencia_apsectos_ambientais.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2010.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo 2100639/04**. Penal água. Agência Piracicaba, 16 set. São Paulo, 2004. 40 p.

_____. **Processo 2100108/06**. Penal/ ar. Agência Piracicaba, 09. Fev. São Paulo, 2006a. 50 p.

_____. **Processo 2100794/06**. Penal/ ar. Agência Piracicaba, 06 set. 2006. Vistas ao processo. São Paulo, 2006b. 35 p.

_____. **Processo 2100497/09**. Penalidade de licença. Agência Piracicaba, 21 maio 2009. São Paulo, 2009 a. 35 p.

_____. **Processo 2100932/09**. Penal/solo: Plano de Aplicação de Vinhaça. Agência Piracicaba, 02 set. 2009. São Paulo, 2009b. 47 p.

_____. **Processo 2100604/10**. Destinação de resíduos. Agência Piracicaba, 09 jun. 2010. São Paulo, 2010. 20 p.

_____. **Qualidade do ar no estado de São Paulo 2010**. São Paulo, 2011a. 234 p. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/ar/qualidade-doar/31-publicacoes-e-relatorios>> Acesso em: 27 jan. 2012.

_____. **Processo 2101427/11**. Penalidade de águas. Agência Piracicaba, 09 nov. 2011. São Paulo, 2011b. 35 p.

_____. **Qualidade do ar/redes de monitoramento**. Disponível em:<<http://www.cetesb.sp.gov.br/ar/Informa??es-B?sicas/24-Configura??es-da-Rede-Autom?tica>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

CETRULO, T.B. **Instrumentos de intervenção governamental e postura ambiental**: uma análise da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo. 2010. 112 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses>. Acesso em: 20 out. 2011.

CHIARA, M. Construção civil recruta cortador de cana. **O Estado de São Paulo**. Economia, São Paulo, 12 set. 2010. Disponível em:<<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,construcao-civil-recruta-cortador-de-cana,608643,0.htm>>. Acesso em 11 jul. 2012.

CIRILO JUNIOR, C. Liminar retira Cosan da "lista suja" do trabalho escravo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jan. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0901201011.htm>>. Acesso em: 13 set. 2010.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Comunicação e educação para a sustentabilidade**: market analysis. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.cebds.org.br/media/uploads/pdf-capas-sugestoes-estudos-pesquisas/pesquisa_comunicacao_e_educacao_para_a_sustentabilidade_cebds.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA. **CONAR cria normas éticas para apelos de sustentabilidade na publicidade**. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/html/noticias/070611.html>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

COSAN começa a desfazer os drenos na região das represas. **Diário de Santa Bárbara D'Oeste**, 14 set. 2008. Disponível em:

<<http://www.diariosbo.com.br/anterior/2008/setembro/14/cidades.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2009.

COSAN. Disponível em: < www.cosan.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____. **Carta financeira 2012**. São Paulo, 2012. 37 p. Disponível em:<http://www.cosan.com.br/cosan2011/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=38357>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2010**. São Paulo, 2010, 80 p. Disponível em: <www.cosan.com.br>. Acesso em: 02 ago. 2010.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2011**. São Paulo, 2011. 72 p. Disponível em: <www.cosan.com.br>. Acesso em: 04 mar. 2012.

_____. **Informações trimestrais**: Cosan S.A. Indústria e Comércio. 30 jun. 2012. Disponível em:

<http://www.cosan.com.br/cosan2011/web/arquivos/CosanSA_ITR_1T13_PT.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CORAL, J. **Presidente da Coplacana defende queimadas para garantir empregos**. Entrevista concedida a EPTV. Piracicaba, 08 maio 2011. Disponível em: <<http://www.viaeptv.com/epnoticia/piracicaba/noticias/NOT,1,5,348135,Presidente+da+Coplacana+defende+queimadas+para+manutencao+de+empregos.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

CORBI, J.J.; STRIXINO, S.T.; SANTOS, A.; DEL GRANDE, M. Diagnóstico ambiental de metais e organoclorados em córregos adjacentes a áreas de cultivo de cana-de-açúcar (Estado de São Paulo- Brasil). **Revista Química Nova**, São Paulo, 2006, v. 1, p. 65, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-40422006000100013&script=sci_arttext> . Acesso em: 20 mar. 2012.

CURSO para 360 cortadores tem início hoje. **Jornal de Piracicaba**, Piracicaba, 08 mar. 2008. p. A10.

DEBOLETTA, A.; SCHEMMER, A.; YOKOMIZO, E.A. Gestão de práticas ambientais no setor sucroalcooleiro na região de Marília-SP. **REGRAD - Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM**, Marília, v. 2, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <www.univem.edu.br>. Acesso em: 06 ago. 2010.

DYNIWICZ, L. Ministério Público de MT entra com ação contra lei ambiental. **Folha de São Paulo**. Seção Ambiente. São Paulo, 24 abr. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/908335-ministerio-publico-de-mt-entra-com-acao-contra-lei-ambiental.shtml>> Acesso em: 06 jun. de 2011.

DUARTE J. Entrevista em profundidade. In: _____. BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. cap. 4, p. 62-84.

DUARTE, W. Justiça manda Cosan refazer projeto. **Jornal O Liberal**, Santa Bárbara D'Oeste, 09 ago. 2011. Disponível em: <http://www.oliberalnet.com.br/noticia/7D1F4BE6305-justica_manda_cosan_refazer_projeto>. Acesso em: 20 ago. 2011.

ECONG. Econg protocola na PRJ denuncia contra usina e frigorífico por crimes ambientais. **Jornal Dia a Dia**, Araçatuba, 18 maio 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldiadia.com.br/index.php/temperatura-e-meio-ambiente/33888-econg-protocola-na-prj-denuncia-contra-usina-e-frigorifico-por-crimes-ambientais>>. Acesso em: 25 nov. 211.

EMBRAPA. **Impactos ecológicos da cana-de-açúcar**. Disponível em: <<http://www.cana.cnpm.embrapa.br/setor.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

ETHANOL SUMMIT. **Desafio do setor sucroenergético é crescer de forma sustentável e eficiente**. São Paulo, 06 jun. 2011. Disponível em <<http://www.ethanolsummit.com.br/noticias-conteudo.php?id=174&idioma=1>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

FORTES, W.G. Amplo programa de informações In: _____. **Relações Públicas: Processo, Funções, tecnologias e estratégias**. Londrina –Pr. Editora da Universidade estadual de Londrina, 1998. cap. 7, p. 145-174.

FREITAS Jr, A.C. **Ouvidor CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo: Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, 2012. Disponível em: <ouvidoria@cetesbnet.sp.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2012.

GEBRIM, S. **Etanol brasileiro tem trajetória de sucesso**. 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2010/07/especial-etanol-brasileiro-tem-trajetoria-de-sucesso>> Acesso em: 20 nov. 2011.

GINZEL, L.E.; KRAMER, R.M.; SUTTON, R.I. **Organizational Impression management as a reciprocal influence process**: the neglected role of the

organizational audience. Stanford: Stanford University, Graduate School of Business, 1993. 51 p.

GIMENES H. **Usinas deixam rastro de destruição ambiental, denuncia Duarte.** Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.al.ms.gov.br/Default.aspx?Tabid=56&ItemID=33971>> . Acesso em: 20 out. 2011.

GLOBAL REPORT INITIATIVE. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>>. Acesso em 15 ago. 2011

_____. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade 2000-2006.** São Paulo, 2006. 42 p.

GOIÁS. Ministério Público do Estado de Goiás. **Impactos ambientais da monocultura de cana-de-açúcar:** cartilha. Goiânia, 2009 12 p. Disponível em: <www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/cartilha_03.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2012.

GOMES, F. Cosan anuncia compra da Congás. **Jornal de Piracicaba.** Conjuntura. Economia. Piracicaba, 04 maio 2012.

_____. Raízen prevê maior produção de etanol em 2012/2013. **Portal R7.** Seção Entrevistas. São Paulo, 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/entrevista-raizen-preve-maior-producao-de-etanol-em-2012/13-20120613.html>> . Acesso em: 20 jul. 2012.

GONÇALVES, I.C.; AGUIAR, J.F.; GONZAGA, A.; TRABBOLD NETO, P.; WAKAMATSU, A. Capital de risco no Brasil: fatores que influenciam a decisão de investimento. In: SEMEAD- SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, FEA/USP, 10., 2007, São Paulo. **Resumo...** Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhospdf/328.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

GUEDES, S.N.R.; TERCI, E.T.; PERES, M.T.M. O Arrendamento como estratégia para enfrentar mudanças institucionais: um estudo de caso com fornecedores de cana do estado de São Paulo. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 2, p. 229-240, 2007. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/114>> . Acesso em: 25 out. 2011.

GUTIERREZ, L.A.R.; SILVA, D.C.; CASADEI, J.M.; ABREU, W.F.S; SILVA, L.F.; PEREIRA, J.G.; FACCENDA, O.; ALVES, M.A.M. Desenvolvimento do setor sucroalcooleiro na região Grande Dourados/MS: uma análise sob unidades de conservação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 300-318, 2012. Disponível em: <www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/677/294> . Acesso em: 10 ago. 2012.

GREENPEACE. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/cosan-shell/blog/1104>>. Acesso em: 02 mar. 2010.

HILLIG, C. Monocultura e diversidade. In: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA, 6., 2008, Santa Maria. **Palestra...** Disponível em: <<http://gats.synthasite.com/>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

HOLGAARD, J.E. Environmental communication in business relations. In: **Technology, environment and society**. Aalborg, 2006. (Working Paper, 12). Disponível em: <<http://old.plan.aau.dk/tms/publikationer/Workingpaper122006.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

HONDA, I. Estamos vivendo épocas encorajadoras, onde as pessoas estão se tornando muito mais conscientes da existência das outras. **Jornal de Piracicaba**, Opinião. Piracicaba, 05 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.sucree-thique.org/Em-defesa-da-vida-Queimadas-em-Sao.html>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa agrícola municipal 2007**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1290>. Acesso em: 20 jul.2010.

INSTITUTO ETHOS. **Conferência Internacional**: empresas e responsabilidade social. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. CANASAT. **Monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite**. Disponível em:<<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>>. Acesso em 25 jul. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO DE PIRACICABA. **Área cultivada por culturas temporárias no município de Piracicaba (hectare) - 1990 a 2010.**

Disponível em:

<<http://www.ipplap.com.br/docs/Area%20Cultivada%20por%20Culturas%20Temporarias%20-%201990%20a%202010.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 1463:2006:** environmental communication. Geneva, 2006. 36 p.

JANK, M.S. **Discurso no lançamento do compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar.** Brasília, 25 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/opinioao/show.asp?msgCode=%7BD4975F4F-9953-4541-8C87-980E462214CD%7D>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

JEITO ético de fazer negócio. **Revista ALCOOLbras**, n. 113, 2008. Disponível em: <http://www.editoravalete.com.br/site_alcoolbras/edicoes/ed_113/mc_2.html>. Acesso em: 12 jul. 2009.

KOSAKA, F.K.M. Ação Civil Pública Queimada de Cana. **Inquérito Civil nº 1.34.008.100039/2010-01.** Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Piracicaba. Piracicaba, 02 abr. 2012. 103 p. Disponível em: <http://www.prsp.mpf.gov.br/sala-de-imprensa/pdfs-das-noticias/ACP_Queimada_cana_Piracicaba.pdf>. Acesso em: 25 maio 2012.

_____. Ação Civil Pública Reparatória. **Inquérito Civil nº 1.34.008.100039/2010-01.** Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Piracicaba. Piracicaba, 13 jul. 2012. 91 p.

KUNSCH, M.M.K. **Novos desafios para o profissional de comunicação.**

Disponível em:

<<http://www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/teoriaseconceitos/0084.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

KRAEMER, M.E.P. **Gestão ambiental:** um enfoque no desenvolvimento sustentável. Disponível em: < http://www.ambientebrasil.com.br/gestao/des_sustentavel.doc >. Acesso em: 20 ago. 2010.

LAAT, E.F. de. **Trabalho e risco no corte manual da cana-de-açúcar:** a maratona perigosa dos canaviais. 2010. 207 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste, 2010. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/aluno/visualiza.php?cod=839>> Acesso em: 20 abr.2012.

LAGUNA, E. Cosan fará doação de R\$ 2,5 milhões para encerrar processo trabalhista. **Portal UOL**. Economia, São Paulo, 05 jul. 2010. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2010/07/05/ult1913u128310.jhtm>> Acesso em: 08 ago. 2010.

LARA, L.L.; ARTAXOB, P.; MARTINELLI, L.A.; CAMARGO, P.B.; VICTORIA, R.L.; FERRAZ, E.S.B. Properties of aerosols from sugar-cane burning emissions in Southeastern Brazil. **Atmospheric-Environment**, p. 4621 -4637, 2005. Disponível em: <<http://www.journals.elsevier.com/atmospheric-environment/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

LINS, C.; SAAVEDRA, R. **Sustentabilidade corporativa no setor sucroalcooleiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2007. 54 p. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-243.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

LOPES, C. Multinacionais controlam etanol e derrubam agroindústria: -3,9%. **Jornal Hora do Povo**, 08 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2012/08Ago/3081-10-08-2012/P2/pag2a.htm>>. Acesso em: 10 set. 2012.

LYON, T.P.; MAXWELL J.W. Greenwash: corporate environmental disclosure under threat of audit. **Journal of Economics& Management Strategy**, Toronto, v. 20, n. 1, p. 3-41, Spring 2011.

MAGOSSI, E. Fórmula Indy 2010 utilizará etanol de cana do Brasil. **Revista Isto é**, Ed. Online. Economia, mar. 2010. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/noticias/data/56689_FORMULA+INDY+2010+UTILIZARA+ETANOL+DE+CANA+DO+BRASIL?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em: 20 ago.2010.

MARKET ANALYS. **Greenwashing no Brasil**: um estudo sobre os apelos ambientais nos rótulos dos produtos. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.marketanalysis.com.br/biblioteca/Relatorio_Greenwashing_FINAL.pdf>. Acesso em: 25 maio 2011.

MARQUES, P.E.M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_17_2_2010/a8-MORUZZI-soberania-24-11-10.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

MARQUES, P.E.M.; ALLES, J.M. Debate sobre as funções sócio-ambientais da propriedade fundiária e a noção da multifuncionalidade da agricultura. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/367.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

MARTINELLI, L.A.; FILOSO S. Polluting effects of Brazil's sugar-ethanol industry. **Nature**, London, v. 445, 2007. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v445/n7126/full/445364c.html>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

_____. Expansion of sugarcane ethanol production in Brazil: environmental and social challenges. **Ecological Applications**, New York, p. 885–898, 2008. Disponível em: <<http://www.tamu.edu/faculty/tpd8/BICH407/Brazilenvsoc2.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

MARTINELLI, L.A.; KRUSCHE, A.V.; VICTORIA, R.L.; CAMARGO, P.B.; BERNARDES, M.; FERRAZ, E.S.; MORAES, J.M.; BALLESTER, M.V. Effects of sewage on the chemical composition of Piracicaba River, Brazil. **Water, Air, and Soil Pollution**, Amsterdam, p. 67-79, 1999. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/m2668122t6523714/>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

MENEZES JUNIOR, F. Usina de álcool demite mais de 300 trabalhadores em Sidrolândia. **Jornal Tudo do MS**. Dourados, 02 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.tudodoms.com.br/noticia/geral/25,20843,usina-de-alcool-demite-mais-de-300-trabalhadores-em-sidrolandia>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Cosan assina TAC para cessar descontos salariais irregulares**. 21 Jun. 2009. Disponível em: <http://www.prt15.gov.br/site/imprensa/noticia_detalhe.php?tipo=C&seq=8900>. Acesso em: 08 jun. 2009.

MIRANDA, J.R. Avaliação da Biodiversidade faunística em agrossistemas de cana-de-açúcar orgânica. **Bioikos**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 15-23, jan./jun. 2006.

MIRANDA, M.B.; MALUF, C.A. **O contrato de Joint Venture como instrumento jurídico de internacionalização das empresas**. São Paulo: Direito Brasil Publicações, 2003. 20 p.

MOLINA, N.S. **Marketing ambiental e certificações socioambientais**: uma análise no contexto do etanol brasileiro. 2010. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-09112010-133900/pt-br.php>> Acesso em: 20 jan. 2012.

MORAES, M.A.F.D. de. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. **Revista de Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 605-619, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141380502007000400008&script=sci_arttext> Acesso em: 09 abr. 2012.

MOREIRA, S.V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J. ; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. cap. 17, p. 269-279.

A MORTE cansada. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 ago. 2008. Disponível em: <<http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2408200807.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

MPF cobra R\$25 milhões por danos da queimada de cana em Piracicaba. **Portal G1**. Piracicaba, 25 jul. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2012/07/mpf-cobra-r-25-milhoes-por-danos-da-queimada-de-cana-em-piracicaba.html>>. Acesso em 04 jul. 2012.

MUNICÍPIOS CANAVIEIROS. Disponível em<<http://www.municipios-canavieiros.com.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Auditores multam empresas do setor sucroalcooleiro em São Paulo**. 18 ago. 2006. Disponível em: <http://portal.mpt.gov.br/wps/portal/portal_do_mpt/comunicacao/noticias>. Acesso em: 22 ago. 2010.

MOVIMENTO DOS SEM TERRAS. **Cosan ameaça retirada violenta das mulheres em São Paulo**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1075>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

NASSAR, P. Tempos modernos nas relações públicas e na assessoria de imprensa (por umas novas relações públicas). In: LOPES, B.; VIEIRA, R.F. (Org.). **Jornalismo e relações públicas**: ação e reação, uma perspectiva conciliatória possível. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004. cap. 3, p. 47-53.

NEVES, M.F.; TROMBIN, V.G.; CONSOLI, M. O mapa sucroenergético no Brasil. In: SOUSA, E.L.L.; MACEDO, I.C. (coord.). **Etanol e bioeletricidade**: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética. São Paulo: Luc Projetos de Comunicação, São Paulo, 2010. cap. 1, p. 18-43. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/downloads/estudosmatrizenergetica/pdf/livro-etanol-bioeletricidade.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

NEVES, R.C. **Imagem empresarial**: como as organizações (e as pessoas) podem proteger e tirar partido do seu maior patrimônio. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998. 419 p.

NOVAES, E.N. A Relação entre responsabilidade social e abertura de capitais das usinas do complexo agroindustrial canavieiro paulista. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO (NESEFI/CISEF), 1., 2007, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2007. Disponível em: <http://www.dep.ufscar.br/grupos/neseфи/st/anais_st/eixoIV/Elisa.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2009.

O CASO Walmart e a Cosan. **Revista Página 22**, São Paulo, 12 jan. 2010. Disponível em: <<http://pagina22.com.br/index.php/2010/01/o-caso-wallmart-e-cosan/>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

OGAWA, V. Estudo revela contaminação na água do rio Pardo, em SP. **Folha De São Paulo**. Folha Ribeirão. Ribeirão Preto, 27 abr. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/907799-estudo-revela-contaminacao-na-agua-do-rio-pardo-em-sp.shtml>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

OLIVEIRA, E. **Queimadas fazem bichos lotarem zoos e hospitais no interior de SP**. Folha de São Paulo. Seção Cotidiano. São Paulo, 18 set. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/976978-queimadas-fazem-bichos-lotarem-zoos-e-hospitais-no-interior-de-sp.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

OLIVEIRA, J.A.; WAISSMAN, V. Integrando ação e comunicação para uma estratégia de marketing ambiental: o caso Aracruz Celulose. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 30, n. 6, ed. esp. 30, 2002. Disponível em: <<http://www.read.ea.ufrgs.br/>>. Acesso em: 05 set. 2010.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007. 184 p.

PÁDUA, E.M.M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Ed. Papyrus, 2005. 125 p.

PARCERIA Shell-Cosan desiste de comprar cana de terras indígenas. **Estado.**

Com.br. Seção Política. São Paulo, 13 jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,parceria-shell-cosan-desiste-de-comprar-cana-de-acucar-de-terras-indigenas,885849,0.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

PEREIRA, E.A.A.; ORTIGOSA, S.G. Os Brownfields no município de Piracicaba (SP), a inércia do território e os ciclos econômicos. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/41.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2012.

PIACENTE, F.J. **Agroindústria canavieira e o sistema de gestão ambiental**: o caso das usinas localizadas nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. 2005. 187 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/zeus/>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

PILLMANN, W. Environmental communication systems analysis of environmentally related information flows as a basis for the popularization of the framework for sustainable development. In: INTERNATIONAL CONFERENCE "INFORMATICS FOR ENVIRONMENTAL PROTECTION", 16., 2002, Vienna. Disponível em: <<http://enviroinfo.isep.at/UI%20200/PillmannW270700.el.ath.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

PIRACICABA. **Lei Complementar nº 46 de 15 de setembro de 1995**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba e dá outras Providências. Piracicaba: Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Disponível em: <http://www.ipplap.com.br/docs/leg-mun_LC-46-95.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo - MP. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. **Inquérito civil Nº. 024/02**. Piracicaba, 2002. 30 p.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo - MP. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. **Inquérito civil No. 35/04**. Piracicaba, 2004. 30 p.

_____. **Lei Complementar nº. 186 de 10 de outubro de 2006.** Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba, cria o Conselho da Cidade, revoga a Lei Complementar nº 46/95 e suas alterações e dá outras providências. Piracicaba: Secretaria Municipal de Obras. Disponível em: <<http://www.semob.piracicaba.sp.gov.br/arquivos/Legislacao/Municipal/Plano%20Diretor%20de%20Desenvolvimento/L.%20C.%20186-06%20-%20P.D.D..pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo - MP. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. **Inquérito civil No. 070/06.** Piracicaba, 2006. v. 2, 80p.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo - MP. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. **Inquérito civil Nº. 106/07.** Piracicaba, 2007a. 45 p.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo - MP. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. **Inquérito civil Nº. 125/07.** Piracicaba, 2007b. 40 p.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo – MP. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. **Inquérito civil No. 163/07.** Piracicaba, 2007c. 60 p.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo – MP. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. **Inquérito civil No. 135/07.** Piracicaba, 2007d. v. 1, 45 p.

_____. Ministério Público do Estado de São Paulo - MP. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente. **Inquérito civil Nº. 083/10.** Piracicaba, 2010. v. 1, 35 p.

POLONSKY, M.J. An introduction to green marketing. **Electronic Green Journal**, Los Angeles, v. 1, n. 1, 1994. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/49n325b7>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

PORTAL IMPRENSA. **As empresas mais sustentáveis segundo a Mídia 2010.** Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br/rankingsustentabilidade/pdfs/259.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PORTO, G. Ministério Público vê irregularidades na Cosan. **O Estado de São Paulo**. Seção Economia. São Paulo, 12 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,ministerio-publico-ve-irregularidade-na-cosan,306196,0.htm>>. Acesso em: 17 set. 2009.

_____. ANP obriga postos a trocarem nome álcool por etanol. **Revista Isto é**. Ed. Online. Economia. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/noticias/data/27486_ANP+OBRIGA+POSTOS+A+TROCA+REM+NOME+ALCOOL+POR+ETANOL?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em: 20 ago. 2010.

PLATAFORMA BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. Brasília, 2008. 188 p. Disponível em: <www.plataformabndes.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO-SP. **Prefeitura e Cosan juntas na preservação de matas ciliares**. São Pedro, 17 maio 2010. Disponível em: <<http://www.saopedro.sp.gov.br/imprensa/Noticia.aspx?nid=820>>. Acesso em: 25 mai. 2010.

PRIETO, V.C.; CARVALHO, M.M. Gestão do relacionamento com o cliente em mercados business -to- business. **Revista Produção online**, Florianópolis, v. 5, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.producaoonline.org.br/index.php/rpo/article/viewFile/324/421>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

PROJETO AGORA. Disponível em: <<http://www.projetoagora.com.br/projeto-agora.php>>. Acesso em: 20 out. 2011.

PROPMARK. **Raízen, empresa nascida da união entre Shell e Cosan, quer fortalecer nome**. São Paulo, 03 jun. 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/campanha-institucional-da-raizen-anuncia-o-inicio-das-operacoes-da-nova-companhia>>. Acesso em: 01 nov. 2011.

QUEIMADA de cana incomoda Junqueirópolis - SP. Disponível em: <www.terra.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2011.

RAÍZEN. Disponível em: <www.raizen.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2011.

RAMALHO, M.M. Novos ares para a energia da cana-de-açúcar. **Rede Agro**, Disponível em: <<http://www.redeagro.org.br/artigo-rio-20/724-novos-ares-para-a-energia-da-cana-de-acucar>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

RAMOS N.P.; LUCHIARI JUNIOR, A. **Impactos ecológicos**: atividade agrícola. 2009. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONT1.html>>. Acesso em: 05 maio 2012.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Monopólio da produção no Brasil**: a fusão Cosan-Shell. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011. Disponível em:<<http://www.social.org.br/revistacosanshel.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

RELATORIA Nacional para o Direito Humano ao Trabalho. **Relatório da Missão realizada no período de 24 a 27 de outubro de 2005 na região de Ribeirão Preto/SP para apuração de violações de direitos humanos de trabalhadores (as) canavieiros (as)**. Rio de Janeiro, 2005. 57p.

RESENDE, A.V. **Agricultura e qualidade da água**: contaminação da água por nitrato. Planaltina: EMBRAPA, 2002. 29 p. Disponível em: <www.cpac.embrapa.br/baixar/284/t>Acesso em: 27 abr. 2012.

REZENDE, J.R.V. **Desafios para a implementação do Global Report Initiative nas empresas sucroenergéticas do Brasil**. 2010. 95 p. Dissertação (Mestrado em Agroenergia) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8277>>Acesso em: 10 abr. 2012.

RIBEIRO, P. Proibição de queima da palha de cana afeta 2.000 produtores. **Jornal de Piracicaba**. Caderno principal. Piracicaba, 19 jul. 2012.

RICCI, D. Queima da cana deve ficar suspensa. **Gazeta de Piracicaba**. Seção Cidade. 25 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.gazetadepiracicaba.com.br/conteudo/mostra_noticia.asp?noticia=1703097&area=26050&authent=FF99CBC00170438ED8FCD4120102B9>. Acesso em: 27 ago. 2010.

ROSSETTO, R.; SANTIAGO, A.D. **Adubação**: resíduos alternativos. 2007. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_39_711200516717.html>. Acesso em: 11 nov. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Portaria CVS– 1 de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre a Norma Técnica que estabelece os critérios para instalação e funcionamento dos alojamentos de trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro e demais trabalhadores rurais. **Diário Oficial**, Estado de São Paulo, 18 ago. 2009. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/porta1/page/porta1/CAO_on_line/publicacao_caocivel/7272241BE34CEAF1E040A8C02C013583>. Acesso em: 27 ago.2010.

_____. Resolução SMA-088 de 19 de dezembro de 2008. Define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente**, Republicada em 26 mar. 2009. Disponível em http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/legislacoesambientais/Resolucao_SMA_88_2008_rep.pdf. >Acesso em: 24 ago.2010.

_____. Resolução SMA-35 de 11 de maio de 2010. Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha de cana-de-açúcar ditados pela Lei Estadual nº 11.241, de 19 de setembro de 2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.700, de 11 de março de 2003. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente**, 12 maio 2010. Disponível em: <http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/Sigam2/Repositorio/24/Documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SMA%20-%2035,%20de%2011-5-2010.pdf>.> Acesso em: 25 ago. 2010.

SALTORATO, P.; MUNDO NETO, M.M. A dinâmica financeira no setor sucroalcooleiro ou quando a transparência vira moda. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO (NESEFI/CISEF), 1., 2007, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2007. Disponível em: <http://www.dep.ufscar.br/grupos/neseфи/st/index.php>. Acesso em: 09 jul. 2009.

SANCHES, C.S. Gestão ambiental proativa. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 76-87, jan./mar. 2000. Disponível em: <http://www.rae.com.br/rae/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=363&Secao=ECONOMIA&Volume=40&numero=1&Ano=2000>. Acesso em: 27 jun. 2009.

SANTOS, J.R.; ABREU, N.R. O impacto do marketing verde para as usinas sucroalcooleiras que atuam em Alagoas. **Revista Alcance – Eletrônica**, Itajaí, v. 16, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www6.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1350/1066>. Acesso em: 30 jul. 2010.

SANTOS, L. Doce e amargo açúcar: concentração de renda e relações de trabalho na produção agroindustrial canavieira do Brasil. **Revista Crase.Edu**, Inhumas, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://revistas.inhumas.ifg.edu.br/index.php/crase/article/>>. Acesso em: 06 jun.2011.
SAMPLERI, R.H.; COLLADO, C.H.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill Brasil, 2007. 583 p.

SCARPINELLI, M.; RAGASSI, G.F. Marketing verde: ferramenta de gestão ambiental nas empresas. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis**, Garça, v. 1, n. 2, out. 2003. Disponível em:

<<http://www.revista.inf.br/contabeis02/pages/artigos/cc-edic02-anoi-art04.pdf>>.

Acesso em: 20 jul. 2010.

SCHARLEMANN, J.P.W.; LAURANCE, W.F. How green are biofuels? **Science**, Washington, Jan. 2008. Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 03 set. 2011.

SCHEFFER, R. Exploração condenada. **Gazeta de Ribeirão**, Ribeirão Preto, 2008. Disponível

em:<http://gazetaderibeirao.cosmo.com.br/conteudo/mostra_noticia.asp?noticia=1578572&area=92020&authent=50AD1205014120E914199E91F899E2>. Acesso em: 08 jul. 2009.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 164-184, abr. 2001.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. **Metas para o fim da queima da cana-de-açúcar são alcançadas em SP**. Disponível em:

<<http://www.ambiente.sp.gov.br/verNoticia.php?id=1157>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

_____. **Programa Etanol Verde**. Disponível em:

<<http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

_____. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Painel da Qualidade**

Ambiental 2010. 2010. Disponível em: <<http://sma.visie.com.br/cpla/publicacoes-download>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

_____. **Relatório de Qualidade Ambiental 2011**. 2011. Disponível em:

<<http://www.ambiente.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

SILVA, A.S.; GRIEBELER, N.P.; BORGES, L.C. Uso de vinhaça e impactos das propriedades do solo e lençol freático. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 11, n. 1, p. 108-114, 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v11n1/v11n1a14.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2012.

SOU AGRO. Disponível em:<<http://www.souagro.com.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

_____. **Governo lança plano para a expansão da oferta de cana.** Brasília, 24 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.souagro.com.br/governo-lanca-plano-para-a-expansao-da-oferta-de-cana>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

SOTRATTI, L.; TOLEDO, M. Região queima 873 mil "Maracanãs" de cana. **Folha de São Paulo**. Folha Ribeirão. Ribeirão Preto-SP, 22 mar. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeLirao/ri2203201002.htm>>. Acesso em: 20 maio 2011.

SOUZA, J.C.R. A expansão da Indústria alcooleira e sua relação com o Meio Ambiente. In: CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE, 10.; CONGRESSO DE HABITAÇÃO E URBANISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 4., 2006, Campos do Jordão. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/biblioteca_virtual/bv_teses_congressos/Dr%20Jos%C3%A9%20Carlos%20Rodrigues%20de%20Souza%20l.htm>. Acesso em: 20 ago. 2010.

SOUZA, R.S. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, maio/jun. 2006. Disponível em: <http://read.adm.ufrgs.br/edicoes/download.php?cod_artigo=78&cod_edicao=51>. Acesso em: 27 jun. 2009.

SPATUZZA, A. Falta objetividade e informação nas campanhas “verdes” das empresas **Revista Sustentabilidade**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://revistasustentabilidade.com.br/falta-objetividade-e-informacao-nas-campanhas-verdes-das-empresas/>> Acesso em: 20 abr.2012.

STEFANO D. Fusão Cosan- Shell amplia impactos sociais e ambientais. **Radio Nederland Wereldomroep (RNW) Brasil**. 08 dez. 2011. Disponível em: <<http://archieff.rnw.nl/portugues/article/fus%C3%A3o-cosan-shell-amplia-impactos-sociais-e-ambientais>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

SUCRE-ETIQUE. Disponível em: <http://www.sucresethique.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 20 fev. 2012.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Segunda turma proíbe queima da palha no interior paulista**. Brasília, 09 mar. 2012. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=104981>. Acesso em 10 mar. 2012.

TAVARES, V. Ministério deve revisar veto ao plantio de cana no Estado. **Olhar Direto**, Brasília, 19 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=237892>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

TERMO de Compromisso de Cooperação- Mato Grosso do Sul. **Ministério Público Federal**, 2012. Disponível em: <http://www.prms.mpf.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2012/06/termo%20de%20compromisso%20de%20cooperacao_raizen_funai.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Agravo de Instrumento Nº. 823 586 5/2-00**—Santa Bárbara D'Oeste, 2008 12 p. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/consultaSimples.do>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR. **Protocolo Agroambiental**, 2007. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/content/show.asp?cntCode={BEE106FF-D0D5-4264-B1B3-7E0C7D4031D6}>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. **Principais ações e projetos 2009**. Apresentações e publicações. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

_____. **FAQ Perguntas mais frequentes**. 2010. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/FAQ/>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. **Mapa da produção**. 2010. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/content/show.asp?cntCode={D6C39D36-69BA-458D-A95C-815C87E4404D}>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

_____. **Balanço 2011**: principais ações e projetos. Apresentações e publicações. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

_____. **CEISE Br altera nome e acompanha nova realidade do setor**. 2011. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={19F3FE97-6442-447D-A103-95333B7BD2AF}>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

_____. **Opinião**: Frases. 2011. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/opiniao/frases/Default.asp?sqlPage=5>>. Acesso em: 13 out. 2011.

_____. **Programa de elaboração do relatório de sustentabilidade GRI** (Global Reporting Initiative), 2011. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/parceiros/show.asp?prcCode=582B4680-8F5C-494B-BD46-DB66C308379C>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

USINA Costa Pinto: homens em situação de escravidão andam 6 km para deixar sítio. **EPTV**. Piracicaba, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://www.viaeptv.com/epnoticia/piracicaba/noticias/NOT,1,5,367732,Trabalho+escravo+e+irregularidades+na+casa+faz+Cerest+interditar+alojamento+piracicaba.aspx>>. Acesso em: 06 mai. 2012.

VALENTI, G. CVM acusa Ometto por 'insider'. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=780063>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

VELLANI, C.L. Disclosure ambiental dos produtores de etanol com ações listadas na BOVESPA e NYSE. **Revista Contabilidade Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 1, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil>>. Acesso em: 02 ago. 2010.

VIEIRA, M. Cana-de-açúcar: TAC define *check list* de habitação para cortadores. **A Tribuna Piracicabana**. 18 mar. 2008 p. A3.

VOLTOLINI, R. Propaganda insustentável. **Central de notícias-Opinião, Instituto Akatu**, São Paulo, maio 2008. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/central/opinioao/2008/propaganda-insustentavel>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

ZOZZOLI, J.C. Marca e comunicação ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. **Anais...** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1298-1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2009.